

RELATÓRIO DO PROVIDOR DO OUVINTE

(2009)



Provedor do Ouvinte

Adelino Gomes

Lisboa, Março de 2010

ÍNDICE

Apresentação	5
Introdução	11
PARTE I	17
Lugar ao Sul, o fim de um monumento radiofónico	19
O Caso da Promoção da Antena 1	22
- Repercussões Internas	24
- Reacções, réplicas e trélicas: alguns exemplos dialógicos	26
Equilíbrio Eleitoral	29
Futebol, Antena 1 e este Provedor	32
Prontuário Sonoro	36
PARTE II	39
As mensagens – alguns dados quantitativos	41
Áreas temáticas	45
- Antena 1	45
- Antena 2	47
- Antena 3	49
- RDP Açores e RDP Madeira	51
- RDP África	52
- RDP Internacional	53
- Informação	54
- Desporto	56
- Língua Portuguesa	58
- Área Técnica	60
- Multimédia	61
- Provedor	62
- Comparação com análises anteriores	63
Análise sociográfica dos ouvintes	65
Audiências	68
Programa Em Nome do Ouvinte	71
PARTE III	73
Em Jeito de Balanço	75
1. A rádio numa empresa chamada RTP	75
2. Convicções de partida, comprovações à chegada	76
3. Mágoas num adeus anunciado	77
4. Provedor, uma espécie em vias de extinção?	82
5. Elogio da “minha” rádio	85

ANEXOS	89
A – De Roosevelt à Internet	91
B – Dez meses de Provedor. Algumas ideias sobre a Regulação	99
C - Resumos dos programas Em Nome do Ouvinte	103
D – Programas em destaque	108
E – Exemplos Dialógicos II	141
F – Competências legais do Provedor	161
G – Estatuto dos Provedores	163
H – Regras para o envio de mensagens	167

Apresentação

Nos termos da alínea c) do nº 1 do artº 27º do capítulo V (Provedores) da lei nº 8/2007, de 14 de Fevereiro, apresento o Relatório anual referente à minha actividade enquanto Provedor do Ouvinte da RDP durante 2009.

Este é o segundo balanço a que procedo durante o meu mandato, que termina em Junho próximo. O balanço dos próximos seis meses (pelo menos na sua dimensão quantitativa) deverá, pois, ser acolhido no relatório elaborado pelo novo Provedor do Ouvinte.¹ Para minorar o hiato analítico que este calendário impõe e de acordo com o meu colega Provedor do Telespectador, que cessará ainda antes de mim o seu mandato, pedi à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) que este Relatório de Actividades fosse entregue um pouco mais tarde, de modo a nele incluir uma abordagem mais alargada no tempo, com alguns dados já do ano de 2010. Avançarei também neste documento as linhas gerais dos temas que penso abordar no tempo que resta, independentemente das questões (críticas, queixas, sugestões, dúvidas) levantadas pelos ouvintes e às quais, como é óbvio, dou inteira prioridade.

Depois da **Introdução**, na qual volto a reflectir sobre a problemática radiofónica, desta vez à luz dos desafios – oportunidades e ameaças – que a mudança de paradigma comunicacional está a colocar aos *media* tradicionais, anoto, na **Parte I**, os momentos que considero mais marcantes da minha actividade – quer aquela que ficou plasmada no programa Em Nome do Ouvinte, quer a que foi objecto de contactos de carácter bi ou trilateral (dos ouvintes comigo e de mim com os ouvintes e dos ouvintes comigo e de mim com os profissionais e/ou as hierarquias), aos quais não foi dada divulgação pública.

¹ Antes de o anunciar publicamente havia já comunicado ao Presidente do CA da RTP, SA, a minha indisponibilidade para aceitar uma eventual indigitação para um segundo mandato. Fi-lo no decorrer de uma conferência sobre Regulação, na Universidade do Minho (em 15.05.2009). Anunciei-o posteriormente, também, a elementos do Conselho de Opinião.

A **Parte II** é dominada uma vez mais por uma abordagem de cariz essencialmente quantitativo das mensagens recebidas no Gabinete de Apoio aos Provedores (GAP) e das temáticas abordadas no programa radiofónico que, nos termos da lei, o Provedor do Ouvinte deve apresentar semanalmente, “com uma duração mínima de 15 minutos”², nas diferentes estações do serviço público de rádio.

A reflexão a que dei o título *Em Jeito de Balanço*, na **Parte III**, equaciona questões que, penso, se mantêm em aberto na rádio em geral e na rádio pública em particular. A minha abordagem aqui reflecte o ponto de vista não já do provedor em exercício de funções mas o de um profissional que abandona a função e lança, para esta problemática, um olhar simultaneamente comprometido e distanciado. Comprometido por um envolvimento profissional e emocional iniciado ainda na infância, como lembrarei; mas com a distância de quem, até pela força da idade, não pensa regressar a uma actividade radiofónica regular. Verterei pois, nestes textos finais, considerações de teor crítico mais pessoal, relacionadas com o modo como olho para o panorama de hoje e de um próximo futuro do serviço público de radiodifusão sonora. Isto sem prejuízo de um eventual último comentário sobre estas matérias numa das derradeiras edições do programa *Em Nome do Ouvinte*.

Em **Anexos**, e à semelhança do que aconteceu no anterior Relatório, dou a conhecer o meu pensamento sobre a provedoria, transcrevendo largos excertos de uma intervenção na Universidade do Minho e a versão escrita de uma conferência-debate sobre a comunicação radiofónica, proferida na inauguração, na ilha de Santa Maria, de uma exposição da FLAD sobre a passagem pelos Açores de D. Roosevelt (mais tarde presidente dos EUA).

Transcrevo ainda os textos, na íntegra, de seis grandes temas que abordei no programa *Em Nome do Ouvinte*. Tal como todos os restantes, estes programas podem ser consultados na página do Provedor do Ouvinte, no portal da RTP (www.rtp.pt). Mas, como explico na Parte II, estes foram momentos radiofónicos que considero especialmente representativos quer da intervenção dos ouvintes quer da minha mediação e das reacções/explicações/justificações dos responsáveis da rádio pública.

² Alínea e), nº 1 do artº 27º (competências) da Lei nº 8/2007, de 14 de Fevereiro.

Finalizo estas primeiras palavras do Relatório, e não apenas em cumprimento de uma tradição, dirigindo uma palavra de saudação a entidades, estruturas, personalidades e profissionais com quem me relacionei ao longo destes quase dois anos.

Embora gozem de independência estatutária, os provedores da rádio e da televisão públicas relacionam-se institucional e/ou funcionalmente com a Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC), o Conselho de Opinião e diferentes estruturas da RTP, SA. Faço questão de deixar palavras de saudação que são ao mesmo tempo de agradecimento, à ERC, na pessoa do seu Presidente, Professor José de Azeredo Lopes; ao Conselho de Opinião, na pessoa do seu presidente, dr. Manuel Coelho da Silva; ao Conselho de Administração (CA) da RTP, SA, na pessoa do seu presidente, dr. Guilherme Costa; a todos os directores e directores-adjuntos da empresa e em especial àqueles a quem mais indagações fiz, no exercício do mandato - director da Antena 1, Antena 2 e Antena 3, sr. Rui Pêgo, o seu adjunto para a Antena 2, sr. João Almeida, Director de Informação, dr. João Barreiros; à engenheira Teresa Abreu, pela prontidão e competência com que respondeu a todas a minhas solicitações à Direcção de Engenharia e Tecnologias; e a todos os trabalhadores dos diferentes sectores do RDP cujo trabalho comentei no programa Em Nome do Ouvinte, em mensagens de resposta a questões levantadas pelos ouvintes ou em contactos directos que entendi por bem fazer.

Ao longo de 2009, o Provedor do Telespectador, professor doutor José Manuel Paquete de Oliveira, e eu próprio fomos distinguidos pela ERC com convites para acompanharmos diferentes iniciativas e mantivemos um encontro formal com esta entidade, para discussão do Relatório de Actividades referente a 2008.

A meio do ano de 2009 mantivemos igualmente um encontro com o plenário do Conselho de Opinião e outro com o Conselho de Administração da RTP, SA. Estas duas últimas entidades mostraram-se interessadas em conhecer o balanço que fazíamos dos problemas levantados pelos telespectadores e ouvintes e pretendiam igualmente saber quais os problemas com que eventualmente nos estivéssemos a defrontar nas nossas relações com as estruturas hierárquicas e logísticas da empresa.

Independentemente de referências pontuais nos desenvolvimentos temáticos a que vou proceder a seguir e na Parte III deste Relatório, seja-me permitido assinalar, aqui, a correcção e

entendimento adequados que as três entidades referidas demonstraram ter das funções dos provedores, respeitando-lhes a independência de pensamento e a autonomia de acção.

Foi um prazer, além de um privilégio, trabalhar ao lado do professor Paquete de Oliveira, de cujo saber muito aproveitei ao longo de frequentes trocas de impressão e de um convívio continuado.

No Gabinete de Apoio aos Provedores (GAP) encontrei, desde o primeiro dia, um excelente ambiente de trabalho e de cooperação. Recordo com gratidão a forma como a dr^a Fernanda Mestrinho (chefe do gabinete até Novembro passado) soube criar as melhores condições para o exercício do mandato, quer no plano profissional quer no ambiente de calor humano que teve a preocupação de ir sempre alimentando. Envolve na recordação grata desses tempos a técnica administrativa senhora dona Margarida Barreiros, que abandonou a empresa na mesma altura. Estou igualmente agradecido aos restantes elementos do Gabinete, dr^a Carmo Abrantes (assessoria jurídica) e técnicas administrativas senhoras donas Ana Clara Nunes e Ana Paula Tavares.

Permita-se-me que observe que a saída de Fernanda Mestrinho da empresa deixou o GAP sem chefe directo, com os seus funcionários a reportarem ao Director dos Assuntos Jurídicos e Internacionais, dr. Lopes de Araújo. Trata-se de uma opção do foro interno da empresa, sobre a qual os provedores não podem nem devem pronunciar-se, a não ser na estrita medida decorrente do que a leitura conjugada dos artigos 25º e 26º da Lei nº 8/2007 de 14 de Fevereiro aponta, ao dizer que devem ser facultados aos provedores “os meios administrativos e técnicos necessários ao desempenho das suas funções”, as quais serão exercidas num quadro de independência “face aos órgãos e estruturas da concessionária do serviço público de rádio e televisão”. Quero dizer com isto que qualquer solução administrativa é teoricamente boa desde que garanta aos provedores o cumprimento das funções que a lei lhes comete de forma expedita e eficiente, num ambiente de discrição e autonomia internas.

Um ano depois, vejo confirmadas as razões que me levaram no primeiro Relatório a dirigir um obrigado especial pela colaboração e pela cumplicidade ao meu “braço direito”, o jornalista Viriato Teles. As suas capacidades profissionais e as suas qualidades humanas contribuíram em muito para as boas recordações que guardo deste mandato.

Agradecimentos também à colaboração semanal na montagem do programa Em Nome do Ouvinte ao produtor Anacleto Cruz, à técnica de som Paula Guimarães, bem como aos diferentes técnicos que a substituíram na função, quando necessário; à compreensão do coordenador da Unidade de Serviços de Operações, Alves Dias; à disponibilidade dos sonorizadores César Martins, Pedro Alvarez e Luís Coelho; e à excelência técnica dos locutores Isabel Bernardo e Alberto Ramos.

Introdução

Vivemos num ambiente em que as principais vantagens dos velhos meios de comunicação de massas – jornais, rádio, televisão – parecem mais ultrapassadas a cada dia pelo fascínio das ofertas dos novos meios. E em que o próprio mediador – a quem nos acostumámos a chamar *gatekeeper* – aparece aos olhos de muitos como cada vez mais irrelevante ou mesmo inútil.

O consumidor deixou de ser apenas consumidor. Passou a ser também produtor. A Internet, o telemóvel, o Facebook, o Twitter oferecem-nos possibilidades de comunicação que estavam limitadas num passado ainda recente aos meios tradicionais. E muitas outras com as quais não sonhávamos sequer.

Já no início de 2010, dediquei dois programas a esta problemática, tomando como pretexto a recente eleição do Twitter, pelos jornalistas do semanário *Expresso*, como Figura Internacional do Ano de 2009.

Há não muito tempo – recordei – se perguntássemos a algum profissional qual a vantagem da Rádio em relação aos outros meios, ele poria em relevo, entre outras, a supremacia deste meio quando se tratasse da rapidez, da brevidade e da mobilidade. Nenhum outro a conseguia bater nessa capacidade de chegar e transmitir mais rápido do que os outros, de o fazer em breves palavras (daí ser o ideal para as grandes notícias de última hora e para os directos), e de o poder consumir de qualquer lado para todo o lado.

Nos últimos 15 anos, porém, a apropriação social pelos utilizadores dos novos dispositivos tecnológicos revolucionou o processo de mediação. Passámos de um modelo de comunicação de massa para um modelo a que Castells não hesita em denominar pela (apenas aparentemente) paradoxal expressão de “comunicação individual de massa” (tradução minha

para *mass self-communication*).³ Assente na comunicação em rede, este modelo combina o velho sistema dos *media* de massa com novas tecnologias e novos meios de comunicação que alargam até fronteiras insuspeitadas as capacidades de comunicação e de produção global, interpessoal e individual (da Internet aos telemóveis, do YouTube ao Twitter).

A mediação deixou de ser, pois, um exclusivo dos comunicadores profissionais. Toca-nos a todos. Os excluídos de outrora (os destinatários) tornam-se agora também e ao mesmo tempo emissores, vendo desta forma aumentada a sua autonomia comunicacional em relação às empresas de comunicação.

O primeiro grande sinal de que algo mudava, em definitivo, surgiu com os atentados de 11 de Março de 2003, em Madrid. Ao chamamento de mensagens via telemóvel, milhares e milhares de manifestantes afluíram à rua a contestar a versão oficial do então primeiro-ministro Aznar. O processo não passou pelo *gatekeeping* mediático. E não deu sequer tempo para que fontes institucionais montassem qualquer operação de condicionamento da opinião pública. Aznar, pouco depois, perderia as eleições.

Mais recentemente, o mundo soubera dos actos concretos de repressão do regime iraniano sobre os manifestantes anti-Ahmadinejad, não através das agências de notícias ou da cadeia global CNN, mas dos próprios cidadãos, que escapavam dessa forma à censura contra a imprensa.

Esta plataforma impor-se-ia, rapidamente, como ferramenta ideal para a captação e divulgação de notícias em condições difíceis (nomeadamente em países sob regime autoritário), a qualquer hora, em qualquer lugar, fosse por quem fosse.

Na eleição do *Twitter* como figura do Ano de 2009, o que aparecia como mais ameaçador para a Rádio era, precisamente, a consagração das principais vantagens da nova rede social estar a ser feita sobre os despojos das tais características que durante quase um século se apontaram como seus emblemas: a brevidade (140 caracteres, no máximo, na mensagem *twitada*); a rapidez (tão instantânea como a rádio); e a mobilidade (utilização mais dúctil e

³ Castells, Manuel (2009) *Communication Power*, New York: Oxford University Press. Seguimos também, no aprofundamento desta linha de investigação, Gustavo Cardoso, Rita Espanha e Vera Araújo (2009), *Da Comunicação de Massa à Comunicação em Rede*, Porto: Porto Editora.

directa, ainda, do que a comunicação radiofónica). Com uma vantagem suplementar: a de não ser já o jornalista – apesar de tudo limitado aos seus dois pares de olhos e pernas - a levar a informação às pessoas, mas a própria pessoa, milhares de pessoas a contribuírem com milhares de olhos e diferentes ângulos de visão (o que significa, também, de pontos de vista) para o conhecimento do que ocorreu em qualquer parte.

E a Rádio, no meio disto tudo, perguntei ao meu interlocutor. Com que argumentos vai ela responder a estes desafios? Como vão, ela e os seus profissionais, resistir a ambientes tão (pelo menos na aparência) hostis?

Em resposta às minhas perguntas, o director-adjunto da RTP para Novos Formatos, Jorge Alexandre Lopes, socorreu-se da utilização das redes sociais em dois desastres naturais daqueles dias (um tremor de terra ao largo da costa portuguesa, felizmente sem consequência, e a tragédia do Haiti) para sustentar a ideia de que mais do que uma ameaça, o novo ambiente digital oferece à Rádio uma oportunidade.⁴

Na verdade, reconheceu, as redes sociais responderam primeiro que os meios tradicionais ao desafio da informação de actualidade. Mas - sublinhou, socorrendo-se dos primeiros dias de caos haitiano - foi também a Rádio quem, antes e em vez do Estado, se instalou (literalmente, pois as suas instalações ruíram) na rua, entre as ruínas, dando conforto e provendo os cidadãos das mais básicas necessidades de informação de que estes necessitavam, no desamparo físico e humano em que o país vivia.

Pessoalmente, como defendo na Parte III (“Em jeito de balanço”), aconselharia a que se deixasse de lado algum foguetório tecnológico com que vejo, aqui e além, tentar-se combater...as novas tecnologias.⁵ Tanto piscar de olhos, tanta foto, tanta busca dos bastidores - receio - acabará por distrair da notícia, do programa puro e duro, mais reflexivo, mais profundo.

Por que não (algo que a história dos *media* nos ensina) reinventar a Rádio, colocando o melhor que as novas tecnologias lhe oferecem ao serviço do melhor que a Rádio sempre teve

⁴ Ver, em Anexos, a transcrição dos dois programas em que foi transmitida a conversa.

⁵ Escrevia-me um conhecido profissional de outra estação, em correspondência a propósito da Antena 3, mas analisando a generalidade da programação radiofónica: “Se é com iPods e canais online que a rádio quer concorrer, vai perder. A rádio só pode ganhar com talento, com diferença, com pessoas lá dentro”. É o que penso.

para nos oferecer – a magia da comunicação boca a orelha dessas “vozes sem corpo, mas vozes de um emissor real” tão próximo de nós como se connosco conversasse à lareira.⁶

Escrevia recentemente, numa crónica notável, o jornalista José Vítor Malheiros (JVM), chamando a atenção para o acto de que a informação deixou de ser uma palestra para se transformar numa conversa: “O facto de podermos hoje ler e ver na Internet, sem mediação, os relatos dos indivíduos comuns que protagonizam estes acontecimentos [ocorridos no Haiti], os testemunhos dos voluntários das organizações humanitárias, a par de blogues de jornalistas no local (locais ou estrangeiros, *free-lance* ou não), fornecem à informação a que temos acesso uma riqueza incomparável”.⁷

Logo na década de 1930, nos EUA, as “conversas à lareira” de Roosevelt demonstraram que nenhum meio substituiu mais cedo a palestra pelo diálogo do que a Rádio. Nenhum outro poderá, por isso, valer-se melhor desta extraordinária oportunidade que as novas ferramentas colocadas à disposição das audiências oferecem à comunicação em geral e ao jornalismo em particular.

É num quadro assim, “onde a criatividade e a participação cidadã assomam por todas as frinchas”, conluo, parafraseando JVM, que há uma nova Rádio para inventar. Uma Rádio ao mesmo tempo local e global, de autor e de antena aberta, de um para todos através de cada um.

É tempo de a Rádio se fazer de novo ao caminho, passada a crise das incertezas que sempre trazem as mutações tecnológicas e à qual me referia no anterior Relatório. Não encontro, para isso, outras grandes consignas a não ser aquelas que na altura apontei: a qualidade dos conteúdos e a excelência profissional dos que a fazem todos os dias. Numa prática que – repito-me também aqui – não pode deixar de ser rigorosa, exigente, independente, plural, criativa e atractiva, de respeito pela cidadania e de atenção aos sinais que chegam das audiências.

⁶ Aprofundo esta ideia num texto preparado para a inauguração, na ilha de Santa Maria, de uma exposição da FLAD sobre a passagem pelos Açores do presidente Franklin D. Roosevelt e que transcrevo em Anexos.

⁷ José Vítor Malheiros, “A angústia do jornalista perante a Internet”, *Público*, 26.1.2010, p.29

Foi com estas convicções e com estes valores que enfrentei a segunda parte do meu mandato.

Ao longo de 2009, foram recebidas no Gabinete do Provedor do Ouvinte 1146 contactos formais de ouvintes (1111 mensagens electrónicas e 35 cartas e postais com tomadas de posição sobre as emissões radiofónicas das sete estações do serviço público de radiodifusão e sobre a minha própria actuação enquanto provedor).

Em termos qualitativos, manteve-se a forte predominância de mensagens críticas em relação aos diferentes itens em consideração. Conteúdos e formatos emitidos na Antena 1 e na Antena 2 – estações nacionais generalista e clássica, respectivamente – figuram no topo das sete estações do universo RDP como alvo de queixas, críticas, dúvidas, sugestões, manifestações de satisfação, na correspondência recebida pelo Provedor do Ouvinte.⁸ Entre as categorias temáticas consideradas, a Informação e o Desporto (esmagadoramente presentes na programação da Antena 1) voltam também a dominar. Uma análise sumária da correspondência recebida nos primeiros dois meses deste ano confirma estas tendências principais, que exporemos mais detalhadamente no Parte II.

A disponibilização pelo GDOC de aplicações que permitem o cruzamento de variáveis sociográficas possibilita-nos a apresentação de um perfil tendencial dos ouvintes que entram em contacto com o Provedor do Ouvinte – o que acontece pela primeira vez.

⁸ Antena 1, Antena 2, Antena 3, RDP Internacional, RDP África, RDP Açores e RDP Madeira. Várias alusões à Rádio Mozart e à Rádio Lusitana (canais online) estão incluídas no item Multimédia, que diminuiu acentuadamente.

PARTE I

Dois casos marcaram o meu mandato, no período abrangido por este Relatório. Ambos mobilizaram os ouvintes e provocaram, da minha parte, reacções vivas e sem qualquer ambiguidade. Falo do fim abrupto do programa Lugar ao Sul, de Rafael Correia, na Antena 1 e da transmissão de uma promoção à Antena 1 e que ficou conhecida, no gabinete dos provedores, como “o caso do anúncio”. Neste último, como vamos ver, trabalhei em contacto e consonância com o meu colega da televisão, professor José Manuel Paquete de Oliveira. Penso que vale a pena relatar ambos os episódios, revelando dados que podem ajudar a contextualizar melhor o que se passou e o impacto que ambos tiveram no auditório.

Lugar ao Sul, o Fim de Um Monumento Radiofónico

O inimaginável aconteceu. O melhor programa, a jóia da coroa radiofónica do serviço público de radiodifusão sonora em Portugal terminou no Verão passado. Assim, abruptamente. Pouco tempo depois de assinado um contrato que regulava administrativamente a relação de trabalho entre o realizador Rafael Correia, atingido já pelo limite de idade, e a empresa RTP, SA.

Cerca de semana e meia antes de ser avisado pelo director da RTP-Faro, Feliciano Estêvão, de que o programa ia mesmo acabar, recebi uma série de mensagens alertando para a iminência de tal acontecimento. As mensagens responsabilizavam o Director de Programas, Rui Pêgo, há muito apontado, em cartas abertas e abaixo-assinados que circulavam na blogosfera, como alguém que sempre minimizara a presença daquele programa nas antenas da RDP.

Em contacto com Rui Pêgo, recebi deste a informação de que o contrato atrás referido fora autorizado pela Administração da empresa e a garantia de que por ele, Director de Programas, não havia qualquer intenção de pôr termo à colaboração do autor de Lugar ao Sul.

Ao mesmo tempo que desenvolvia esta diligência junto do responsável da programação da Antena 1, tomei a iniciativa de enviar uma mensagem a Rafael Correia, pedindo-lhe que me confirmasse ou desmentisse os rumores que me haviam chegado.

Desta vez, Rafael Correia, que poucos dias antes me enviara um postal de agradecimento por referências elogiosas que lhe havia feito no programa Em Nome do Ouvinte, deixou a minha indagação sem resposta. Perante o seu continuado silêncio, dirigi a mesma pergunta ao director da RTP Faro.

Recebi deste último a confirmação de que Rafael Correia lhe dissera estar na disposição de acabar com o programa dias depois, quando fosse para o ar a última edição de Lugar ao Sul, antes da habitual pausa de Agosto. Escrevi nova mensagem a pedir a Rafael Correia que aceitasse explicar publicamente o que se passava ao mesmo tempo que lhe fazia um apelo para que prosseguisse o programa.⁹

Como, por coincidência, a última emissão de Lugar ao Sul ocorreria em 1 de Agosto, o dia a seguir à estreia da última edição de Em Nome do Ouvinte antes da tal pausa de Agosto, decidi gravar duas versões do programa – um com respostas a perguntas dos ouvintes; o outro, com uma homenagem a Rafael Correia, caso se confirmasse a anunciada intenção de acabar com o programa. Nas vésperas, numa última tentativa para obter do realizador uma declaração justificativa da decisão, desloquei-me propositadamente aos estúdios em Faro. Feliciano Estêvão confirmou-me que aquela seria realmente a última emissão, pelo que enviei dali uma última versão do programa Em Nome do Ouvinte para Lisboa (ver texto em Anexos).

Mais de meio ano passado sobre o termo do programa, reafirmo o que, na altura, escrevi a um ouvinte de Cascais:

Sobre o fim de Lugar ao Sul só disponho da versão do director de programas e do director de Faro. Ambas mostram perplexidade perante a iniciativa unilateral de RC. Tendo a pensar que RC se cansou. Também e se calhar sobretudo da empresa, que no entanto e até então, pelo menos formalmente, ultrapassara os conhecidos obstáculos burocráticos a quem se reforma, não tendo faltado, até ao momento da denúncia do contrato, com soluções administrativas para manter com ele um vínculo contratual. (...) Penso que a RDP podia ter tratado muito melhor o RC, ao longo destes anos. E acho (escrevi-o no *Público*, há anos, e repeti-o num dos programas recentes em que falei dele) que há muita coisa ainda a fazer (por exemplo: disponibilizar os trabalhos dele, numa colecção que teria um grande sucesso). De qualquer modo, neste caso concreto do fim do programa, começo a pensar que seremos injustos se lançarmos as culpas para os responsáveis da empresa.

Compreendo que se revele muito difícil a substituição de Rafael Correia. Mas julgo que era possível apostar na criação de um programa com abordagens temáticas semelhantes, como julguei entender que ia ser feito, face à resposta que o director de programas deu à pergunta

⁹ Tratou-se de um procedimento inédito em todo o meu mandato. Tenho consciência de que, com este apelo extravasei as competências e os limites a que o mandato de Provedor do Ouvinte está confinado por lei. Se, porém, toda a regra tem uma excepção, esta é para mim, claramente, uma delas. Antes de exercer este cargo - enquanto profissional da Rádio nos anos de 1980 e no período de finais de 1995 a meados de 1997, quando a ela regresssei; e enquanto autor de textos na imprensa escrita – nunca deixei passar uma oportunidade sem elogiar publicamente o programa e o seu realizador. Entendi e entendo que defender a continuidade de Rafael Correia e do Lugar ao Sul era a melhor forma de defender os interesses dos ouvintes do serviço público de rádio.

que nesse sentido lhe dirigi. Dessa forma dar-se-ia, ao menos, um sinal ao auditório de que os responsáveis da rádio pública estavam empenhados em colmatar a falta.

No momento em que finalizo este documento preparo um programa em que incluirei respostas a perguntas que dirigi ao director de programas, Rui Pêgo, sobre a matéria. Acabo igualmente de receber resposta de Jaime Fernandes, director do Centro de Novos Negócios e Projectos, que na altura prometeu novidades até finais de 2009 acerca da disponibilização (e/ou do acesso) das gravações do programa ao público. Ambas as respostas, permita-se-me o desabafo (que aliás penso pôr no ar, no programa) levam-me a confirmar que sobre a vontade dos profissionais e mesmo dos dirigentes prevalece uma estrutura de resposta lenta e mortíca aos desafios de uma gestão dinâmica. Não me autorizo, porém, a perder a esperança de que o registo vivo, respeitoso, comovente de quase três décadas de um Portugal ignorado mas culturalmente tão rico escape à poeira do esquecimento a que a indiferença das instituições tantas vezes condena figuras e obras do património colectivo.

Se nada acontecer nos próximos meses,¹⁰ sairei com mais uma mágoa – a de não ter conseguido estar à altura de corresponder a este apelo do ouvinte que citei atrás, catedrático de História (aposentado prematuramente) da Universidade de Coimbra, e que tanto me tocou:

“Somos da mesma idade, vivemos os mesmos anos 60, ambos somos jornalistas (da imprensa escrita e falada), temos já um estatuto que nos permite dizer «não» a facilismos e a «novas vagas». Por favor, diga «basta!» e diligencie corajosamente para que Rafael Correia continue a sua missão. Sabe que muita gente - mas mesmo muita (e não apenas os algarvios e alentejanos!) - lhe ficará imensamente grata!”.

¹⁰ Isto é: se Rafael Correia não regressar; se o programa não for substituído por outro com características semelhantes (o que julgo viável, embora obviamente difícil); e se (algo de inadmissível, do meu ponto de vista) o seu legado radiofónico ficar remetido ao arquivo histórico da RDP/RTP.

O CASO DO ANÚNCIO

Uma promoção à Antena 1, protagonizada no primeiro trimestre do ano pela directora-adjunta de Informação, Eduarda Maio, esteve na origem de um conjunto de reacções triplamente significativas, do meu ponto de vista: do lado os ouvintes; do lado dos provedores; e do lado da estrutura profissional e empresarial.

Se o termo de Lugar ao Sul e o abandono de Rafael Correia foi, para mim, o mais duro, este foi, seguramente, o mais polémico momento do meu mandato e o que mais mobilizou os ouvintes, até hoje. E também aquele em que os dois provedores – o do ouvinte e o do telespectador – actuaram em íntima ligação, desenvolvendo contactos de bastidores e emitindo posições conjuntas firmes e sem ambiguidades.

Foi um ouvinte quem primeiro me alertou para o caso da estranha promoção da Antena 1 num anúncio televisivo. Por deficiência de interpretação minha ou devido à forma como o ouvinte se exprimiu pensei tratar-se de uma confusão sua com um anúncio de uma anterior campanha, onde não tinha encontrado qualquer postura censurável da parte da jornalista em causa. Foi só quando me chegou um conjunto de várias mensagens em tom verdadeiramente indignado – e todas num breve espaço de tempo – que decidi ir averiguar o que se passava, recorrendo a um sistema tecnológico de que disponho no Gabinete e que me permite consultar, num ápice, o que se disse nas sete antenas do serviço público nos últimos três meses.

O que vi e ouvi deixou-me estupefacto. Corri a avisar o professor Paquete de Oliveira. Mesma reacção de incredulidade indignada. Nenhuma outra coisa nos restava, concluímos logo no instante, a não ser tomar as iniciativas necessárias para que a promoção fosse retirada do ar. Fizemos uma rápida reflexão conjunta, alinhámos argumentos e contra-argumentos e pouco depois lançávamo-nos ambos, cada um ao seu computador, na escrita de um texto que pudéssemos assinar conjuntamente.

Não foi difícil o consenso, como se conclui. No parecer conjunto, datado de 20.03.2009, criticávamos a veiculação, pelo referido spot, de uma “mensagem de teor antidemocrático”; lamentávamos a presença nela, como intérprete, de uma jornalista profissional; e defendíamos, por isso, a sua retirada imediata do ar.

PARECER CONJUNTO DOS PROVEDORES DO TELESPECTADOR E DO OUVINTE DA RTP

Os provedores do telespectador e do ouvinte da Rádio e Televisão de Portugal, confrontados com a promoção da Antena 1 neste momento em difusão na RTP, particularmente com um spot que alude a efeitos de uma manifestação no trânsito, consideram seu dever tomar a seguinte posição:

- 1. O conteúdo desse spot veicula uma mensagem de tom antidemocrático, violadora de um direito constitucional;*
- 2. Dado o teor publicitário da campanha, os provedores olham com a maior reserva para a respectiva interpretação por um jornalista profissional;*
- 3. Em diferentes intervenções internas e externas, os dois provedores têm-se manifestado favoráveis ao aproveitamento de sinergias promocionais resultantes da fusão da RDP e da RTP;*
- 4. Da aludida promoção publicitária, contudo, os provedores não têm dúvidas de que resultam feridos princípios e direitos que devem ser superiormente respeitados, em especial por operadores com o estatuto de serviço público.*

Nestes termos, os provedores do telespectador e do ouvinte são de parecer de que o spot publicitário em causa deve ser imediatamente retirado.

Mais demorado ou pelo menos mais complicado de apurar acabou por ser o nome e cargo a quem deveríamos endereçar o e-mail. A questão era transversal – programação e informação da rádio (a que diziam respeito o tema e a jornalista envolvida), marketing e programação da televisão. Na ausência de um director-geral na hierarquia da empresa, e depois de contactos informais com alguns membros da estrutura, optámos por escolher o Conselho de Administração, o único com autoridade para dirimir eventuais disputas de competências no que à retirada do spot dizia respeito.

Não nos bastava, contudo, fazer chegar a nossa posição aos mais altos responsáveis da empresa. Era preciso que estes a recebessem de imediato, para poderemos todos (eles e nós

próprios, que queríamos começar a responder à catadupa de protestos que entretanto começara a afluir) actuar dentro das respectivas competências. Acabou por ser o vice-presidente da RTP, engº José Marquitos, o responsável primeiramente contactado. A posição oficial da empresa foi a de mandar suspender de imediato a passagem do *spot* em causa, o que muito apreciámos.

O caso, como seria de esperar, teve repercussões externas (ver, adiante, “Reacções, Réplicas e Tréplicas”) e também no interior da empresa, em particular na redacção da Rádio.

Repercussões Internas

O melindre da situação mas sobretudo as acusações (algumas verdadeiramente gratuitas) que foram feitas no espaço público a alguns dos protagonistas e de uma forma geral ao serviço público provocaram naturais reacções da parte da jornalista Eduarda Maio (EM), do Conselho de Redacção [CR] e também do director de Informação [DI], João Barreiros.

Três dias depois do incidente, este último dirigiu uma mensagem aos dois provedores com informação adicional sobre o *spot* com que a RTP pretendia promover a Antena 1 e que acabara, afinal, por se revelar, também na opinião deste responsável, danoso para a imagem de independência daquela estação.

Ficámos a saber que o referido *spot* estava integrado numa campanha que começara a ser preparada no último trimestre de 2008 e fora pilotada pelas Direcções de Marketing e de Programas. Fora o próprio DI da Rádio quem indicara EM para participar na campanha. Por se tratar de uma figura com um papel relevante no canal e que, de resto, já havia participado noutras campanhas promocionais da Antena 1.

Por razões de agenda, João Barreiros não participou na reunião que deu o “sim” final ao anúncio. Quando o viu, já no ar e sem que tenha havido qualquer troca de impressões prévia entre ele e os provedores, tomou a mesma iniciativa que estes, pedindo ao Conselho de Administração que suspendesse a transmissão do *spot*, e reuniu, no mesmo dia, com o CR (cuja posição, lamentavelmente, não encontrou eco em boa parte da Comunicação Social que noticiou o caso).

A mensagem de João Barreiros aos provedores não deixava dúvidas: " (...) O Serviço Público não pode promover-se fazendo passar mensagens desta natureza. Ela é profundamente desadequada e contrária ao espírito democrático que procuramos respeitar e desenvolver dentro da empresa e, sobretudo, dentro da redacção".

Fazia, porém, duas distinções. A primeira sobre a nossa referência aos sindicatos: "Não posso acreditar que a campanha se destinasse a apoiar o governo e a atacar os sindicatos. E também não aceito que se aproveite este episódio infeliz para atacar a isenção da redacção e da Direcção de Informação, tanto mais que os sindicatos têm presença muito regular e equilibrada nos nossos noticiários, como qualquer estudo independente demonstrará". A segunda, sobre a participação de jornalistas em campanhas promocionais: "Parece-me aceitável que os jornalistas participem em campanhas promocionais do canal em que trabalham. No entanto, julgo que teremos de ter mais cuidado, a partir de agora, com os conteúdos e a forma dessas campanhas".

Poucas horas depois, respondi-lhe dizendo também não acreditar que a campanha se destinasse a apoiar o governo e a desacreditar os sindicatos e que também achava que os jornalistas da RDP não devem recusar-se a participar em campanhas promocionais da estação. Estabelecia, a este propósito, as duas linhas de fronteira que me parecem essenciais em casos destes: que a campanha tenha sido aprovada pela DI e não seja incompatível com a deontologia. De um modo simples, dizia que os seus limites se encontram entre aquilo que é o trabalho normal de um jornalista e aquilo que é a interpretação de um guião: " (...) Filmarem um jornalista a apresentar um noticiário ou a fazer uma entrevista, uma reportagem...tudo bem; darem um texto para ler e interpretar, ainda por cima com os disparates de que aquele estava eivado...é inaceitável. Isso é para actores ou locutores, não para jornalistas".

Terminava, assinalando dois erros cometidos por Eduarda Maia naquele processo: enquanto jornalista, pois se entregara acriticamente nas mãos do *marketing* da empresa; e enquanto membro da hierarquia da Rádio, por não se ter apercebido da profunda desadequação do texto do anúncio à natureza de uma rádio de serviço público. Aproveitava para me mostrar surpreendido com a insensibilidade demonstrada pelo Conselho de Redacção sobre esta matéria: "Uma coisa é [o CR] defender EM das acusações e insinuações incríveis que lhe estão

a fazer, outra é ignorar este erro deontológico reiteradamente assumido [pela jornalista, em declarações à imprensa]”.

Reacções, Réplicas e Tréplicas, alguns exemplos dialógicos

Como disse atrás, o episódio do anúncio promocional da imagem da Antena 1 foi o que mais reacções provocou do lado do auditório. Algumas acusando-me (e ao meu colega da televisão) de acção censória.

Transcrevo, a seguir, alguns exemplos que considero mais significativos da correspondência trocada em volta dessas acusações. Junto-lhes, no final, um outro exemplo – o de um ouvinte a cujas acusações contra uma alegada falta de isenção da directora adjunta e na altura editora do turno da manhã da Antena 1, Eduarda Maio, eu, meses antes, não dera provimento. Esclareço, contudo, que foram também várias as mensagens recebidas manifestando regozijo com a iniciativa dos provedores.

Mensagem recebida depois da retirada do anúncio:¹¹

Escrevo para mostrar o meu desagrado e profunda discordância pelo parecer conjunto dos Provedores da RTP e da RDP acerca do *spot* publicitário recente da Antena 1 (referindo-se aos protestos sindicais).

Os senhores ajudaram a diminuir a minha percepção de liberdade de expressão nos meios de comunicação estatais. Mais digo, que o sindicalismo não é nenhuma vaca sagrada da qual só se possa dizer bem, e tudo o resto é um "ataque anti-democrático". Indesculpável, indesculpável. Prestaram um mau serviço à democracia portuguesa.

Minha resposta a este ouvinte, jovem piloto comercial:

Com todo o respeito, tresleu o nosso parecer. Nada nele autoriza a interpretação que dá.

É claro que a liberdade de expressão numa estação pública abrange o direito de discordar seja do que for. Mas no lugar próprio, que são os programas de debate.

¹¹ Ortografia e sintaxe originais respeitadas, por princípio.

O que está em causa neste problema concreto sobre o qual nos pronunciámos, é o de, numa campanha de promoção da imagem (sublinho da imagem) de uma estação pública de rádio, esta aparecer a assumir uma posição de todo incompatível com os valores democráticos e de exercício de cidadania que são a sua própria razão de existir.

Aquele anúncio específico, parece-me claríssimo, é o contrário do que o contrato de concessão estabelece, quando aponta à RDP a missão de contribuir “para o esclarecimento, a formação e a participação cívica e política da população” (alínea f) do ponto 3 da cláusula 5ª (condições gerais da prestação do serviço público de radiodifusão sonora).

Outra reacção:

Não concordo com a retirada do anúncio da Antena 1. Fica-se com a sensação de que estamos dependentes de meia dúzia de políticos (e aqui refiro-me a todos aqueles que têm voz directa).

Lamento esta dualidade de critérios e todas estas virgens ofendidas. Não consigo perceber como para uns casos há liberdade de expressão e para outros não. Mas afinal, há ou não liberdade de expressão? Só existe esta liberdade quando nos convém? ou quando não toca nos nossos tabus? Quanto a mim o anúncio só traduz aquilo que todos pensamos quando nos deparamos com esta situação, e isto não quer dizer que sejamos contra as greves ou contra o sindicalismo. Pelo contrário.

Minha resposta a esta ouvinte:

Com todo o respeito, neste caso não é a liberdade de expressão que está em causa.

Tratava-se de um anúncio promocional de uma empresa, não de uma manifestação de opinião de um cidadão.

Ora, a dita empresa é concessionária do serviço público de radiodifusão. E essa concessão foi dada tendo em conta um caderno de encargos.

Transcrevo-lhe um deles, apenas como exemplo (alínea f) da cláusula 5ª): “Contribuir para o esclarecimento, a formação e a participação cívica e política da população através de programas onde o comentário, a crítica e o debate estimulem o confronto de ideias e contribuam para a formação de opiniões conscientes e esclarecidas”.

Um anúncio promocional tem por fim enfatizar a imagem mais favorável do “produto”. Acha certo, correcto, aceitável que uma estação de rádio de serviço público, quando chega a hora de

mostrar aos cidadãos o que tem a oferecer-lhes, não encontre nada de melhor, nos 30 segundos de um anúncio, do que passar-lhes a mensagem de que o exercício do direito à manifestação “é uma chatice para o Rui”?

Foi neste sentido que o meu colega provedor da televisão e eu próprio tomámos posição. Posição não contra aqueles que protestam numa fila contra os efeitos de uma manifestação. Mas contra os funcionários que dentro de uma estação de serviço público escolheram - como tema de um anúncio, repito - o exercício de um direito, o que é sempre polémico, mas ainda por cima não hesitaram em privilegiar nessa abordagem um ângulo de abordagem que põe em causa esse mesmo exercício. Em nome de quê e de quem?

Informo-a, já agora, que antes da tomada de posição dos políticos, a que se refere [e que nas horas subsequente acabaram por se pronunciar sobre o episódio] já inúmeros ouvintes se me tinham dirigido a protestarem contra o anúncio.

Por fim, a tal mensagem do ouvinte que julgou encontrar no episódio a prova do que meses antes reprovava na editora Eduarda Maio, sem obter, contudo, o meu acordo:

Quando no dia 08 de Novembro de 2008, enviei uma mensagem a V.Exa. referente à jornalista da Antena1 - Eduarda Maio – dois dias depois o Senhor Provedor teve a amabilidade em responder-me, reiterando as minhas dúvidas, mas numa atitude responsável e cordial, nunca pôs em causa a isenção da jornalista. Como cidadão e ouvinte da rádio pública, tomo a liberdade de dizer que caiu completamente a máscara a Eduarda Maio, ao dar a voz a um *spot* publicitário.

Minha resposta:

Penso que a questão que levanta é de outro foro, que não o da isenção. Depois de 8 de Novembro e até hoje, nos jornais da manhã que tenho vindo a ouvir, continuei a não encontrar razões para alterar a posição que defendi.

A questão de agora, repito, é diferente. Considero-a grave, como disse no parecer que subscrevi com o meu colega professor Paquete de Oliveira, mas releva de um outro capítulo da actividade profissional – o das incompatibilidades.

Não tive ocasião ainda de ouvir as razões de Eduarda Maio. Por aquilo que li nos media, e em particular no jornal 24 Horas, e que lhe é atribuído, E.M. diz que não teve qualquer intervenção no texto, nem qualquer participação em reuniões sobre isso, gravou várias versões

e não sabe qual foi a escolhida. E afirma, fazendo fé no dito jornal: “Essas decisões competem ao departamento de marketing”.

Ora, o código deontológico (dos jornalistas portugueses, noutros países é diferente) considera incompatível a participação de jornalistas em actividades de índole publicitária. Para mim, enquanto jornalista que ainda sou, embora fora do exercício da profissão neste momento, esta questão é grave. Talvez seja um problema de gerações, pois o comunicado do Conselho de Redacção da RDP (na parte noticiada, não o li na íntegra) também é omissivo sobre esta questão. Aguardemos o que a Comissão da Carteira e o Sindicato vão dizer.

Equilíbrio Eleitoral

Em Abril de 2009, na Universidade do Minho, ao fazer uma espécie de previsão sobre os 14 meses que faltavam para terminar o mandato, citei o seguinte conselho a aspirantes a provedor, dado pelo antigo Provedor do Leitor do *New York Times*, Daniel Okrent: “Tentem não estar em funções durante as campanhas eleitorais presidenciais”.¹² E acrescentei: “Eu não vou ter presidenciais no meu mandato. Mas de europeias, autárquicas e legislativas ninguém me livrará. Vai ser uma experiência inédita em Portugal. O cargo é recente, nem José Nuno Martins nem o professor Paquete de Oliveira atravessaram qualquer acto eleitoral. Se é duro no *New York Times*, imaginem nas estações públicas RDP e RTP...”

A previsão falhou. Uma surpresa muito agradável, para mim.

Posso testemunhar, por experiência própria, que prevalece na rádio portuguesa (pública e privada) uma grande preocupação em cobrir de forma imparcial e equilibrada as actividades dos partidos com assento parlamentar, e que essa preocupação aumenta nos períodos eleitorais, alargando-se, mais do que na imprensa escrita, a todos os partidos concorrentes.

Não é sempre esse, no entanto, o entendimento de militantes e de dirigentes e estruturas partidárias. A questão assume particular acuidade em rádio e em televisão. Não tanto na cobertura dos actos de comícios e acções de rua, mas na realização de entrevistas e,

¹² Daniel Okrent, 2008, *O Provedor*, Lisboa, Edições 70, p. 35

sobretudo, debates. O problema agrava-se quando se trata de eleições autárquicas, tantos são os candidatos nas três centenas de municípios em disputa.

Acusações frequentes de falta de rigor e de imparcialidade na Informação, recebidas nos primeiros 10 meses de mandato, levavam-me a prever o pior, como disse. A surpresa consistiu em que os noticiários e os jornais de campanha foram objecto de menos mensagens de protesto do que nos períodos digamos normais.

“Aproveitei” um protesto e duas queixas – uma de um ouvinte; outra, formal, de uma força concorrente – para me debruçar sobre esta problemática. Não tanto quanto ao rigor e ao esforço de imparcialidade, que me parecem, repito, preocupação geral dos jornalistas.¹³ Mas porque se tratava de uma excelente oportunidade para ir um pouco mais longe na análise do que estabelecem a Constituição e a Lei Eleitoral e daquilo que é, desde sempre, praticado pelos *media*.

Assim, deixo aqui, apenas, o meu ponto de vista quanto à questão do equilíbrio dos *media* em geral e dos *media* públicos em especial no que respeita ao tratamento em antena de todas as forças e candidatos concorrentes. Constatei, uma vez mais, que estou isolado na defesa desta tese. Atrevo-me, contudo, a reiterá-la, por entender que há uma certa hipocrisia na forma como autoridades, partidos e *media* olham para o problema.

Parecer sobre coberturas eleitorais¹⁴

A questão é polémica. Veio a lume ainda recentemente, a propósito de uma directiva da ERC no sentido de serem suspensas colaborações na comunicação social por parte de candidatos às eleições. Apercebi-me, pela generalidade dos comentários, que tenho uma posição diferente daquela que parece dominante.

Do meu ponto de vista, a Lei é tão clara nesta matéria que não pode deixar dúvidas a ninguém.

¹³ Os noticiários objecto de queixa constituíram, tanto quanto me apercebi, a excepção que confirmaria a regra. Foram, pelo menos num dos três casos, chocantes, na verdade, as faltas de equilíbrio que encontrei, geralmente favorecendo o PS e o Bloco de Esquerda e prejudicando a CDU. As queixas, justificações dos responsáveis e os meus pontos de vista podem ser consultados (como, de resto, todos os programas que eu e o meu antecessor fizemos) na página do Provedor do Ouvinte (www.rtp.pt), em Todos os Guiões. Os programas em questão são os estreados em 29.05, 25.09 e 16.10.2009.

¹⁴ Ver, em Anexos, a totalidade do programa de 16.10.2009, em que foi emitido este parecer.

Não há razão nenhuma para as discriminações (aliás, e infelizmente históricas) de que os chamados pequenos têm sido alvo por parte da comunicação social.

Este comportamento assume especial gravidade quando é protagonizado por empresas públicas de comunicação social - no caso a rádio e também a televisão, da empresa RTP.

É verdade que a Antena 1 tomou a iniciativa, no período da pré-campanha legislativa de ouvir todos os candidatos sem excepção – embora em debates diferentes. Também a RTP organizou um Prós e Contras com os chamados pequenos nas legislativas. E dois outros com debates entre todos os concorrentes às Câmaras das duas maiores cidades – Lisboa e Porto.

Foram iniciativas louváveis. Mas insuficientes, do meu ponto de vista.

Acho que as mesmas oportunidades – rigorosamente as mesmas no que respeita a entrevistas e a debates políticos – deviam ser dadas a todos os candidatos durante a campanha eleitoral.

Ouçamos o que diz o artº 56 da Lei Eleitoral.

Os candidatos e os partidos políticos ou coligações que os propõem têm direito a igual tratamento por parte das entidades públicas e privadas a fim de efectuarem, livremente e nas melhores condições, a sua campanha eleitoral.

Não vejo que possam fazer-se duas leituras deste artigo.

“Igual tratamento” a todos é o contrário do que acontece campanha após campanha, em que há claramente duas divisões. Garante-se, na verdade, o mesmo tempo de antena a todos.

Mas os jornais, as rádios e as televisões – privadas e públicas – dão todo o tempo aos concorrentes que pertencem à primeira divisão; e muito menos tempo, nalguns casos praticamente nenhum, aos partidos mais pequenos ou que acabaram de chegar à cena política.

Sustento, pois, uma posição contrária à da maioria esmagadora dos comentadores bem como aquela que prevalece tanto na direcção de informação da RDP como na direcção de informação da RTP. E acho que o artº 56º deve ser cumprido, com todas as suas consequências, enquanto continuar em vigor a actual Lei Eleitoral.

Pode argumentar-se que dar tratamento informativo igual a uma infinidade de candidatos é virtualmente impossível. Até por razões de tempo e de espaço. E nalguns casos (os daqueles

que só existem no período das eleições) um prémio a quem o povo não concedeu reiteradamente o mínimo apoio.

Não é inevitável que assim seja. Os debates com inúmeros candidatos moderados por Maria Flor Pedroso, para a Rádio, e por Fátima Campos Ferreira, para a RTP, nestas duas campanhas, correram muito bem.

A RTP, aliás, fez, há 12 anos, debates que envolveram candidatos a todas as capitais de distrito, no continente. As audiências foram baixíssimas, é verdade. Este critério é importante (não vale a pena fazer programas que ninguém vê ou ninguém ouve). Mas não pode ser o único. Sobretudo numa rádio e televisão públicas.

Aceitemos, porém, que se demonstra pouco ou mesmo nada exequível a realização de debates multitudinários. Pois bem, há uma maneira simples de resolver esse problema: mudar a lei.

E isso está nas mãos dos políticos.

Agora, mantê-la... e não a cumprir nem defender o seu cumprimento... constitui, do meu ponto de vista, um exemplo gravíssimo de desprezo pelo Estado de Direito e de laxismo de todos nós – políticos, jornalistas, comentadores e opinião pública.

O futebol, a Antena 1 e este provedor

O desporto figurou, uma vez mais, nos “três mais” da lista das queixas – desta vez em segundo lugar, logo a seguir à Informação, mas com um número de mensagens superior a 2008, como veremos na Parte II.

Podemos resumir em três grandes grupos o tipo de acusações formuladas pelos ouvintes: peso esmagador do futebol, entre as modalidades desportivas objecto de tratamento informativo; atenção demasiada aos três “grandes”; favorecimento do Benfica.

Sem prejuízo de abordagem posterior a cada uma das outras duas acusações, detenho-me na primeira - futebol a mais na rádio pública. Manifestei-me mais de uma vez de acordo com a acusação. Quer em conversas e trocas de e-mail com os responsáveis do sector, quer no programa em Nome do Ouvinte. Apesar de as minhas posições constarem dos diferentes programas dedicados ao assunto, sinto necessidade de clarificar a minha posição.

A informação sobre futebol é uma obrigação jornalística. Razões históricas e culturais, também sociais e económicas, conferem-lhe um peso enorme entre nós. Não se trata, porém, de um exclusivo português. Encontramos panorama semelhante em países como a Espanha, Grã-Bretanha, França, Itália, para falar dos que a geografia nos situa mais próximo. Por outro lado, basta vermos o espaço que um jornal como *El País* lhe concede regularmente para percebermos a transversalidade do fenómeno.

Muitos ouvintes que se pronunciam em termos críticos acerca da cobertura dada pelo serviço público de rádio a esta modalidade desportiva, na sua componente profissional, contestam as horas que são reservadas aos relatos dos jogos; o número de espaços noticiosos diários; o relevo que muitas vezes lhe é concedido no alinhamento dos jornais; e, por fim, a quantidade de vezes que surge como tema de debate na Antena Aberta.

Não me revejo inteiramente em tais críticas. Pelas razões atrás apontadas na generalidade e ainda por razões inerentes à natureza do meio (explicação já a seguir). O serviço público de radiodifusão sonora, defendendo, deve conceder ao fenómeno, nas suas diversas componentes - a noticiosa e a de espectáculo -, um relevo e um tratamento especiais.

Penso assim, e para separar águas, que o futebol pode e deve ocupar, na grelha da Programação e da Informação da Antena 1 (obviamente também nas da RDP- África e da RDP Internacional) atenção e espaços consentâneos com a importância que tem na sociedade portuguesa. Acho, para mais, que as características do meio radiofónico se casam como em nenhum outro com as especificidades do futebol. Apesar de há muito enterrados os Dias da Rádio e de as grandes audiências se registarem agora nas transmissões televisivas, são as transmissões radiofónicas, ainda hoje, que conseguem melhor fazer chegar aos interessados a

magia das grandes tardes/noites desportivas, vividas com paixão e em simultâneo em diferentes relvados do país e/ou do estrangeiros (nas ligas europeias).¹⁵

As minhas reservas relevam, pois, de outras causas e têm a ver com exageros (nalguns casos abusivos) na forma como o mundo do futebol se instalou nas antenas do serviço público. É facilmente verificável que a grelha de noticiabilidade aplicada ao mundo do futebol é mais larga e generosa do que aquela que se aplica a todas as outras áreas temáticas objecto de tratamento noticioso. Penso também que falta reflexão, por um lado, e um mínimo de investigação no jornalismo desportivo (atenção, o problema é mais vasto, pois estende-se às televisões e aos jornais).

Mas a maior crítica que faço aos responsáveis da rádio pública, nesta matéria, consiste na captura pelas Tardes/Noites Desportivas, no seu exclusivo interesse, de um número excessivo de horas nas quais a informação de actualidade é na prática sonogada às audiências que não querem seguir os jogos da Liga (ou da Taça, ou dos vários campeonatos europeus).

Na verdade, o sistema imperante no canal principal do serviço público de radiodifusão limita drasticamente a capacidade de escolha das audiências não cachecolizadas.¹⁶ Insisto há mais de uma década e não encontro argumentos para mudar de posição:¹⁷ o principal canal da rádio pública portuguesa não pode entregar ao futebol, várias vezes por semana, longas horas de emissão (algumas tardes/noites desportivas chegam a ter 10-horas-10!...) durante as quais a informação é só oferecida nos intervalos dos jogos aos seus ouvintes.

Um dos mais velhos contratos implícitos da Rádio com os ouvintes - aqui, em Espanha, na Grã-Bretanha, em qualquer lado - consiste na marcação de *rendez-vous* periódicos, sempre à mesma hora, para uma actualização informativa, para um programa, para uma rubrica regular. No caso da informação, tal aconteceu inicialmente em dois ou três momentos do dia. E progressivamente, em intervalos mais curtos os quais, no espaço português, logo a seguir ao 25

¹⁵ Tive ocasião de conferir o devido relevo a um desses momentos mágicos, quando numa eliminatória da Taça de Portugal os tempos regulamentares se esgotaram em simultâneo em diversos campos, com as equipas empatadas. A Rádio e só ela (graças, claro, também, à capacidade técnico-profissional do pivot e dos narradores nos vários campos) podia cobrir o acontecimento da forma como a Antena 1 o fez e o leitor poderá comprovar se quiser ouvir um excerto desse momento por mim seleccionado para o programa nº 61, estreado em 11.12.2009.

¹⁶ Neologismo introduzido na língua portuguesa, ao que suponho, por Joaquim Furtado, por ocasião da polémica causada pelo uso de cachecóis da selecção nacional por jornalistas em serviço na televisão, durante o Euro 2004.

¹⁷ Podia não acontecer, mas a minha tomada enquanto provedor, hoje, é coerente com a que tomei (sem resultados práticos, devo confessar) num passado já algo longínquo, na hierarquia desta mesma rádio pública, na qualidade de director de Informação e coordenador da Produção da RDP (1995-1997).

de Abril, se tornaram de hora a hora. Sempre a seguir ao sinal horário - outro momento sagrado na relação emissor-receptor.¹⁸

A prática noticiosa da Antena 1 - é inegável - evoluiu positivamente nos últimos anos. Evoluir positivamente, do meu ponto de vista, significa sofrer modificações que, sem perda de qualidade, satisfaçam um maior número de ouvintes. Na verdade e como explicou no programa Em Nome do Ouvinte, por mais de uma vez, o director de Informação João Barreiros, já deixou de haver os inacabáveis túneis de absoluto silêncio noticioso, durante os relatos de futebol. Agora subsiste não apenas o princípio de apresentar resumos noticiosos no intervalo dos jogos, mas também o hábito (e não apenas o princípio teórico, praticamente nunca aplicado, como anteriormente) de interromper a Tarde Desportiva caso algum acontecimento noticioso importante sobrevenha.

Trata-se de um passo em frente. Com dois “senões” no meu entender graves. O primeiro é que o sistema não é extensivo a todo o Especial Desporto. Permanece o silêncio informativo no período nocturno. E o segundo (afinal o centro do problema) é que as audiências não cachecolizadas permanecem todo o tempo do lado de fora da fortaleza futebol. Quem queira saber o que de importante se passa no mundo e em Portugal (para lá dos jogos de futebol) terá que esperar pela chegada do intervalo, que ocorre em princípio, como sabemos, 45 minutos após o início dos jogos. Mas a primeira parte pode prolongar-se por mais uns minutos, decididos pelo árbitro em função dos incidentes do jogo.

Um ouvinte sugeriu a migração dos noticiários nesse período para a Antena 2.¹⁹ A sugestão é generosa, mas afigura-se impraticável e causadora até de maiores prejuízos: seiviciaria os ouvintes da Antena 2, obrigando-os a ouvirem notícias à hora que conviesse aos ouvintes da Antena 1 adeptos de futebol, isto é, no intervalo dos jogos; e com toda a probabilidade não serviria os ouvintes da Antena 1 não cachecolizados. Como observou em resposta o director de Informação, “é mais fácil os ouvintes irem à procura de um noticiário no intervalo de um jogo de futebol na Antena 1 do que irem à Antena 2 à procura de um noticiário que não está na Antena 1”.

¹⁸ Nalgumas estações, incluindo a Antena 1, esses encontros informativos estreitam-se para as meias horas de manhã e a meio da tarde, nos dias úteis.

¹⁹ Esta sugestão do ouvinte chegou no final do ano de 2009, mas só foi respondida no início de 2010, no programa nº 65, estreado em 22.01.2010.

Poderíamos desfiar outros argumentos. Eis o que considero mais importante: sendo o canal generalista por excelência do serviço público, a Antena 1 não deve alienar a audiência de uma das componentes essenciais da sua missão – a da informação – em nome, ou para cumprir outra das componentes da sua missão – o entretenimento.

Ora é isso que hoje e desde há muito tempo a Antena 1 está a fazer: para agradar aos ouvintes que querem relatos - muitos relatos, os relatos todos, e na íntegra, dos jogos principais de cada jornada - altera horários de transmissão de jornais, reduz drasticamente a duração de cada um deles e, num certo período da transmissão futebolística, chega a suprimir, pura e simplesmente, a hora regular da sua transmissão. Problematizo mais desenvolvidamente esta questão na Parte III, avançando com hipóteses de solução.

Prontuário Sonoro, Livro de Estilo

No momento em que termino este Relatório e ao contrário do que era de esperar, o Prontuário Sonoro da Rádio e Televisão de Portugal não é ainda uma realidade.

Inédita em rádios e televisões do mundo da língua portuguesa, tanto quanto sei, esta iniciativa partiu do fundador do Ciberdúvidas da Língua Portuguesa e colaborador permanente do Centro de Formação da RTP, José Mário Costa; mereceu o apoio do Director deste Centro, Eduardo Oliveira e Silva; e teve em João Alferes Gonçalves o seu executor material.

Uma primeira versão entrou em fase de experiência na Intranet da RTP em meados de 2009. De entrevistas que fiz àqueles três jornalistas, na altura, retive a ideia de que esperavam estar em condições de o ter disponível, interna e também externamente (isto é, aberto a consulta pública online), em finais de 2009. Nenhuma decisão fora tomada, porém, até ao momento em que escrevo este capítulo.

Deram-se passos importantes na afinação do modelo, entretanto, mas a sua entrada em funcionamento continua adiada. E o mais provável é que, quando tal ocorrer, o seu âmbito de acção acabe por abranger apenas a Rádio.

Congratulo-me com a decisão dos responsáveis do sector Rádio – o único que, apesar das imperfeições detectadas, se terá mostrado empenhado em usá-lo como instrumento de consulta por todos aqueles que usam o microfone. Muitas vezes, como se tornou quase lugar-comum dizer, é preferível uma má solução a solução nenhuma. Por maioria de razão no caso concreto: a experiência de longos anos mostra-nos que, fosse qual fosse o Prontuário, acabaria por não entrar em vigor se houvesse que aguardar por um consenso, mesmo entre os mais eminentes especialistas.

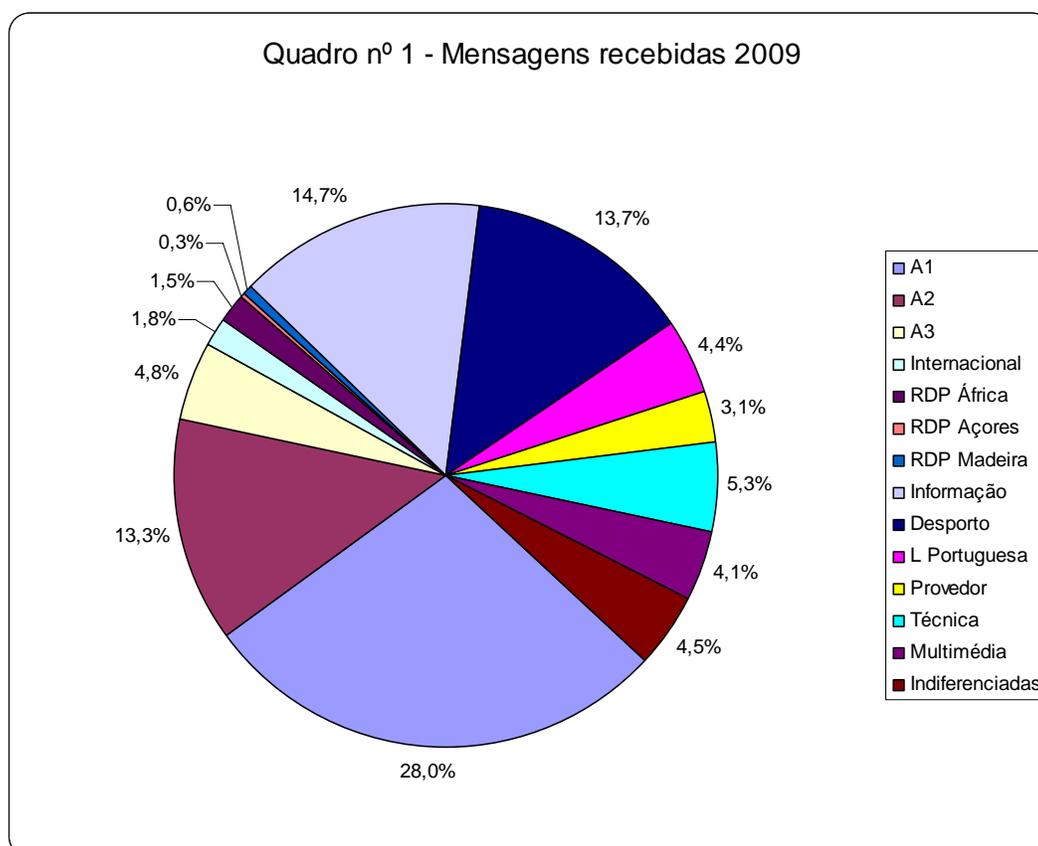
Já em meados de 2008, quando iniciei este mandato, se dada por praticamente finalizado o Livro de Estilo da rádio pública. Infelizmente, passados quase dois anos, tudo continua aparentemente na mesma. Desconheço as razões. Sejam quais forem, porém, penso que não é aceitável esta situação. Um Livro de Estilo não servirá como panaceia para erros e muito menos para manipulações. Mas a experiência em numerosos *media*, nacionais e estrangeiros, mostra-nos que, enquanto instrumento de aferição interna e externa de regras e comportamentos profissionais ele constitui um factor muito importante na melhoria do trabalho final.

PARTE II

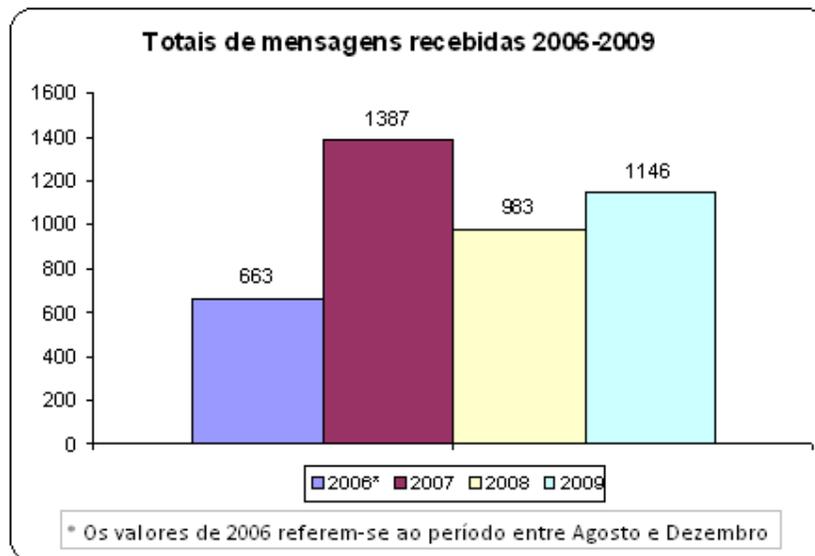
As mensagens – alguns dados quantitativos e qualitativos

O Gabinete do Provedor do Ouvinte recebeu em 2009 1146 contactos formais de ouvintes (1111 mensagens electrónicas e 35 cartas e postais) com tomadas de posição sobre as emissões radiofónicas das sete estações do serviço público de radiodifusão e sobre a minha própria actuação enquanto provedor. Em termos qualitativos, manteve-se a forte predominância de mensagens críticas em relação aos diferentes itens em consideração (63,4 por cento com apreciações de carácter negativo, 20 por cento de carácter positivo, e 16,8 por cento que se nos afiguraram neutras).

Em 2009, a Antena 1 voltou a ser a estação que mais correspondência originou, excedendo mesmo o número recorde de mensagens recebidas em 2007. Seguiram-se-lhe (por esta ordem) a Antena 2, Antena 3, RDP Internacional, RDP África, RDP Madeira e RDP Açores.



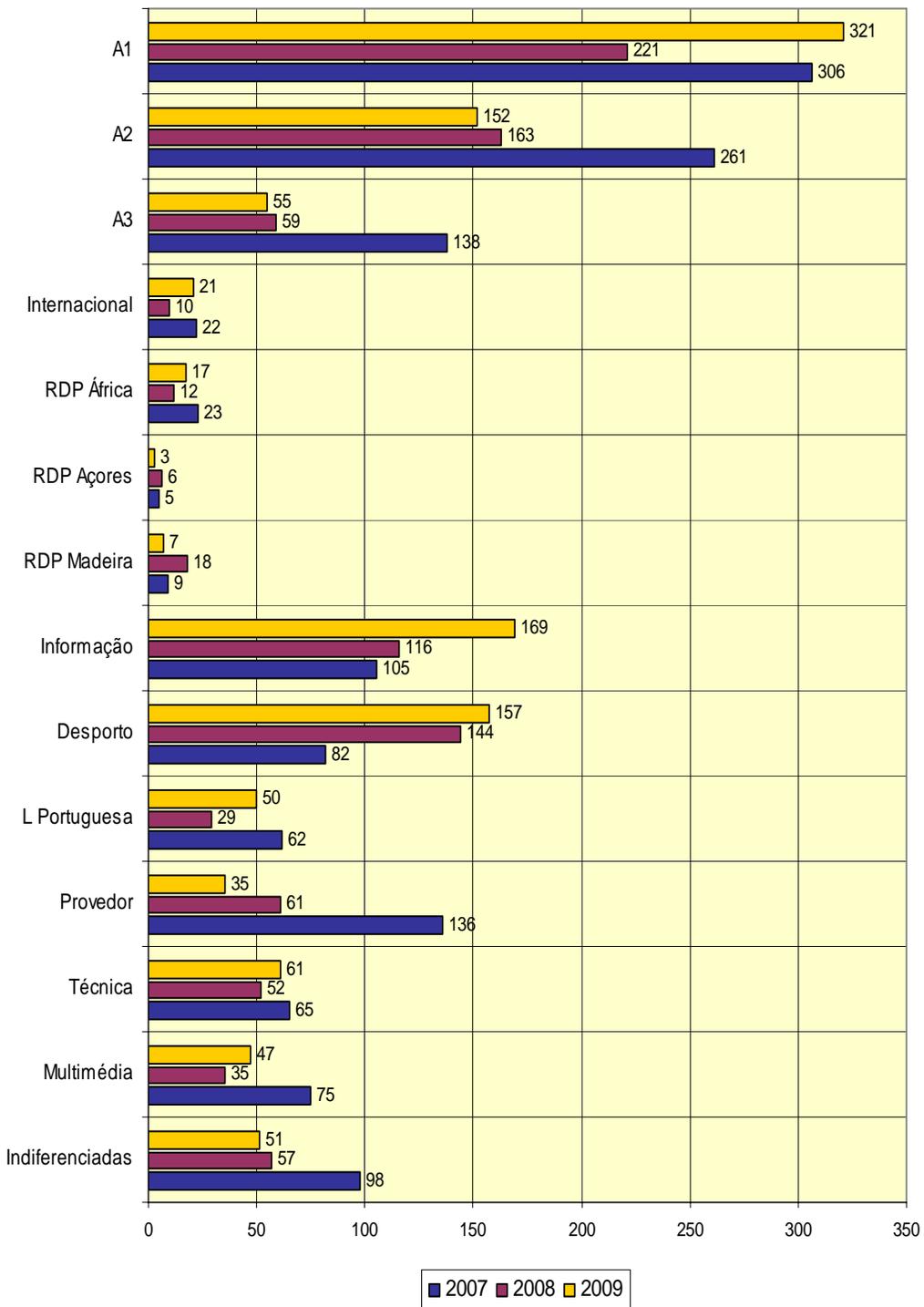
O volume de correspondência recebida em 2009 representa um aumento de 16,6 por cento em relação ao ano anterior, em que se registara uma quebra de quase um terço no volume das mensagens recebidas em 2007. Neste plano, o ano de 2009 ficou a 17,4 por cento dos níveis de correspondência de 2007.



No Relatório de 2008 avantei algumas razões para a quebra do volume de correspondência entre 2007 e 2008. Entre elas, privilegiei os largos meses em que não foi emitido o programa Em Nome do Ouvinte, devido ao período de vacatura, na prática, do lugar, entre o fim do mandato do meu antecessor e a minha entrada em funções. Ademais, esta ocorreu nas vésperas do início do período anual de férias, em que ambos os provedores, de acordo com os responsáveis da Rádio e da Televisão, costumam suspender a emissão dos respectivos programas.

Admito que o pico 2006/ 2007 (nunca mais igualado) se tenha ficado a dever ao factor novidade. Mas penso que duas outras possíveis razões estão aí, à espera de confirmação posterior, para explicar que mesmo em 2009 se tenha ficado tão aquém desse número: uma certa falta de empatia do actual provedor (patente no decrescente volume de correspondência que lhe é dirigida, como veremos mais adiante); e uma crescente aposta estratégica da actual direcção de programas dos três canais nacionais (Antena 1, Antena 2 e Antena 3 – nomeadamente o primeiro e o terceiro) nas redes sociais, em que se encontram activos, já hoje, muitos programas e profissionais.

Quadro 2 - Distribuição das mensagens recebidas



Além das hipóteses atrás avançadas, continuo convicto de que um maior impacto da acção do provedor careceria de um outro decisivo factor: a impossibilidade prática do programa ser realizado em formatos mais dúcteis e emitido no *prime-time* das várias estações. Dei um exemplo: os obrigatórios 15 minutos como mínimo legal de duração de um programa semanal são incompatíveis com a dinâmica das manhãs da rádio da Antena 1 e mesmo da Antena 2.

Os números mostram uma subida acentuada da correspondência em que figuravam comentários não só à Antena 1 (cerca de 40%) mas também à RDP Internacional (o dobro, sendo de referir que neste caso se aproximou também do volume alcançado em 2007). Também aumentou o número de mensagens com temáticas relacionadas com a RDP África. As quatro restantes estações que compõem o serviço público de radiodifusão sonora foram objecto de uma acentuada diminuição de correspondência.

De assinalar que a Informação e o Desporto voltaram a ser os temas com maior volume de correspondência. Mudou, contudo, a posição relativa de cada um deles, com a Informação a figurar pela primeira vez à frente do Desporto entre os temas mais tratados pelos ouvintes.

A Língua Portuguesa voltou a atingir volumes de correspondência que se aproximam dos alcançados em 2007. Aventarei mais adiante uma hipótese explicativa.

Subiu o número de mensagens relacionadas com as condições de recepção das emissões, assim como com as Novas Tecnologias, mas também nestas duas áreas o seu volume se mantém aquém do de 2007.

As mensagens (de crítica ou de satisfação) tendo por objecto o provedor foram cerca de metade do ano anterior, em que já haviam sido menos de metade do que em 2007.

Algumas áreas temáticas

Antena 1

A Antena 1 recebeu quase um terço do total das mensagens enviadas pelos ouvintes. Apesar de representarem um aumento de 45, 2 por cento em relação ao ano anterior, essas 321 mensagens mantiveram o tom de apreciação negativa, ainda que ligeiramente menor, vindo do antecedente. Concomitantemente, subiu de um quarto para um pouco menos de um terço o número de apreciações positivas e de um quinto para um quarto o número de mensagens com apreciações de carácter neutro.

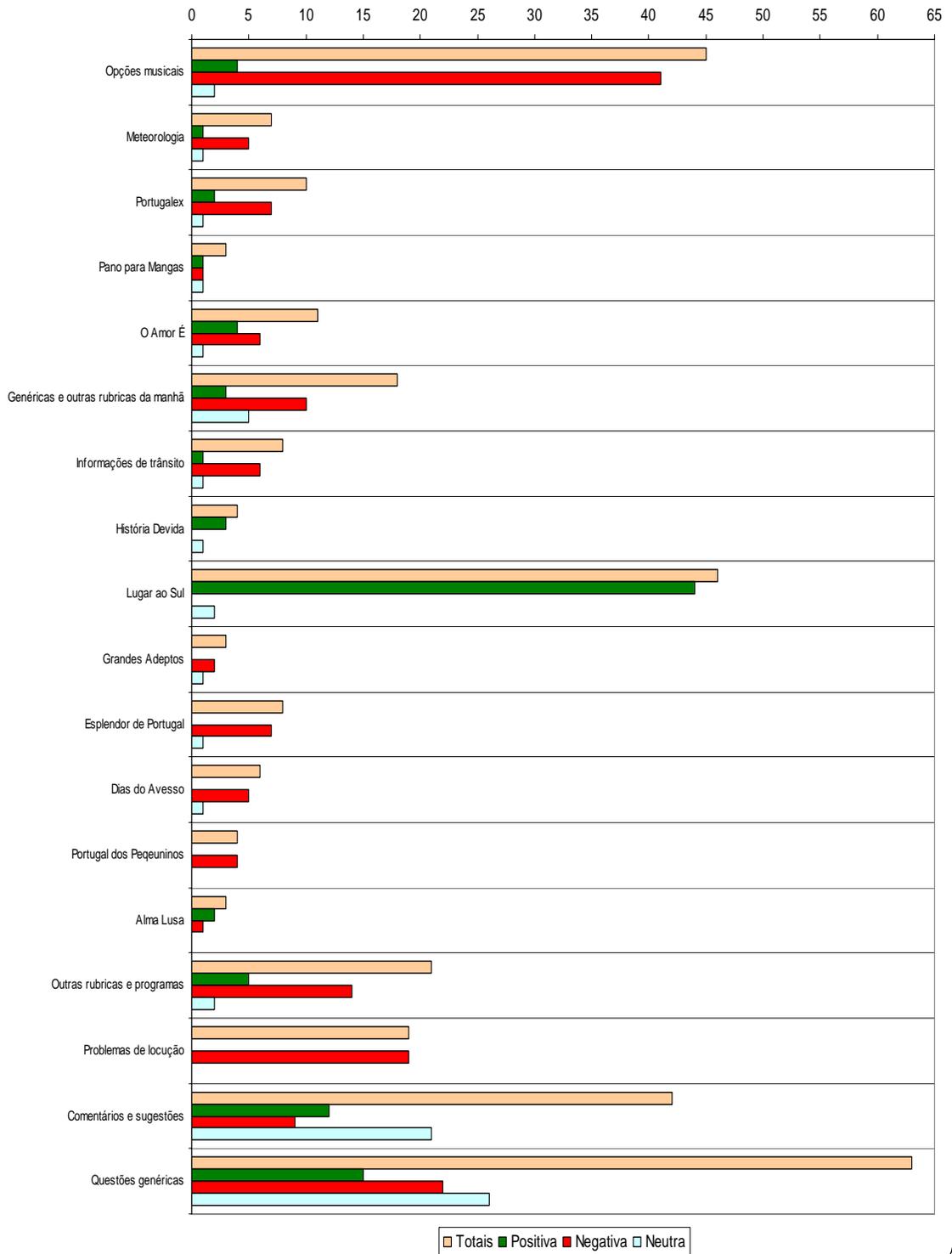
O Programa da Manhã com as suas diferentes rubricas, o extinto Lugar ao Sul, de Rafael Correia, as opções musicais da estação (nas quais se incluíam alusões directas à *playlist*) e problemas de locução figuram, por esta ordem, como tema principal em 46,7 por cento das mensagens. Todos estes itens figuraram em lugar de destaque quer no anterior relatório quer no Relatório Final de Actividade do meu antecessor (2006/2008).

As percentagens de apreciações positivas concentraram-se, por esta ordem, no programa Lugar ao Sul (impressionantes e inéditos 95,7 por cento, no ano em que o programa acabou, como informei circunstanciadamente na Parte I²⁰) e nas rubricas História devida e Alma Lusa, embora em ambos os casos correspondendo a um volume de correspondência residual. Deve acrescentar-se, contudo, que outras apreciações positivas foram feitas em mensagens classificadas nos itens Questões Genéricas e Comentários, sugestões e propostas.

Salientam-se, entre as apreciações negativas, as relativas a Opções Musicais (91,1 por cento) e as 59, 2 por cento relativas ao Programa da Manhã. Dentre as rubricas – e ressalvando sempre o pequeno volume das mensagens em que se baseia a análise – surgem com percentagens de desagrado (relativamente) altas O Amor É, Portugalex, Esplendor de Portugal, Informação de Trânsito e Dias do Avesso.

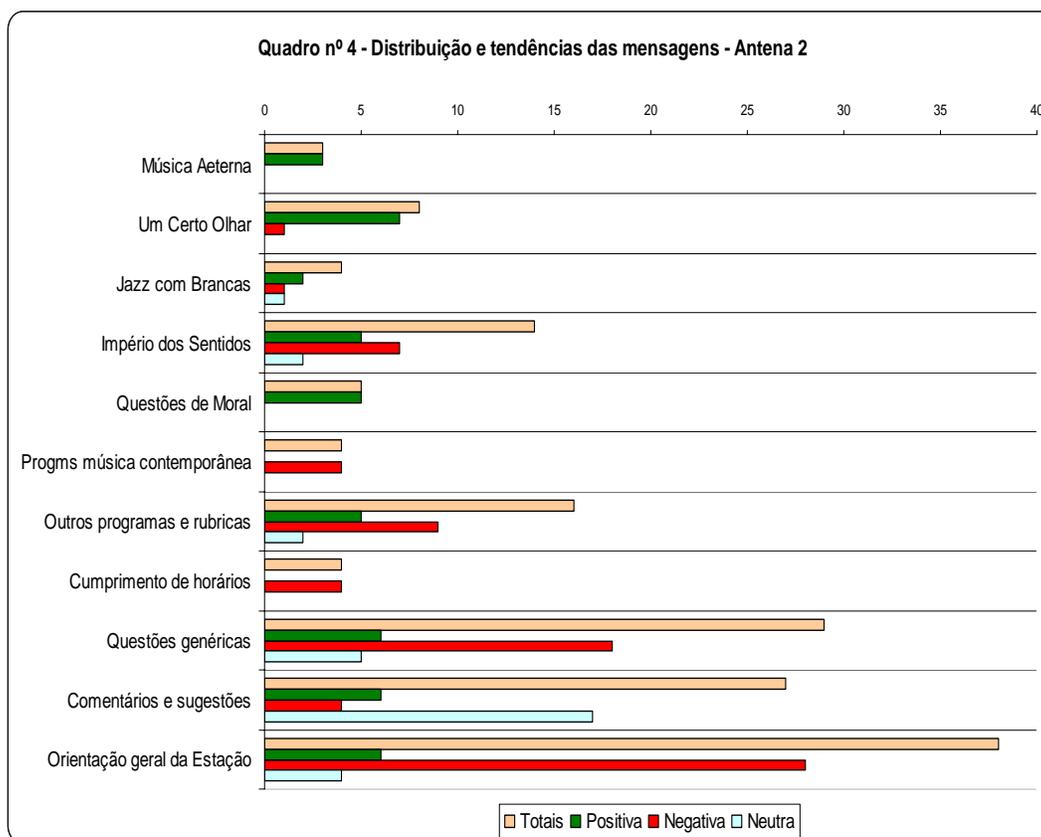
²⁰ A unanimidade elogiosa contém, ao mesmo tempo, está bem de ver, uma forte dose de crítica aos responsáveis da Antena 1, responsabilizados por muitos ouvintes pelo fim do programa e, posteriormente, por não terem providenciado ou o seu regresso ou uma substituição condigna e/ou a disponibilização pública dos seus programas em arquivo.

Quadro nº 3 - Distribuição e tendências das mensagens - Antena 1



Antena 2

Metade das 152 mensagens sobre questões relacionadas com a Antena 2 exprimem uma apreciação negativa. Embora relativamente elevada, esta percentagem constitui algo de inédito nos três anos e meio em que o gabinete do Provedor da Rádio analisa as mensagens recebidas. Pela primeira vez, quase um terço dos ouvintes faz uma apreciação positiva da estação. Continua a ser bastante elevada, porém, a percentagem relativa dos ouvintes que, ao abordarem questões genéricas, fazerem comentários, sugestões e propostas, e, sobretudo, ao pronunciarem-se sobre a orientação geral da estação, o fazem num tom crítico, por vezes de desagrado frontal.



O Império dos Sentidos (07h00-10h00) continua a dividir os ouvintes que tomaram a iniciativa de exprimir a sua opinião ao provedor sobre este programa: 50 por cento contra; 35,7 por cento a favor e as restantes mensagens de teor neutro. A programação de música contemporânea e o cumprimento de horários provocaram, uma vez mais, reacções negativas

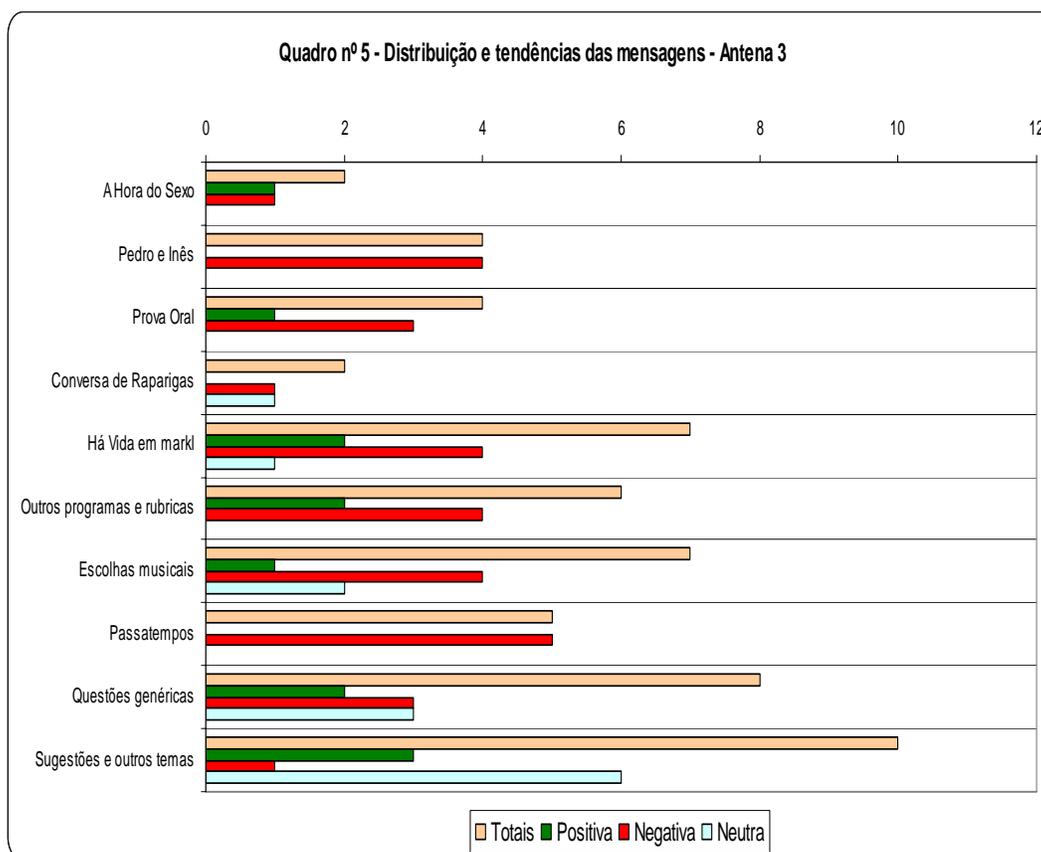
por parte da totalidade dos ouvintes que optaram por esta via para se pronunciarem sobre ambos os temas.

Os programas que mais apreciações positivas receberam foram os programas semanais Um Certo Olhar, Questões de Moral, Música Aeterna, e o programa diário (2ª a sexta-feira) Império dos Sentidos, devendo ter-se em conta no entanto e uma vez mais o número muito reduzido de mensagens consideradas.²¹

²¹ Num determinado período do ano e perante o meu reencaminhamento de mensagens quase sempre de desgosto contra alguns programas, o director-adjunto da Antena 2, João Almeida, tomou a iniciativa de me reencaminhar, por seu lado, as mensagens de agrado que a estação, ao mesmo tempo, ia recebendo dos ouvintes e que eram, aliás, mais numerosas. Pareceu-me entrever, nesse verso e reverso que assim se me abria, um interessante campo de análise futura (quem está satisfeito, tenderá a felicitar directamente realizadores, apresentadores, responsáveis; quem faz uma apreciação negativa tenderá a queixar-se ao provedor). O episódio Carlos Magno, já este ano (ver Anexo E) pareceu-me indiciar uma mesma tendência. Ainda que num outro plano, o que aconteceu durante os três últimos anos com o programa Lugar ao Sul, de Rafael Correia, parece-me confirmá-lo igualmente: o primeiro pico de correspondência referente a este programa ocorreu em Abril de 2008, devido à redução do tempo de programa. Nos primeiros seis meses do meu mandato, porém, as mensagens elogiosas sobre o programa contaram-se “pelos dedos de uma mão”, como desabafei no meu primeiro relatório. Esse silêncio dos ouvintes, que considerei na altura “uma injustiça” (ver meu Relatório de Actividades de 2008, p. 38), só viria a ser preenchido significativa e infelizmente com o anúncio...do fim do programa.

Antena 3

Voltou a descer, pela terceira vez, o número total de mensagens sobre a Antena 3. Mantiveram-se, porém, três características principais da correspondência: mais de metade do auditório (54,5 por cento, mais rigorosamente) que dirige mensagens ao provedor acerca da estação jovem da RDP fá-lo numa posição de protesto; os programas em geral e as escolhas musicais polarizam os temas mais criticados.



O pequeno número de mensagens comentando programas específicos distribuiu-se por Há vida em Markl, Pedro e Inês, prova Oral, A Hora do Sexo e Conversa de Raparigas. À exceção do programa A Hora do Sexo, cujos ouvintes se dividiram entre os 50 por cento que elogiaram e os 50 por cento que criticaram, todos os restantes receberam mais apreciações negativas do que positivas. Pela terceira vez, o programa Pedro & Inês singularizou-se pela unanimidade das críticas que recebe.

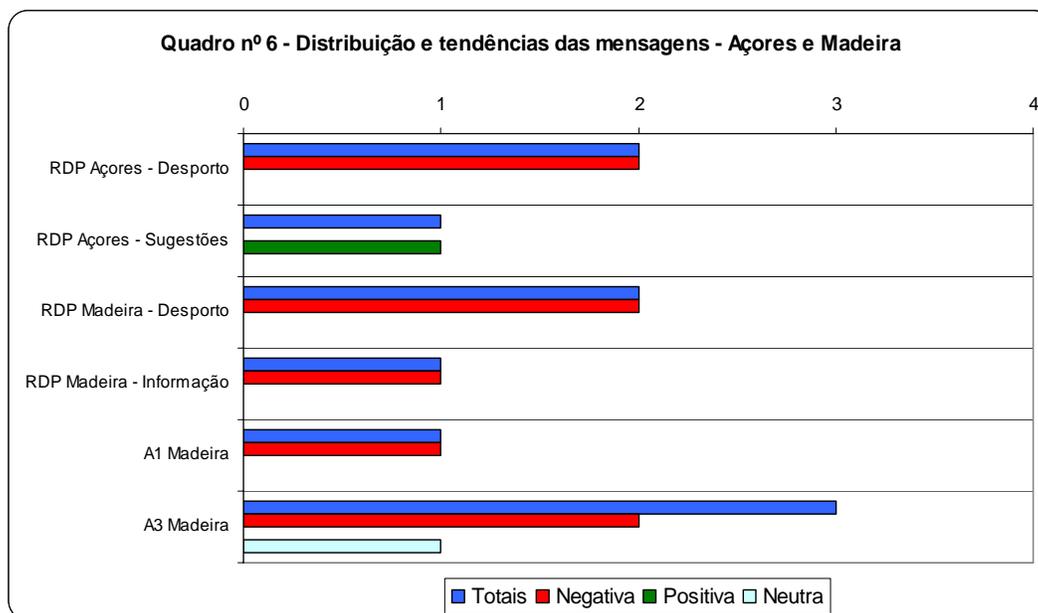
Entre os motivos de protesto contra aspectos gerais da estação chamaram a atenção as reclamações contra a forma de gerir a atribuição de prémios em passatempos. Como sinalizarei mais à frente cruzando dados das audiências com dados da correspondência é muito baixa a percentagem de ouvintes que ouve a Antena 3 como muito baixa (residual, melhor diria) é, no plano etário, a percentagem dos que escrevem ao provedor quer sobre a mesma Antena 3 quer sobre as outras estações.

A minha experiência com o público ouvinte desta estação bem como a conclusão que retirei da escuta da sua programação – confesso – levam-me a subscrever estas palavras de aviso do meu antecessor, José Nuno Martins: “O prevalecente clima de leveza comunicacional alegremente mantido pelos divertidos Animadores da 3 é justificável pela natureza lúdica que é decisiva num canal jovem. Mas não deve reduzir-se a esse registo, de modo que ele constitua uma espécie de ferrete único da estação, impedindo a abordagem transversal, mais frequente ao longo das 24 horas do dia e por vezes um pouco mais aprofundada, dos muitos temas de que, afinal, é feita a vida de um adolescente ou de um jovem de vinte anos, a caminho da cidadania. (...) Ao dispensar a abordagem sistemática e o tratamento de questões da esfera social (...) não estará a 3 a fragilizar a justificação da sua existência como canal público?”²²

²² José Nuno Martins, *Relatório Final de Actividade do Provedor do Ouvinte do Serviço Público de Radiodifusão Sonora 2006/2009*, pp. 517/8

RDP Açores e RDP Madeira

O número total de mensagens com origem nas regiões autónomas excede ligeiramente os dois dígitos. Se contabilizarmos, porém, apenas as mensagens que dizem directamente respeito à programação própria da RDP Açores e da RDP Madeira, elas são ainda mais preocupantemente residuais, pois se fixaram em três na primeira e em sete na segunda.



À semelhança de José Nuno Martins, fiz esforços redobrados para mostrar aos ouvintes das duas regiões autónomas quanto valorizava as suas mensagens, dando-lhes eco imediato e tomando mesmo a iniciativa, por mais de uma vez, de chamar responsáveis seus a pronunciarem-se sobre temas gerais ou a introduzir em temáticas por mim levadas à antena observações relacionadas com a realidade radiofónica insular.

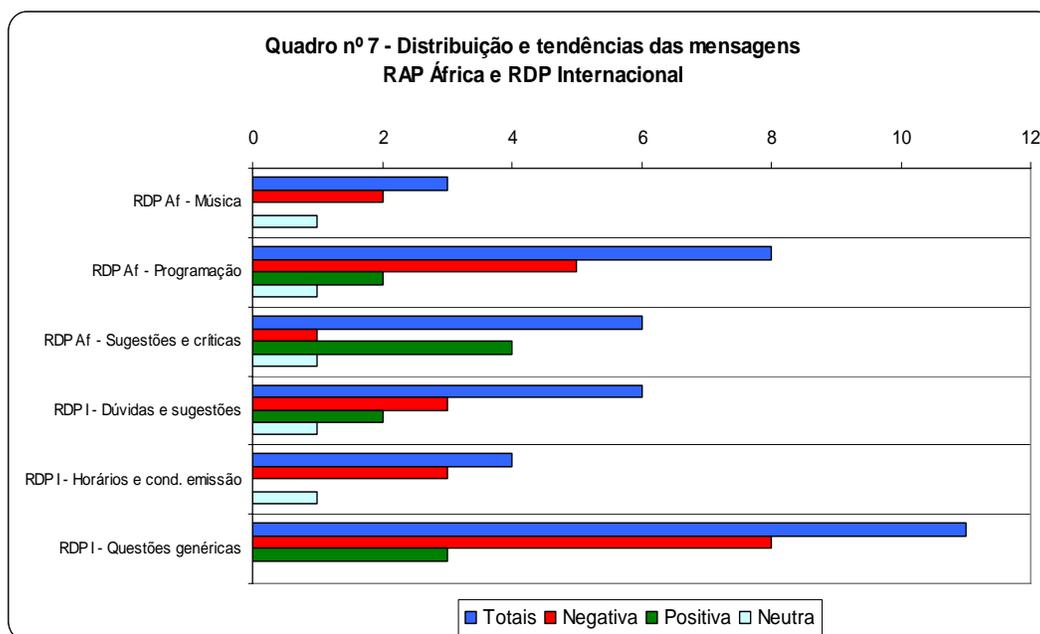
Lamento que ambos deixemos herança tão pobre neste campo da interacção quer com os ouvintes quer com o campo profissional insular. Faço-o com tanto maior pena quanto desde sempre considerei que há, nas duas regiões, realizadores e jornalistas do pelotão radiofónico da frente, no plano nacional. Demonstram-no os programas em que apontei a altíssima qualidade das emissões de Sidónio Bettencourt (Açores) e em que elogiei a resposta que a rádio pública da Madeira soube dar na recente tragédia que assolou a ilha.²³

²³ Consultar, em Todos os Guiões, os programas nº 42, estreado em 02.07.2009, e nº 70, estreado em 26.02.2010.

RDP África

O que acabo de escrever sobre a débil interacção do provedor com o auditório das duas regiões autónomas estendo-o ao auditório da RDP África (e da RDP Internacional, a seguir). Embora se tenha registado um considerável aumento percentual das mensagens recebidas, um olhar para os números totais a que as percentagens se referem e para a sua evolução traçamos um quadro que exige uma grande atenção a quem queira contribuir para um maior *empowerment* radiofónico dos ouvintes desta estação. Seja em Portugal (onde as audiências permanecem teimosa e significativamente residuais desde 1995²⁴), seja nos novos países africanos de língua portuguesa.

Em contraponto a este lamento inicial relevo duas observações que são outras tantas marcas distintivas desta estação e dos seus ouvintes: embora atinja os 47,1 por cento a percentagem de apreciações negativas registadas, os níveis de satisfação são os mais elevados de todas as oito áreas temáticas; como acontece desde o início destas análises, mantém-se, embora em menor número, um “curiosa tendência percentual”²⁵ de “felicitações” à estação por parte dos ouvintes, o que denota um ligação afectiva que importará enquadrar e potenciar no futuro.



²⁴ Cf Audiências, p. 69

²⁵ José Nuno Martins, *Relatório Final de Actividade, 2006/2008*, p. 46.

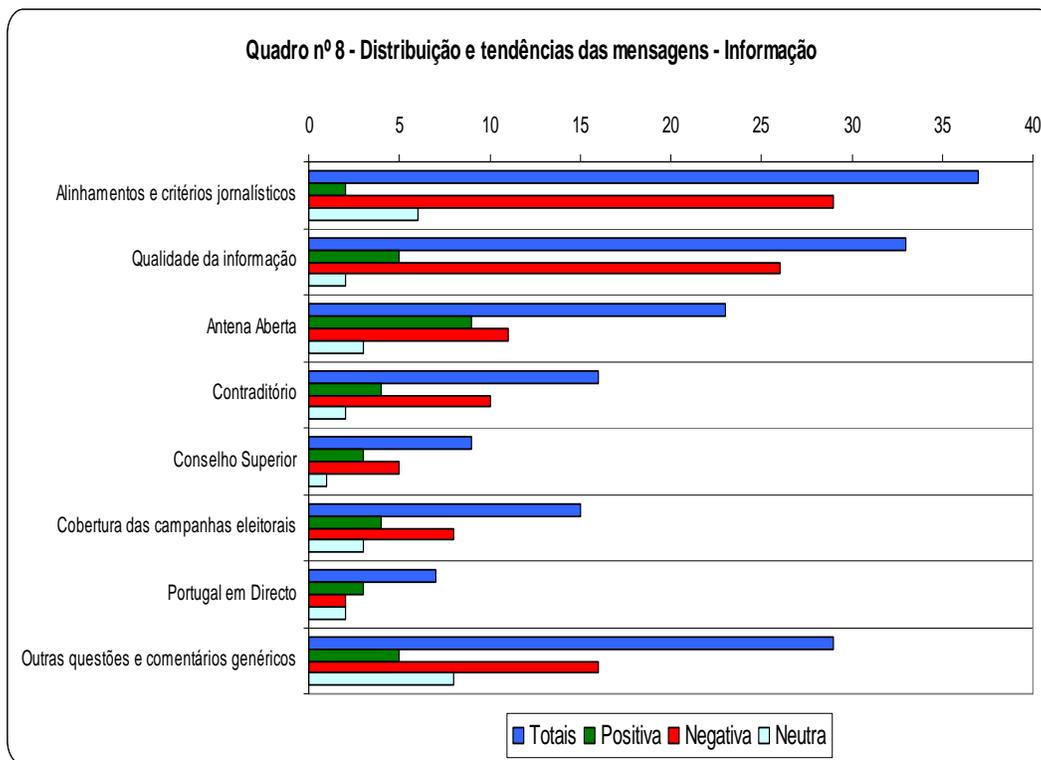
RDP internacional

As considerações a propósito da relação dos ouvintes com a RDP África, mediada pelo provedor, são extensíveis, como disse, à RDP internacional. Apenas que com uma maior carga de apreciação negativa. Mesmo os horários e condições de emissão – um tema tradicional de protestos e que por isso tínhamos à partida como questão problemática nesse relacionamento – foram objecto de umas decepcionantes quatro mensagens. Eis uma matéria cuja análise seria bom aprofundar. No interesse, claro, de uma melhoria substancial da relação da rádio pública com este tão diverso auditório espalhado pelo mundo. Noto com preocupação, a este propósito, que (ainda que escassa) a correspondência sobre o que recebem através deste canal leva os ouvintes a queixarem-se com amargura de algo que é comum (com as especificidades adequadas) a todos os outros canais da rádio pública – uma insuficiente qualidade técnica e/ou cultural de alguns comunicadores.

Informação

O forte aumento do número de mensagens dirigidas a aspectos da Informação não alterou o sentido geral detectado até agora na forma negativa como os ouvintes apreciam o jornalismo praticado na rádio pública.

Os critérios jornalísticos, determinantes na definição do alinhamento dos noticiários, e a qualidade da informação provocaram 41 por cento dos contactos do auditório. Tal como no ano anterior, mais de dois terços desses contactos continham apreciações negativas.



Dentre os programas, a Antena Aberta, em que os ouvintes intervêm por telefone abordando temas propostos pela estação, recebeu uma vez mais o maior número de menções, com a percentagem de apreciações negativas a surgir um pouco acima das positivas.

Ao contrário do que aconteceu no passado, foi desta vez bastante maior a percentagem de ouvintes com mensagens de protesto contra aspectos do programa Contraditório. Conselho Superior e Portugal em Directo (jornal regional com emissões diferenciadas em Lisboa, Porto, Coimbra e Faro) trocaram de posições na escala do agrado dos ouvintes: enquanto o Conselho Superior recebeu agora uma maioria clara de manifestações de desagrado, a maioria dos

(poucos) ouvintes que se pronunciou sobre Portugal em Directo fez apreciações positivas, mas também negativas, o que não ocorrera antes.

Desde o início do meu mandato recebi queixas sobre uma alegada falta de pluralismo real entre os membros do painel do Conselho Superior. Levei a questão a programa e fui ecoando junto do Director de Informação os insistentes pedidos de ouvintes para que se procedesse a um refrescamento do painel. Algo que ocorreu já este ano e que me pareceu uma boa vitória da audiência mais activa e persistente.

Surpreende-me, confesso, a tão escassa interacção opinativa criada em volta do jornal Portugal em Directo. Trata-se de um jornal histórico que constituiu em certa altura uma espécie de *ex-libris* daquilo que deveria ser a informação regional numa rádio de serviço público de um país geograficamente tão diverso e afastado entre si como Portugal era e continua, nalguns aspectos, a ser hoje.

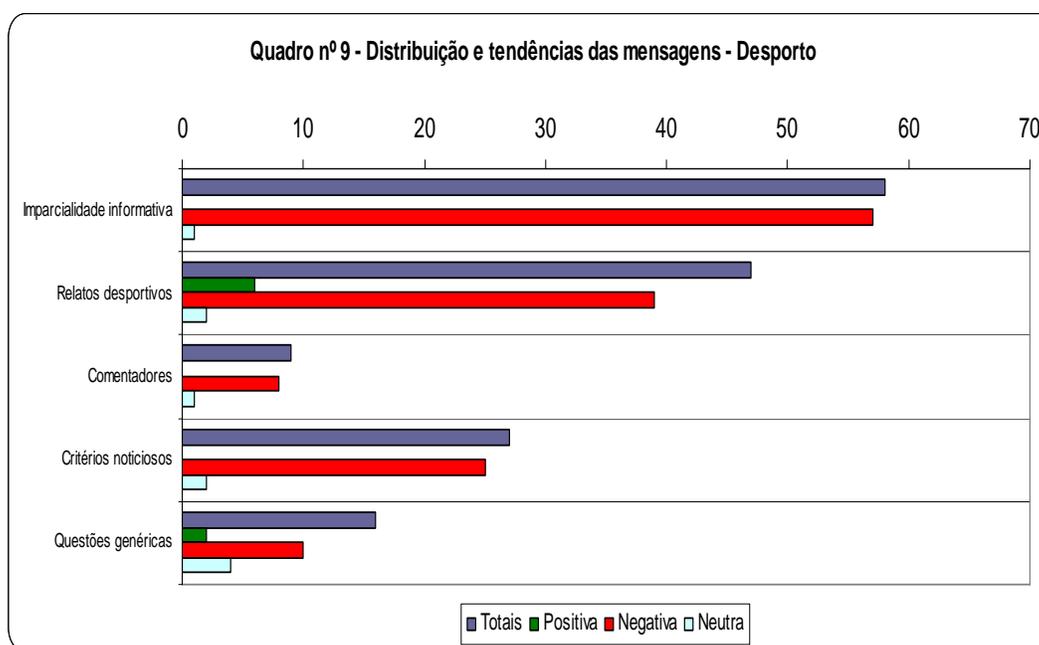
Este jornal do chamado Portugal profundo perdeu há anos o carácter nacional da sua edição, passando a ser emitido à mesma hora mas com edições diferentes para quatro grandes regiões. Há bons argumentos a favor e contra. Do que ouço (esmagadoramente na edição de Lisboa, confesso) acho que há, por ali, bons exemplos de jornalismo radiofónico. Mas penso que valia a pena apostar em dar-lhe o fulgor de um jornal que ligue verdadeiramente “Portugal em directo”, o que implica, salvo melhor opinião, uma emissão única feita para e ouvida em todo o país e ao mesmo tempo. Isto sem prejuízo de posteriores desenvolvimentos a nível local de temas que não faria sentido apresentar a nível nacional.

Como disse atrás, a sucessão de três eleições provocou escassa correspondência cujo conteúdo revelou percentagens relativas de desagrado (27,6 por cento) e de agrado (13,8 por cento). Sou levado a interpretar a escassez da correspondência, neste particular, por dois prismas eventualmente complementares: porque as audiências se focalizam neste período, mais do que nos restantes, na cobertura televisiva; e porque (lado positivo) a qualidade da cobertura da rádio pública não ofende, no geral, as exigências, então mais susceptibilizáveis, dos ouvintes.

Desporto

O tema Desporto continuou a provocar um aumento significativo de correspondência. Em três anos de contabilização, as mensagens para o provedor quase duplicaram. O seu tom foi esmagadoramente negativo. O mais negativo, em termos percentuais, de todas as temáticas de conteúdos consideradas nesta análise.

Três dos quatro grandes itens considerados tiveram índices de apreciação negativa superiores até à média apurada, com relevo para a Imparcialidade informativa e os Critérios noticiosos, nisso assemelhando-se aliás aos resultados da análise na área temática Informação. O criticismo em relação aos comentadores aumentou exponencialmente e mantiveram-se, ainda que em percentagem relativa ligeiramente inferior, as críticas aos relatos desportivos. Saúde-se, neste último, o surgimento de mensagens com apreciações de teor positivo, algo que não constava no gráfico respectivo de há um ano.



Como observei no relatório anterior, “o tema é propício ao desencadear de paixões, algumas vezes irracionais”, o que me leva a valorizar reacções que me chegam do campo profissional pedindo-me que relativize o significado e importância das acusações. Continuo a

pensar no entanto que mesmo as mensagens mais incendiadas (e incendiárias) merecem sempre ponderação por parte de todos: programadores, responsáveis editoriais, jornalistas e comentadores.

Por todas estas razões, convidei o responsável directo do Desporto, Paulo Sérgio, para uma série de programas em que respondeu às principais críticas dos ouvintes, oferecendo-lhes a versão da empresa e dos profissionais. Algumas respostas não me convenceram, como assinalei na altura. Mas confesso que várias delas pareceram-me convincentes e ajustadas. Abri desde então um canal directo com este responsável, para quem fui reencaminhando, para seu conhecimento e ponderação, muita da correspondência recebida, mesmo quando não se tratava de mensagens carecendo de resposta.

Língua Portuguesa

O aumento de correspondência com Língua Portuguesa como tema principal pode dever-se, eventualmente, ao destaque que dei ao tema durante o ano de 2009. Criei na verdade no programa Em Nome do Ouvinte a rubrica “Questões de Língua” – a única com carácter tendencialmente regular. Embora transmitida menos vezes do que previ, esta rubrica será provavelmente a principal responsável pela quase duplicação do número de mensagens.

A forma como questionei as opções da minha convidada, a linguista Regina Rocha, colaboradora do Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, especialmente num programa dedicado a estrangeirismos,²⁶ foi severamente criticada na blogosfera e por uma participante num encontro/debate na universidade do Algarve.²⁷ Tais opiniões negativas não se traduziram no envio significativo e mensagens de protesto para o gabinete do Provedor do Ouvinte. Concluo do que li e ouvi directamente da citada professora, naquele debate, que os citados professores exigiam de mim uma postura acrítica de activa e cúmplice defesa das soluções que a linguista apresentasse, fossem estas quais fossem.

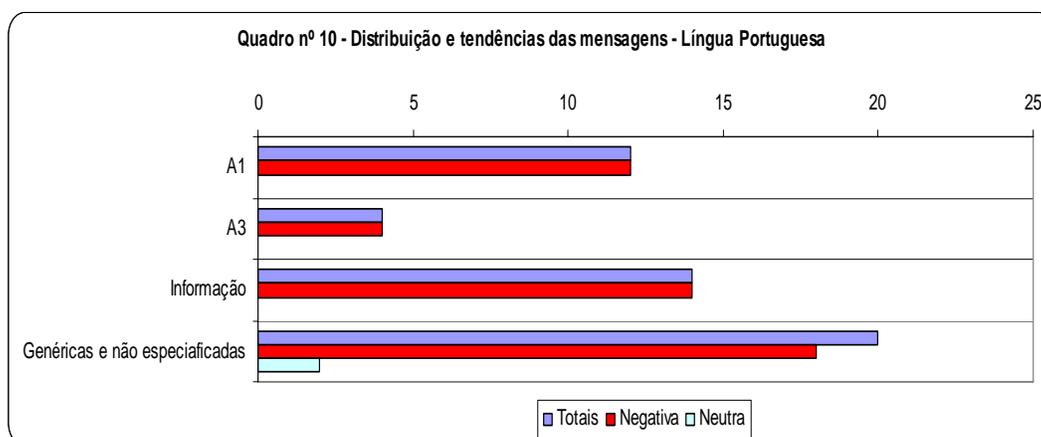
Talvez por deformação profissional, não me vejo ao microfone como acólito de uma qualquer causa, por mais justa que seja, como é o caso. A credibilidade de um diálogo, mesmo fora do palco estritamente jornalístico, exige o exercício do contraditório. Quem pergunta deve ser convencido pelos argumentos de razão de quem responde e não por conveniências do politicamente (neste caso linguisticamente) correcto. Foi isso que aconteceu, por mérito, naturalmente, da competência da minha interlocutora.

Quanto à defesa da pátria língua, ela faz-se através de uma prática que no-la torne amada (convencendo-nos de que ela tem mesmo de todas a línguas “o melhor: a pronúncia da latina, a origem da grega, a familiaridade da castelhana, a brandura da francesa, a elegância da italiana”, como nos ensinou Rodrigues Lobo, esquecendo-se amavelmente da inglesa) e não por

²⁶ Programas nº 55, 56 e 57, emitidos em Outubro d e Novembro (consultáveis na Página do Provedor do Ouvinte em Todos os Guiões (www.rtp.pt)).

²⁷ Realizado na tarde de 26 de Novembro de 2009, o encontro/debate, promovido pelo coordenador da ESEC (Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve), Vítor Reia-Baptista, juntou os dois provedores da RTP e o Provedor do Público, Joaquim Vieira, que durante várias horas responderam a perguntas de alunos e professores.

actos compulsivos do tipo daqueles de que a divisão de orações d'*Os Lusíadas* nas escolas da minha geração ficou como exemplo a evitar. Porque afastaram, em vez de seduzirem.



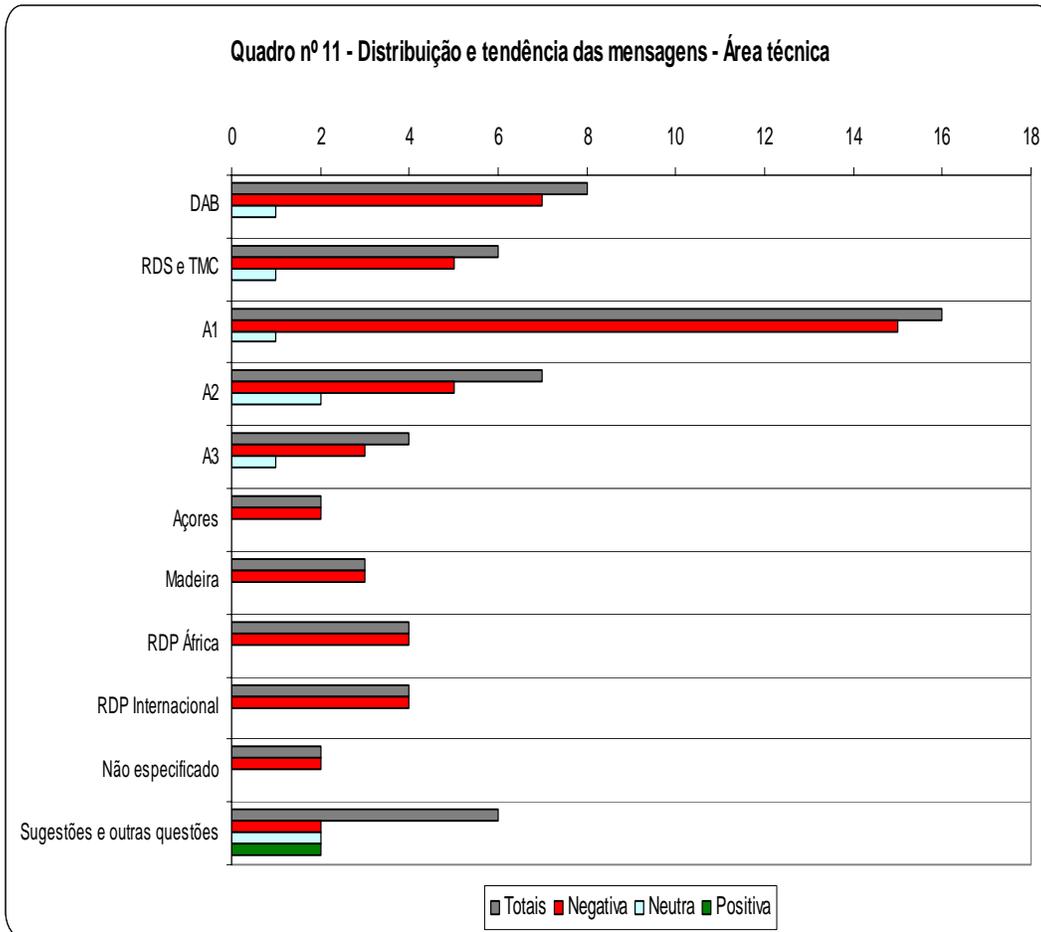
A Informação, a Antena 1 e a Antena 3 (por esta ordem) foram os suportes apontados como tendo praticado mais erros de português ao longo do período analisado. O número total de mensagens subiu, em relação ao ano anterior, mas ficou aquém ainda de 2007.

Como notei no Relatório anterior, aliás na linha do que fizera o meu predecessor, “a apreciação dos ouvintes é referida a um conjunto global superior a cem horas diárias originais de emissão nas diversas estações. Por isso o baixo volume de protestos não pode deixar de impressionar. Mas mesmo que ele signifique que não se fala tão mal português, afinal, nas estações da RDP, como alguns acusam, não devemos permitir que as guardas baixem”. Razões que me levam a defender a absoluta necessidade de os mais altos responsáveis da concessionária do serviço público de radiodifusão inscreverem a língua portuguesa no primeiro lugar das três grandes áreas em que a RTP deve, com urgência atingir e manter graus não inferiores à excelência.²⁸

²⁸ Cf. “Em Jeito de Balanço”, na Parte III.

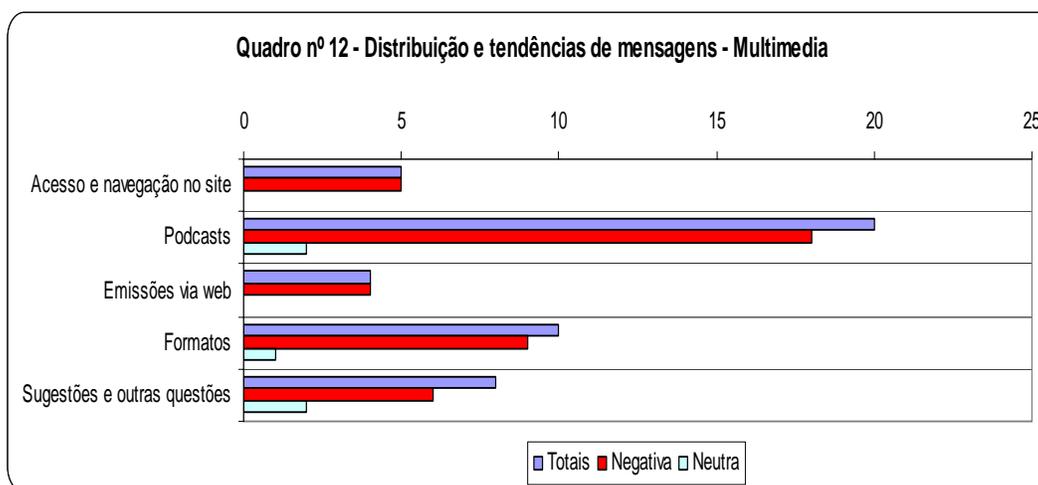
Área Técnica

Subiu ligeiramente a correspondência nesta área. Permanecem no essencial pertinentes todas as observações que produzi no anterior relatório sobre a matéria. A qualidade da recepção das emissões, em particular na Antena 1, constituiu o tema mais glosado na correspondência dos ouvintes. Também criticadas questões relacionadas com DAB, RDS e TMC. Nesta área muito específica, reencaminho sistematicamente as informações, pedidos de ajuda e protestos que me chegam para a Direcção de Engenharia e Tecnologias. Cumpre-me salientar, uma vez mais, que este é o sector que mais rápida e eficazmente dá resposta às indagações do meu gabinete e aos pedidos de informação dos ouvintes.



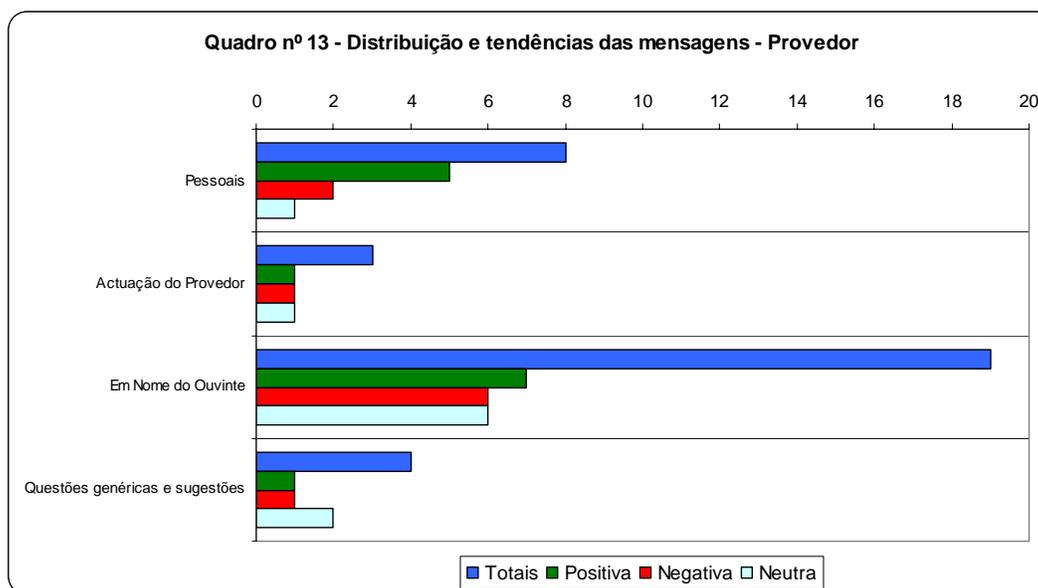
Multimédia

Analisada em termos relativos (o universo de mensagens válidas aqui não chegou a 50), a correspondência sobre Multimédia continua a exprimir um elevado grau de desagrado geral – o maior, em termos relativos, de todas as oito áreas temáticas analisadas. Trata-se de resto da única área em que nenhuma das mensagens faz apreciações de carácter positivo em qualquer dos itens considerados: Acesso e navegação, Podcasts, Formatos, e Sugestões e outras questões.



Provedor

A correspondência tendo como objecto principal o Provedor do Ouvinte foi, de todas as áreas temáticas, aquela que mais decresceu nestes três anos de análise quantitativa, sendo hoje quatro vezes menos do que foi em 2007. Arrisquei atrás uma primeira tentativa de interpretação, avançando com os factores novidade do cargo e empatia pessoal como hipóteses de trabalho. Penso de qualquer modo que estes dados terão que ser reanalisados no final do mandato do meu sucessor, de modo a ver se os dois ou quatro anos do próximo mandato confirmam ou infirmam estas tendências.

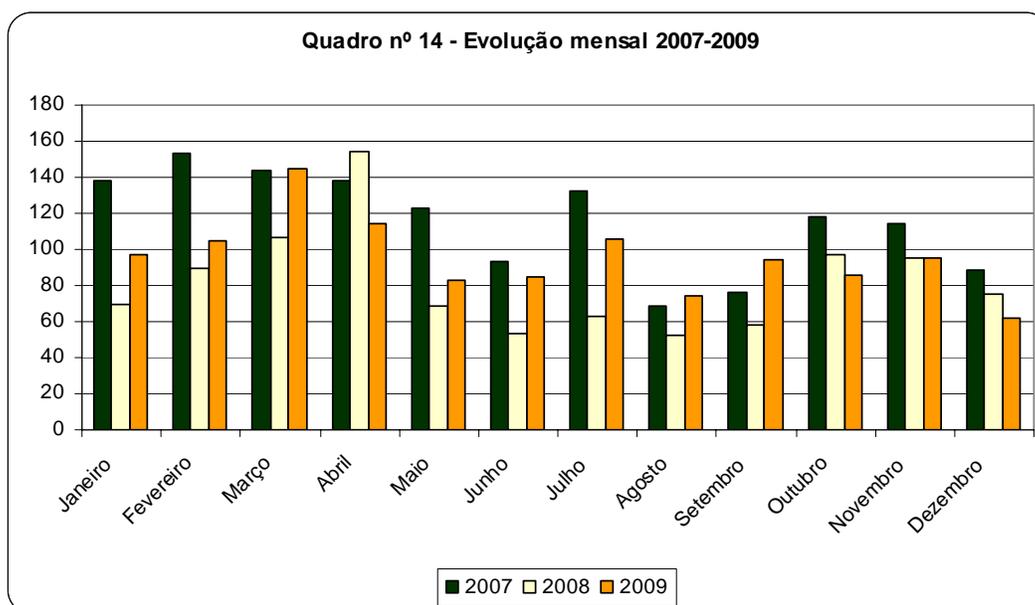


No plano das apreciações por parte dos ouvintes e ressaltando mais uma vez o pequeno volume da correspondência em análise, assinalarei que as 34 mensagens válidas recebidas apreciam essencialmente o programa Em Nome do Ouvinte (o elo público de ligação e interacção do provedor com os ouvintes), revestindo as restantes um carácter de apreciação mais pessoal ou sobre a actuação do próprio provedor (neste último caso com base, porém, num número de mensagens absolutamente residual). Noto, por fim, que nas questões genéricas e sugestões é maior o peso das apreciações negativas, enquanto no plano pessoal este provedor colhe, na (pouca) correspondência chegada, uma maioria de apreciações positivas.

Comparações com análises anteriores

A correspondência global aumentou de forma significativa, como atrás assinalei. Nos 12 meses homólogos dos três anos em análise, o mês de Março de 2009 bateu o recorde de correspondência válida recebida. Esta foi sempre superior à de 2008 em oito dos meses e igual à desse ano num deles.

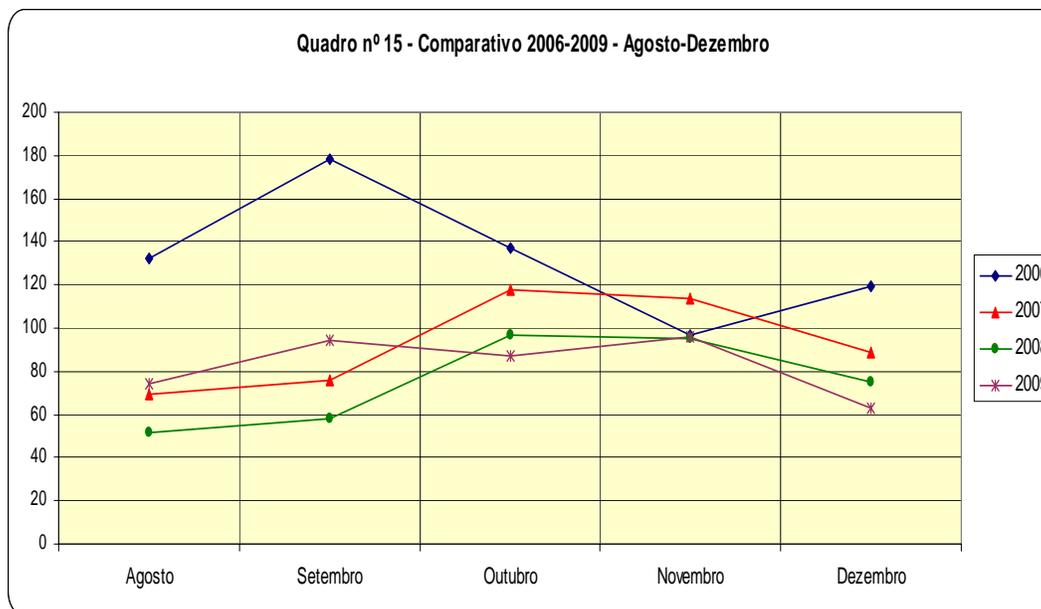
Não posso deixar de considerar relevante, contudo, a diminuição acentuada em números absolutos e relativos ocorrida nos meses de Outubro e de Dezembro. Este último foi mesmo o quarto pior mês dos 36 analisados.



Embora seja ainda cedo para tirar conclusões, não deixo de assinalar que o total de mensagens dos dois primeiros meses de 2010 segue esta tendência. Mesmo descontando um ou outro “desvio” ocorrido na sequência de uma mudança de servidor de correio electrónico da RTP, as 163 mensagens válidas apuradas em Janeiro e Fevereiro deste ano ficam muito aquém dos números nos meses homólogos de 2009 e 2007, apenas suplantando, ainda que muito ligeiramente, os resultados de 2008.

O **quadro nº 15**, comparando os primeiros cinco meses em que o anterior e o actual provedores arrancaram com a promoção e a emissão dos respectivos programas (em 2006 e

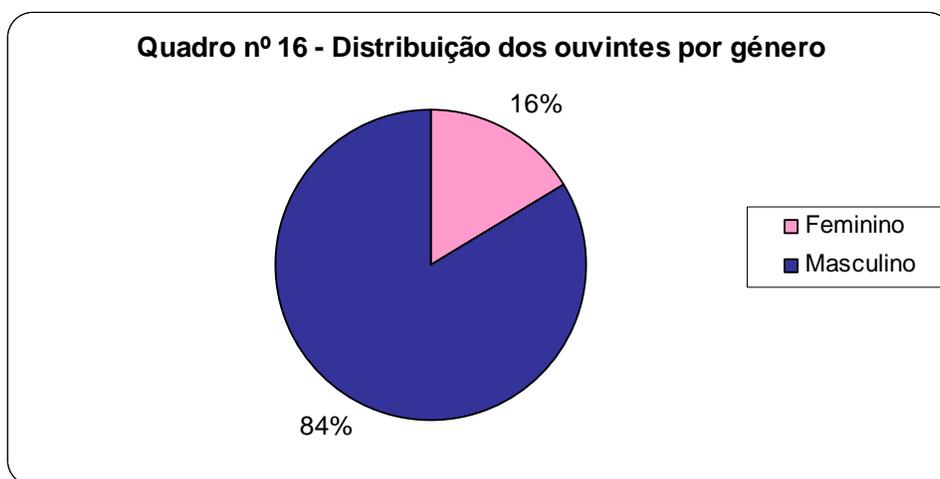
2008) e os dois períodos de “cruzeiro” da actividade de ambos (José Nuno Martins em 2007, eu em 2009) indiciam também uma erosão no volume de correspondência dos ouvintes nos três últimos meses de cada ano.



Da sua análise ressaltam duas hipóteses de explicação, que avancei na altura própria, e a que junto neste Relatório uma terceira. Assim, esta tendência ter-se-á devido, sucessivamente e de ano para ano a (1) um efeito de novidade do cargo; (2) à diminuição desse efeito de novidade; (3) aos quatro meses em que o programa Em Nome do Ouvinte – principal veículo de ligação entre o provedor e a massa de ouvintes da RDP – esteve fora da grelha, devido ao atraso na escolha do sucessor de José Nuno Martins; e (4) a um incentivo interno dos responsáveis à implantação de redes sociais nos programas, como instrumento de aproximação dos profissionais aos respectivos públicos-alvo. Este último hipotético e paradoxal factor inspira-me algumas considerações no balanço final do mandato, a que procedo na Parte III.

Análise Sociográfica dos Ouvintes

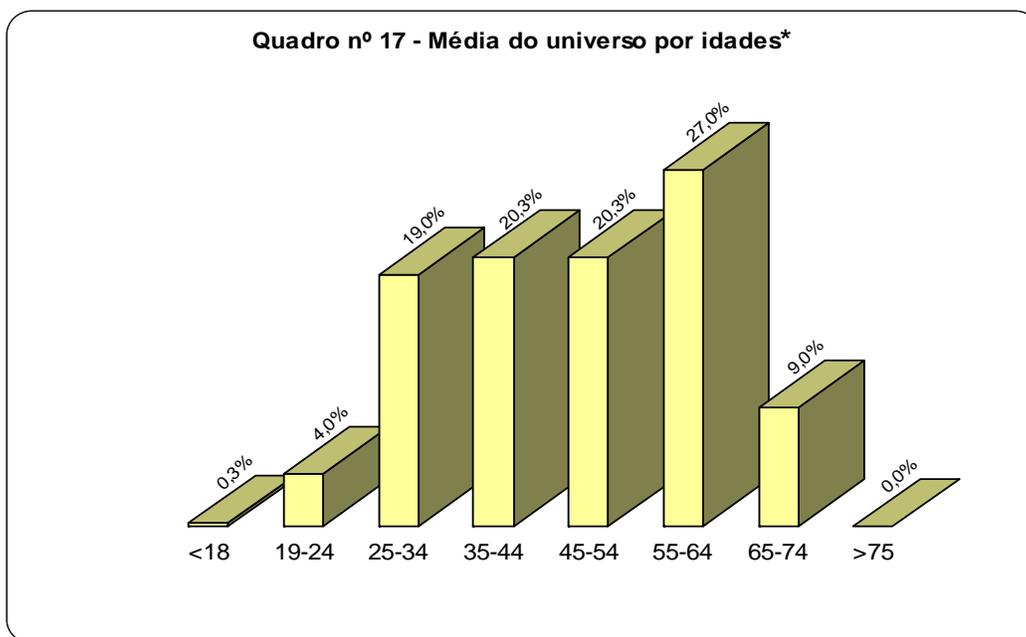
Quase dois terços dos ouvintes que escreveram ao provedor – numa amostra de 718 mensagens electrónicas analisadas através do sistema informático GDOC – manifestaram uma apreciação desfavorável da prestação do serviço público em alguma ou algumas das 14 áreas temáticas assinaladas. Um pouco mais de um quinto fez apreciações favoráveis. Com base nos dados sociográficos preenchidos pelos remetentes destas mensagens poderá avançar-se com as seguintes tendências dominantes de um perfil de variáveis sociográficas do ouvinte que escreve ao provedor e preenche os dados pedidos: é homem, tem idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos, reside num dos dois grandes centros urbanos de Lisboa e Porto e indica o ensino superior como habilitações literárias.²⁹ Deve anotar-se, contudo, a altíssima percentagem dos que não declararam nem a idade nem as habilitações literárias.



A participação dos ouvintes é residual nos escalões etários abaixo dos 19 anos, escassa a partir dos 65 anos e nula acima dos 75 anos.

A larga maioria dos ouvintes que participa situa-se entre os 25 e os 64 anos (86,6 por cento), sendo de assinalar também que quase metade (47,3 por cento) tem entre 45 e 64 anos.

²⁹ Será interessante e útil, num próximo relatório, comparar estes dados com os dos ouvintes da Rádio em geral e em cada uma das estações do serviço público, nomeadamente quanto a áreas geográficas (em que, por exemplo e à excepção da Antena 2, o Interior Norte rivaliza com Lisboa), a classes sociais e idades.



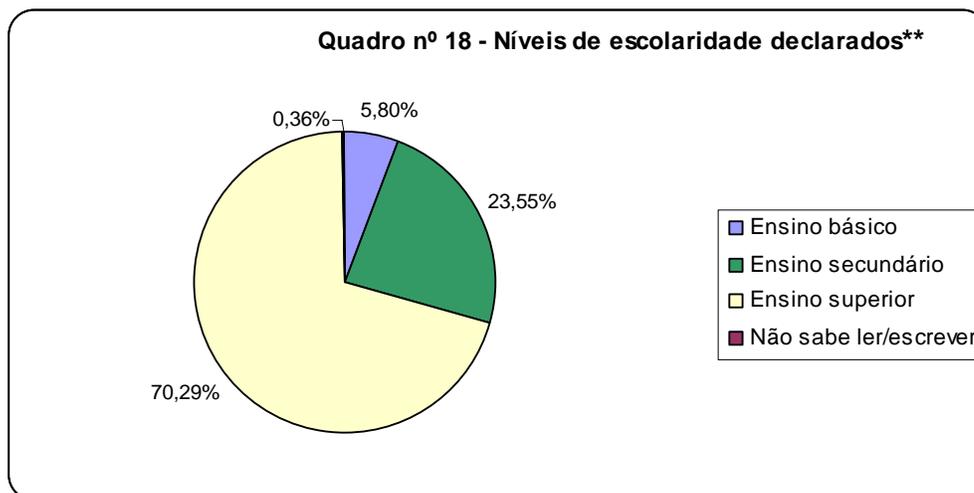
* Cálculo a partir dos 41,78% que declararam a idade

Não disponho de dados que me possam permitir uma tentativa séria de explicação, mas confesso que me impressionam, pelo significado que não pode deixar de se lhe atribuir, os 0,3 por cento de correspondentes abaixo dos 18 anos e mesmo os 4 por cento abaixo dos 34 anos, num grupo de Rádio que inclui uma estação – a Antena 3 – cujo público alvo são os jovens. Estes dados contrastam, porém e felizmente, com os 39,3 por cento de participantes entre os 25 e os 44 anos. Que sobem para a muita agradável percentagem de 59,6 por cento se lhes juntarmos o escalão etário entre os 35 e os 54 anos.

Quase um terço dos ouvintes que escrevem ao provedor declara ter ou frequentar o Ensino Superior. Mais de 60 por cento, porém, deixaram esse dado em branco. Se analisarmos estes mesmos dados a partir dos 276 ouvintes que assinalam as habilitações literárias, a percentagem atinge 70,28 por cento.

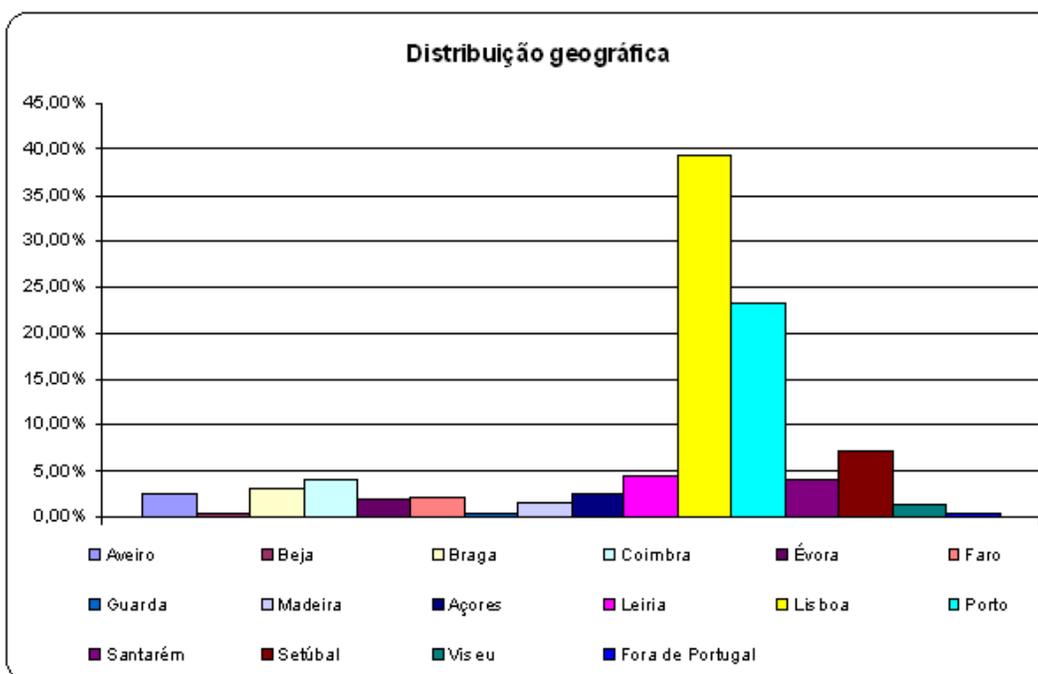
A mesma tendência já observou o meu colega Provedor do Telespectador no seu relatório de 2008, confirmando-a este ano. Uma confortável percentagem da correspondência enviada pelos ouvintes – deve ser assinalado – evidencia boas capacidades expositivas e de reflexão da parte dos seus autores. São porém numerosos os casos em que uma paupérrima capacidade

expositiva aliada a grande quantidade de erros gramaticais indicia um grau da escolaridade real inferior àquele que vemos auto-atribuído na mensagem.



**Cálculo a partir dos 38,44% que indicaram as habilitações literárias

As regiões de Lisboa e Porto, sozinhas, garantem mais de 60 por cento da correspondência enviada. Destacada, mas a grande distância, aparece depois Setúbal. As regiões (por ordem decrescente) de Leiria, Santarém e Coimbra (estas duas últimas *ex-aequo*) e Braga são as que se seguem. O menor número de mensagens registou-se na Guarda e em Beja. São também muito baixas as mensagens recebidas de fora de Portugal. Sublinho que nesta amostra, Bragança, Vila Real e Castelo Branco não figuram sequer na lista de mensagens recebidas.



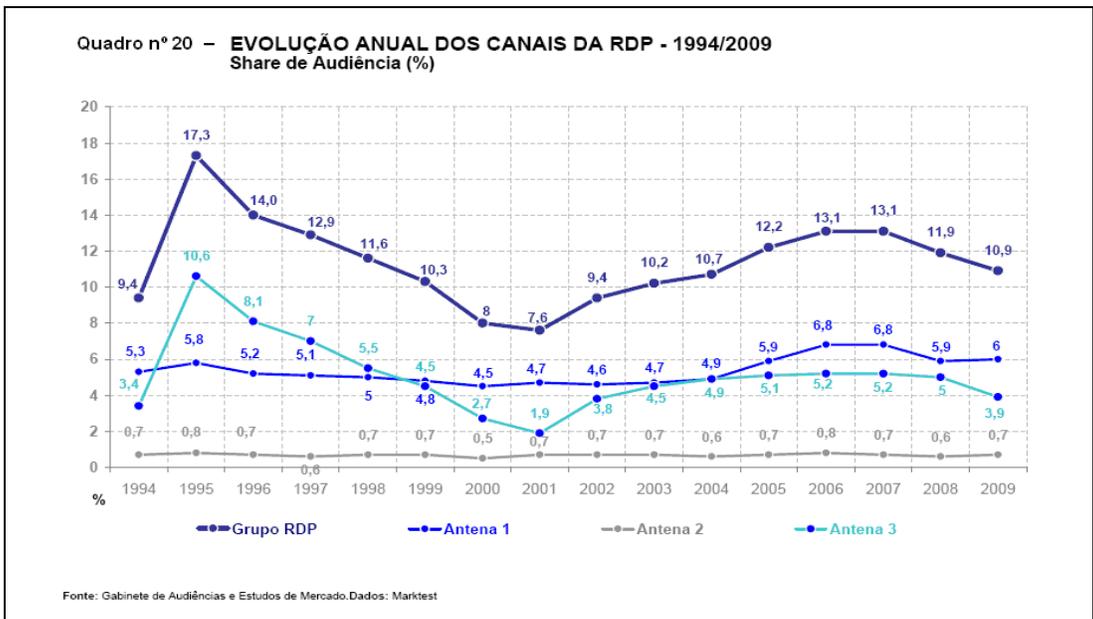
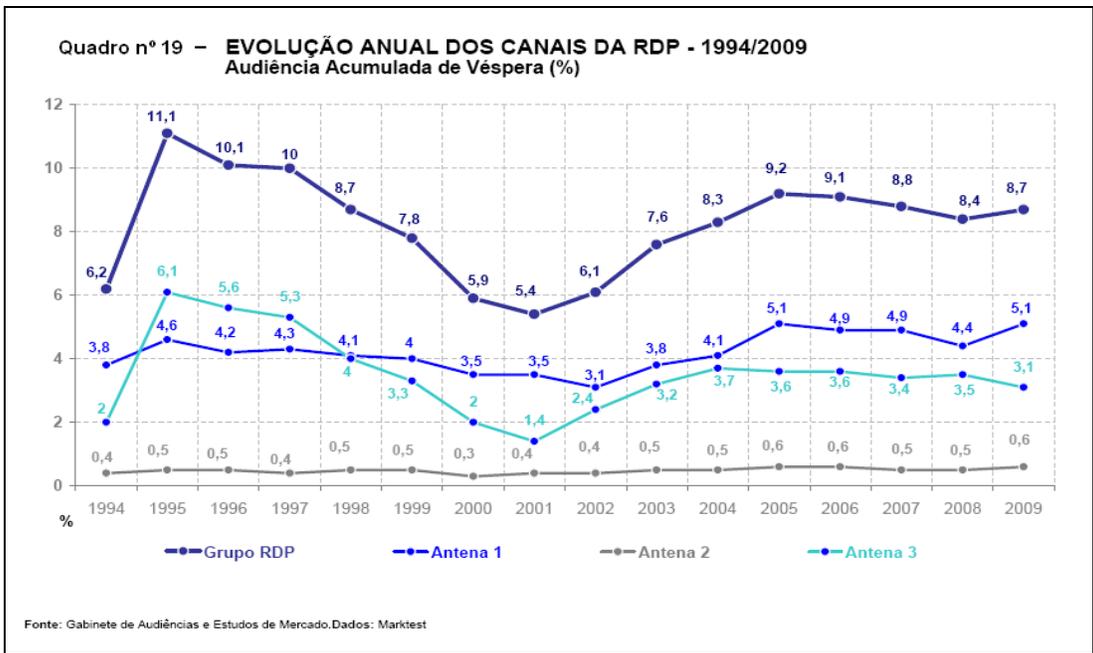
Audiências

Olhar para os quadros de evolução anual dos canais da RDP na última década e meia é ver uma longa linha quase recta, cuja amplitude de audiências entre 1994 e 2009 não excede os três por cento em cada um dos três canais nacionais e no conjunto do próprio grupo. Esta visão traduz uma grande estabilidade na relação entre o serviço público de radiodifusão sonora e a sua audiência. Algo que representa um capital precioso em qualquer meio de comunicação. Mas que, num quadro de baixas audiências, pode (defendo que deve) ser olhado também como uma incapacidade histórica de sucessivos responsáveis em construir uma oferta radiofónica capaz de (só para citarmos dois dos três canais de âmbito nacional) “servir a generalidade da população” (Antena 1) e de se dirigir ao público mais jovem (Antena 3) “promovendo ideias e projectos que estimulem a sua participação na sociedade”.³⁰ Isto, para além das outras missões mais específicas apontadas à Antena 2, serviços regionais do Porto, Coimbra e Faro, Antena 2, RDP Açores e RDP Madeira, RDP África e RDP Internacional.

Para corrigir eventuais efeitos redutores se restringíssemos a visão aos três anos e meio de existência do cargo de provedor, recorreremos a este quadro evolutivo dos níveis de audiências (acumulada de véspera e share³¹) entre 1994 e 2009, no grupo RDP.

³⁰ Ver alíneas a.1 e a.3 da cláusula 6ª do Contrato de Concessão do Serviço Público de Radiodifusão Sonora, assinado em 30.6.1999, conjugando-as com as alíneas c) da cláusula 4ª e b) do nº 3 da cláusula 5ª do mesmo contrato, cujo sentido geral veio a ser confirmado pela alínea c) do nº 1 do artº 47º, cap. IV, da Lei nº 4/2001 de 23 de Fevereiro.

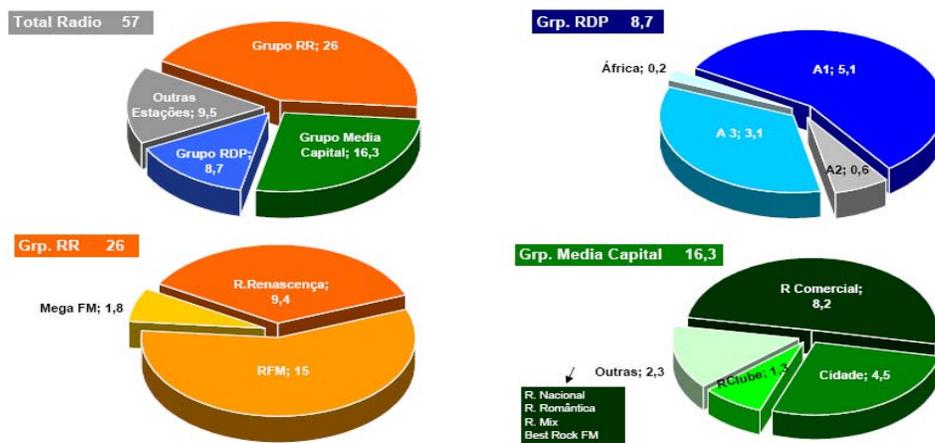
³¹ Audiência acumulada de véspera: número ou percentagem de indivíduos que escutaram uma estação no período de um dia, independentemente do tempo despendido. Período calculado, como indica a expressão, sobre a véspera. Share de audiência: percentagem de tempo despendido por um conjunto de indivíduos na escuta duma estação relativamente ao tempo total de audição da Rádio no mesmo período de tempo.



A Antena 1 melhorou os seus índices de audiência em relação a 2008. O mesmo aconteceu na Antena 2. A Antena 3 prosseguiu na senda descendente dos últimos sete anos. A RDP África manteve os habituais e muito baixos índices dos últimos anos. Passou a ocupar, porém o último lugar na lista das 17 estações mais ouvidas no país, ultrapassada que foi pela Rádio Mix, do Grupo Media Capital.

Vistos em conjunto os resultados destas quatro estações, o Grupo RDP continua num lugar muito distante do conjunto de audiências dos dois maiores grupos de rádio em Portugal: RR e Media Capital, que aliás aumentaram também os seus índices em 2009.

Quadro nº 21 – Peso dos Canais nos Grupos de Rádios
Audiência Acumulada de Véspera (%)
Ano de 2009



Fonte: Gabinete de Audiências e Estudos de Mercado.Dados: Marktest

Se analisarmos comparativamente o **quadro nº 22**, observaremos a constância de resultados já assinalada, com cada uma destas quatro estações da rádio pública acantonada nos quatro grupos principais do ranking de 17 estações: a Antena 1, situada a seguir à RFM, RR e R. Comercial (estações que ocupam, por esta ordem, desde 2000, os primeiros três lugares da lista dos mais ouvidos) e remetendo para os lugares seguintes a Cidade FM e a TSF, suas directas rivais dos anos anteriores; a Antena 3, parecendo instalada no sétimo lugar, atrás da Cidade FM e da TSF; a Antena 2 oscilando entre o 11º (em 2007) e o 13º lugar deste ano (e de 2003), atrás de estações musicais como a R. Sim e a Best Rock FM; e, por fim, a RDP África, a ocupar o fundo da tabela, *ex-aequo* com as rádios Romântica, Capital e Mix.

Quadro nº 22 – Ranking Anual de Audiência Acumulada de Véspera (%)

	2003	AAV%	2004	AAV%	2005	AAV%	2006	AAV%	2007	AAV%	2008	AAV%	2009	AAV%
1	RFM	14,3	RFM	13,5	RFM	13,3	RFM	13	RFM	13,7	RFM	14,1	RFM	15
2	R.Renascença	12,5	R.Renascença	10,9	R.Renascença	10,5	R.Renascença	9,8	R.Renascença	9,5	R.Renascença	9,3	RR	9,4
3	R.Comercial	5,9	R.Comercial	6,9	R.Comercial	6,6	R.Comercial	7,3	R.Comercial	6,6	R.Comercial	7,3	R.Comercial	8,2
4	TSF/Press	4,5	TSF/Press	5	TSF/Press	5,6	Antena 1	4,9	Antena 1	4,9	Cidade FM	4,6	Antena 1	5,1
5	Antena 1	3,8	Antena 1	4,1	Antena 1	5,1	Cidade FM	4,9	Cidade FM	4,4	TSF/Press	4,3	Cidade FM	4,5
6	Antena 3	3,2	Cidade FM	3,9	Cidade FM	5,1	TSF/Press	4,6	TSF/Press	4,2	Antena 1	4,1	TSF/Press	4,2
7	Cidade FM	2,6	Antena 3	3,7	Antena 3	3,6	Antena 3	3,6	Antena 3	3,4	Antena 3	3,5	Antena 3	3,1
8	RC - Rádio C	1,9	RC - Rádio C	3,6	RC - Rádio C	3,3	RC - Rádio C	2,6	Mega FM	1,5	Mega FM	1,8	M80	2
9	Mega FM	1,8	Mega FM	1,5	Mega FM	1,6	Mega FM	1,5	RC - Rádio C	1,4	M80	1,4	Mega FM	1,8
10	Best Rock FM	1,1	Best Rock FM	1,5	Best Rock FM	1	Best Rock FM	0,8	Best Rock FM	0,7	RC - Rádio C	1,2	RC - Rádio C	1,3
11	Romântica FM	0,7	Estação Orbit	0,6	Estação Orbit	0,8	Estação Orbit	0,7	Antena 2	0,5	Best Rock FM	0,6	R.Sim	0,9
12	Estação Orbit	0,5	Antena 2	0,5	Antena 2	0,6	Antena 2	0,6	M80	0,5	Antena 2	0,5	Best Rock FM	0,6
13	Antena 2	0,5	R.Capital	0,3	R.Capital	0,3	R.Capital	0,2	R.Romântica	0,3	R.Romântica	0,4	Antena 2	0,6
14	R.Capital	0,3	RDP - África	0,1	RDP - África	0,2	RDP - África	0,2	R.Capital	0,2	R.Sim	0,3	R.Romântica	0,5
15	RDP - África	0,2	R.Nacional	0,1	Romântica FM	0,1	Radar	0,2	RDP - África	0,2	R.Capital	0,2	R.Capital	0,2
16											RDP - África	0,2	R. Mix	0,2
17											R. Mix	0,2	RDP - África	0,2
	Outras Estações	10,7	Outras Estações	11,5	Outras Estações	12,1	Outras Estações	11,4	Outras Estações	10,3	Outras Estações	10,4	Outras Estações	10,5

Programa Em Nome do Ouvinte

Entre 29.08.2008 (data do primeiro programa do meu mandato) e 26.02.2009 (data final a que se reporta este relatório de Actividades) foram emitidos 70 programas sob minha responsabilidade editorial nas diferentes estações do serviço público de radiodifusão. Uma vez que os temas dos primeiros 16 foram divulgados no anterior relatório, apenas indico no Anexo C (pp 103-107) os restantes temas, respeitantes aos programas emitidos entre o início de Janeiro de 2009 e o fim de Fevereiro de 2010.

Indico a seguir também os horários acordados com as diferentes direcções para emissão do programa em cada uma das estações da RDP. Não procurei sequer mexer-lhes, na justa medida em que tal só poderia obter alguma eficácia caso lhes alterássemos formato e duração.

Reservo para o balanço final, na Parte III, a exposição detalhada das razões que sustentam esta minha convicção da necessidade de consensualizar uma leitura mais prática e fecunda da alínea e) do nº 1 do artigo 27º da Lei 8/2007 de 14 de Fevereiro sobre o formato e duração do programa do provedor.

Quadro nº 23 – Horários de emissão do programa *Em Nome do Ouvinte*

Estação	Dia da Semana	Horário
Antena 1	Sexta-feira	Após NTC 17h00*
Antena 2	Domingo	17h40
Antena 3	Domingo	14h00
Antena 1 Açores	Domingo	9h05
Antena 3 Madeira	Domingo	13h00
Antena 1 Madeira	Sexta-feira	Após NTC 17h00*
RDP África	Segunda-feira	13h15
RDP Internacional**	Segunda-feira	11h40***
RDP Internacional	Segunda-feira	15h30****
RDP Internacional	Terça-feira	01h15*****

* Repete aos sábados, após o noticiário das 13h00 ** Horários justificados pelas emissões em Onda Curta, sendo que, via Satélite, Internet e DAB, a emissão é universal. *** Europa, África e Brasil **** Médio Oriente e Índia ***** Continente americano

PARTE III

Em Jeito de Balanço (cinco reflexões finais)

1. A Rádio numa empresa que se chama RTP

Num quadro global de incertos futuros, e no que respeita especificamente à produção, realização e transmissão de programas e informação (a razão de ser do serviço público de radiodifusão sonora), estes meses de mandato fortaleceram em mim a convicção profunda de que se impõe um forte investimento da RTP, S.A. num esforço redobrado de melhoria da qualidade dos seus profissionais e numa mais exigente política de recrutamento e formação daqueles que ingressam na empresa. Faço-o com uma preocupação prática muito claro: não basta cumprir as obrigações contratadas. Penso que um contrato de concessão do serviço público de radiodifusão sonora só faz sentido se o serviço prestado pela concessionária atingir a excelência.

Da minha observação das emissões dos diferentes canais, retiro como áreas prioritárias para uma intervenção imediata generalizada a todas as antenas: 1) a língua portuguesa; 2) as técnicas vocais; 3) e a noção de serviço público. Impõe-se que a rádio pública vise a excelência, nestes domínios. A excelência constitui o selo que a distinguirá no panorama radiofónico, em que deve ser vista como o padrão a seguir.³² Sobre ela hão-de construir-se outros dois importantes pilares em que devem assentar as emissões: 4) o rigor jornalístico; 5) e a qualidade estética. Julgo desnecessário anotar que nenhuma destas características fundamentais para o exercício de mediação com o povo português pode subsistir numa empresa cujos funcionários não possuam 6) uma cultura geral sólida.

Se for necessário concretizar, direi que este desenho da estação pública que os portugueses têm o direito de exigir passa por dois pressupostos fundamentais: uma política exigente de recrutamento de pessoal e um forte investimento na formação profissional contínua.

Apercebi-me, do lado da rádio, da existência de vontades e da preocupação em aproveitar as sinergias que a fusão das duas empresas públicas propiciou. MUITÍSSIMO mais se pode e deve

³² Manifesto o meu acordo com o que, neste plano, tem defendido o colaborador externo do Centro de Formação da RTP e co-fundador do Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, José Mário Costa, cujas iniciativas no sentido de prevenir os erros mais flagrantes no domínio da fala são de louvar mas estão longe de merecer dos próprios profissionais o apoio que merecem.

fazer. Tal só ocorrerá, contudo, se vontade e disponibilidade forem comuns a todos – aos sectores da rádio mas também da televisão e aos mais altos órgãos de administração da empresa.

2. Convicções de partida, comprovações à chegada

A segunda parte do mandato confirmou, no geral, os receios que apontei num primeiro balanço, feito numa conferência sobre Regulação, na Universidade do Minho, tinham acabado de passar 10 meses sobre a minha entrada em funções.

Alertado pelos avisos que retivera de experiências quer do meu antecessor, José Nuno Martins, quer de provedores noutros *media*, portugueses e estrangeiros, eu partira para o gabinete da marechal Gomes da Costa convicto de que iria encontrar-me entre o fogo da suspeita dos ouvintes e o fogo da irritação dos profissionais (trabalhadores e colaboradores da empresa).

Dez meses no terreno – revelei na citada conferência - já as detectara, às suspeitas e às irritações. “Recorrentes, num ou noutro *mail* dos primeiros. Implícitas, nas reacções de um ou outro trabalhador ou colaborador da empresa. (...) Do lado dos ouvintes há sempre alguém a falar em “vocês”, não fazendo qualquer distinção entre o provedor, os responsáveis e os trabalhadores da empresa. Parecem considerá-lo, pois, mais um entre muitos funcionários.”³³ Notava também sinais de irritação de funcionários e colaboradores em relação ao provedor. Alguns, haviam até optado por nem responder aos pedidos de esclarecimento, pois a tal não são obrigados”.

Agora, com 20 meses de mandato cumpridos, e em termos sintéticos, direi que foram como segue as minhas relações com os três pólos com os quais compete ao provedor agir:

1. Ouvintes: mais correspondência, embora ainda aquém do desejável, com origem em dois grandes grupos – um, consumidor confesso do serviço público e por isso mais exigente nos erros que neste se cometem; o outro, comungando de uma mesma cristalização na ideia de que, sendo pago, o serviço deve satisfazer os desejos

³³ Ver texto completo em Anexos

- individuais do remetente. Ambos denotando uma frequente desconfiança quanto à independência do serviço público e (embora menos frequente) do próprio provedor;
2. Campo profissional: uma indiferença que não consigo classificar, num quadro geral de cortesia que registo mas que me parece curta (à excepção dos directores das diferentes estruturas, sempre disponíveis mesmo nos períodos em que as solicitações são mais frequentes);
 3. Conselho de Administração: aceitou e cumpriu o pedido que fiz para que comigo mantivesse um relacionamento institucional correcto mas distante. Penso que correspondi.

À semelhança dos primeiros dez meses, houve uma ou outra incompreensão, uma ou outra indicação expressa de indisponibilidade de colaboração, um ou outro bloqueio, até. Nada que pusesse em causa o cumprimento das minhas funções. Porém, e embora tenha continuado a testemunhar da parte de alguns uma clara disponibilidade para reavaliar opções técnico-profissionais, metodologias e modos de trabalho, a verdade também é que continuei a não ver sinais que indicassem a criação de uma dinâmica de interacção entre os três pólos (audiência, profissionais e estrutura dirigente), propiciada pelo provedor, o que me levará a interrogar-me, mais à frente, sobre a utilidade da função.³⁴

Em termos mais concretos, talvez seja interessante saber o destino de algumas propostas e recomendações. Ele mostrar-nos-á os limites da função e do cargo. Mas prova-nos também - como podemos concluir, pela positiva e pela negativa, das alusões a diferentes episódios - que o provedor da rádio pública dispõe de uma considerável margem de actuação. Em público, através do programa. E nos bastidores (e este será provavelmente o espaço de maior influência).

3. Mágoas num adeus anunciado

Não penso que as observações de um provedor tenham, necessariamente, que ser levadas à prática. Elas são, tão só, convicções de quem ouve programas, rubricas, sons dispersos, deles recebe eco dos ouvintes, sobre eles ausculta razões dos profissionais e a tudo analisa à luz das regras em vigor na rádio pública e da sua própria experiência radiofónica. Procurei sempre expurgar das minhas opiniões alguma (inaceitável) carga de ingerências nas esferas de

³⁴ Ver, na Parte III, "Provedor, uma espécie em vias de extinção?"

competência próprias dos diversos directores. Sem prejuízo de alguma (agradável) surpresa dado que ainda faltam quatro meses para expirar o mandato, confesso desde já que levo, além do fim do Lugar ao Sul,³⁵ quatro outras mágoas, decorrentes de posições que tomei e de sugestões que deixei e me parecem votadas ao fracasso. Algumas considerações sobre cada uma delas.

Antena 2 – Os seis programas que dediquei a esta estação foram os que mais me custaram. Sou, há longos anos, ouvinte diário desta estação. Considero que há nela excelentes profissionais e colaboradores e alguns dos melhores programas de autor da rádio, hoje, em Portugal (a maioria, é verdade, de colaboradores, mas a sua escolha é também um mérito da estação). Senti que algumas das críticas dos ouvintes eram injustas. Algumas, formuladas em termos que roçavam o insulto.

Durante quase dois meses, profissionais e directores foram confrontados, no terreno mesmo em que são reis e senhores 24 horas por dia, com queixas e críticas, várias delas em tom que resumava intolerância. Fiz questão de as pôr no ar. Senti que os ouvintes acharam pouco. Estavam, alguns deles, claramente, sedentos de sangue, isto é, queriam que os responsáveis fossem demitidos e alguns profissionais afastados ou pelo menos substituídos. O provedor não tem competências para tal. Mas pode formular as suas conclusões de uma forma que o induza. Não o fiz. Optei por propor uma espécie de Estados Gerais da Antena 2, reunindo profissionais e responsáveis (actuais e antigos), especialistas e figuras de relevo da cultura portuguesa. Tudo precedido de um grande inquérito aos ouvintes da estação (método já usado no passado mas a que entretanto, incompreensivelmente, foi posto termo). Ficava, pois, tudo em aberto. Como um desafio que considero podia ser fecundo: a profissionais, actuais e antigos, especialistas e figuras do meio cultural, estruturas dirigentes da empresa e ouvintes.

Da agitação daquelas semanas, permaneceu uma inflamada troca de correspondência com o ex-secretário de Estado da Cultura, nos dias que se seguiram. Os restantes ouvintes deixaram de protestar com a mesma frequência e ira. A verdade é que noto alguma melhoria, aliás observada por alguns ouvintes, em certos procedimentos. Noto também mais correspondência elogiosa. Sou levado a pensar que tal se deverá a insistência de alguns realizadores sobre ouvintes que lhes escrevem directamente, elogiando, mas não tomam semelhante iniciativa em

³⁵ Ver "Lugar ao Sul, o fim de um monumento radiofónico", Parte I.

relação ao Provedor, para quem parecem reservar a parte mais negativa das suas reacções sobre o que ouvem na antena.

Continuo a pensar que os “estados gerais” seriam uma boa ideia. Num tempo de triunfo da interactividade, estou certo que os contributos dos ouvintes e os reptos e sugestões chegadas do campo artístico e cultural seriam úteis à estação, enriqueceriam os seus profissionais e poderiam abrir novos caminhos à Antena 2. Um ano passado, contudo, nenhuma iniciativa concreta, que eu saiba, foi tomada (com esta ou com qualquer outra configuração) no sentido de discutir a rádio clássica. Tenho pena.

Música Pimba e Ranchos Folclóricos – Aqui está um tema em que agi enquanto provedor contra aquilo que sinto e desejaria enquanto profissional e enquanto ouvinte. Fi-lo, porém, convencido de que essa é a interpretação mais adequada da Lei da Rádio e sobretudo do Contrato de Concessão.

Remeto os fundamentos da minha posição sobre esta matéria para a consulta dos programas que dediquei ao tema. Nesta parte do relatório, limito-me a assinalar o facto de não ter vislumbrado, da parte dos responsáveis, qualquer tentativa de encontrar espaços na programação para que, quer o Folclore quer a música chamada pimba³⁶, nela encontrem expressão.

A questão, delicada, é tanto mais curiosa quanto tem hoje respostas antagónicas da parte das direcções da RTP 1 e da Antena 1 (também da Antena 3). Enquanto a primeira enche os seus espaços matinais de ranchos folclóricos e de tudo o que é estrela do nacional-cançonetismo – o velho e o de hoje – , a programação da segunda é omissa nesse particular, com duas excepções que ressaltei e elogiei. Nos programas que dediquei ao tema, fiz coro com antigos responsáveis radiofónicos como João David Nunes apontando soluções pragmáticas em que uma desejável defesa da qualidade poderia coexistir com um também desejável respeito pelos gostos e expectativas de públicos mais populares.

³⁶ Fenómeno que o jornalista João Paulo Guerra, num momento de particular inspiração, designou por “nacional-cançonetismo”, no suplemento *A Mosca*, do extinto vespertino *Diário de Lisboa*,

Não vi, até agora, qualquer esforço no sentido de levantar o veto que vigora, de facto, na rádio pública a estas duas expressões que não só interessam mas fazem parte do caldo de cultura em que estão mergulhadas certas camadas da população.

Canal de Informação? Canal de Desporto? -- Quem deve, numa estação generalista de serviço público, dizer a última palavra? A programação? A informação? Há uma tensão histórica em Portugal entre estes dois sectores-base dos conteúdos radiofónicos. No passado, enquanto profissional, tentei dar contributos práticos para ultrapassar este problema, tanto mais paralisador quanto mais pesada for a estrutura em causa. Entendi que agora, nesta função, não devia eximir-me a enfrentar o problema. Foi, no fundo, sobre isto que, sem o dizer explicitamente, estive sempre a falar, ao longo do meu mandato. E foi também sobre isto que, sem o dizer explicitamente, o director de Informação me esteve sempre a falar quando respondia às perguntas que eu lhe ia dirigindo semana sim semana não.

Pessoalmente, sempre pensei que a resolução do problema haverá de seguir uma das duas seguintes vias: domínio da informação sobre os programas; e criação de novos canais (informação, desporto, música portuguesa), que vá atenuando as naturais exigências de largas faixas de públicos para ver satisfeita a respectiva apetência por mais conteúdos em cada uma destas temáticas.

Aludi, atrás, à proposta daquele ouvinte que via no recurso à Antena 2 uma hipótese de não deixar os ouvintes sem notícias, no período dos relatos de futebol. Embora compreenda o fundamento da proposta, discordo frontalmente dela. A programação de uma estação de rádio tem uma lógica interna que não pode ser destruída por necessidade de remendo na sintonia ao lado. Por outro lado, sendo a Antena 1 o canal generalista por excelência do serviço público, não deve alienar a audiência de uma das componentes essenciais da sua missão – a da informação – em nome, ou para cumprir outra das componentes, ainda que igualmente importante, da sua missão – o entretenimento. Ora, é isso que hoje e desde há muito tempo a Antena 1 está a fazer: Para agradar aos ouvintes que querem relatos - muitos relatos, os relatos todos e na íntegra dos jogos principais de cada jornada – altera horários de transmissão de jornais, reduz drasticamente a duração de cada um deles e, num certo período da transmissão futebolística, chega a suprimir, pura e simplesmente a hora regular de sua transmissão.

De que forma, então, será possível conciliar: 1) os direitos daqueles que querem acompanhar os principais jogos de futebol; 2) com os direitos daqueles que querem ter acesso, hora a hora, a outras informação da actualidade, para além do futebol; 3) sabendo nós que tais informações, se forem prestadas a seguir ao sinal horário, como defendo, irão interromper a narração desportiva, com todas as consequências que a interrupção pode acarretar?³⁷

Há quem defenda abertura de um canal só de notícias, no serviço público. Ou mesmo de um canal só dedicado ao desporto.³⁸ Numa era de fragmentação de audiências que aliás tem tido tradução recente na multiplicação de canais temáticos disponíveis no panorama radiofónico português, penso que é aceitável este tipo de solução. Mas chamo a atenção para um problema que não deixa de estar presente e que tem a ver com a resposta que deve ser dada, neste caso específico, a qual dos dois modelos se deve dar preferência – o modelo concorrencial ou o modelo de subsidiariedade?

A minha resposta é clara e tem como pressuposto essencial (aqui também, em direcção oposta àquilo que parece ser o caminho preferido pelo legislador) o modelo de subsidiariedade. Os objectivos do serviço público de rádio (que soube até hoje manter-se afastado da obsessão das audiências) devem orientar-se no sentido de privilegiar tudo o que constitua uma inequívoca mais valia para o universo de ouvintes, e não em multiplicar iniciativas que criem serviços concorrentes de outros já a funcionar no espaço público.³⁹ Penso que nas áreas da informação (geral e desporto) e da cultura – seguindo nisso a tese que prevalece na BBC, por exemplo⁴⁰ – há necessidades dos auditórios que estão longe ainda de estarem satisfeitas. Assim, há que

³⁷ Pessoalmente, defendo que esse boletim noticioso deve aplicar aos jogos de futebol que estão a ser relatados os mesmos critérios de noticiabilidade que se aplicam aos outros acontecimentos. Isto significa que, por exemplo, o relato de um penalti que decida um jogo importante terá sempre lugar no próprio noticiário que interrompeu o jogo.

³⁸ Com todos os jogos, mas não com noticiários generalistas. Até porque se a saída for essa, lá vamos ter à hora dos especiais desporto a informação...nos intervalos...

³⁹ Para uma melhor clarificação dos dois conceitos ver José de Melo Alexandrino, "Problemas fundamentais emergentes da regulação da Rádio e da Televisão em Portugal", uma comunicação ao primeiro Congresso Luso-Italiano de Direito Constitucional, proferida em 5 de Maio de 2009, disponível em http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/JMAProblemas.pdf (consulta em 2.01.2010). A sua análise, embora feita no quadro da regulação no serviço público de rádio e de televisão, aponta a distinção fundamental que afasta o modelo da concorrência do modelo da subsidiariedade. A este último é atribuída uma dupla função social de 1) "resposta para os que não têm poder, de modo a que a esses não falte uma voz que seja uma 'referência' na explicação do mundo"; e 2) "como resposta às falhas de mercado, relativamente às dimensões de protecção da liberdade e da devida atenção à igualdade de oportunidades em matéria de comunicação e informação a que o mercado não atende". A legislação portuguesa, na opinião deste autor, tende a favorecer o modelo da concorrência.

⁴⁰ Este apontar da BBC como modelo não significa que defenda a transposição pura e simples do que esta estação está a fazer. No caso do canal de notícias, por exemplo, acho que se deveriam ponderar muito bem, antes de qualquer decisão, as consequências que a sua criação poderia acarretar para a identidade da Antena 1 enquanto canal principal da rádio pública. A nobreza da função informativa da Antena 1 faz parte intrínseca, no meu entendimento, do serviço público contratualizado com o Estado português, o mesmo é dizer: um canal de Informação não deve retirar ou mesmo diminuir o peso da informação no canal generalista consagrado no actual contrato de concessão.

criar uma rede de complementaridades que possam ajudar, afinal, a cumprir cada uma das necessidades dos diferentes públicos a que alude a alínea a.1) da cláusula 26ª do Contrato de Concessão, atrás referida.

De qualquer modo e enquanto tal não acontecer, se vier a acontecer, a Antena 1 vê-se obrigada a garantir uma programação diária que sirva a generalidade da população, atenda aos diferentes domínios da realidade e não se deixe capturar em larguíssimas horas da sua programação semanal pelos interesses exclusivos do mundo do futebol.

Programa do provedor em directo e a qualquer hora – Nos termos da alínea e) do nº 1 do Artigo 27ª da Lei nº 8/2007, de 14 de Fevereiro, cabe aos provedores do telespectador e do ouvinte “assegurar a edição, nos principais serviços de programas, de um programa semanal sobre matérias da sua competência, com uma duração mínima de quinze minutos, a transmitir em horário adequado”.

A análise da experiência do meu predecessor e o entendimento que faço da linguagem radiofónica mostraram-me que esta formulação impede uma optimização dos objectivos legais, que são o de proporcionar, de forma adequada, ao maior número de cidadãos, a escuta regular de um programa em que o provedor dê voz aos ouvintes e emita as suas reflexões sobre o modo como o serviço público de radiodifusão está a ser cumprido pela concessionária e respectivos funcionários.

Penso que há vantagens para a linguagem radiofónica – e portanto, para os ouvintes – na minha proposta de substituição do actual programa semanal por intervenções mais breves e diferenciadas por canais. A exigência legal de transmissão de um programa semanal de 15 minutos de duração (“no mínimo”) em cada uma das sete estações da RDP tem duas consequências principais: o programa não pode ser apresentado nas horas de maior audiência, por manifesta incompatibilidade com a dinâmica radiofónica própria desses períodos. Ao contrário, um novo formato, mais flexível, permitiria abordagens casuísticas, em diálogo e eventualmente em directo com o pivot/animador/apresentador de períodos horários determinados diferenciadamente em cada um dos canais, em função das questões levantadas. Tal formato, mais dúctil, adaptar-se-ia assim às características e exigências dos públicos e períodos horários de cada estação e teria durações mais ou menos prolongadas em função do tema, da hora e da grelha radiofónica em causa. Admito, naturalmente, que poderia engendrar

alguma dispersão nas intervenções do provedor e de até, eventualmente, poder originar algum grau de conflitualidade entre este e os directores de programas mas confio no sentido de equilíbrio e responsabilidade de uns e de outro.

4. Provedor, uma espécie em vias de extinção?

Em fins de 2008, na hora de contratar um novo provedor do leitor, Katharine Weymouth, *publisher* do *Washington Post*, perguntou-se a si mesma: “Será isso essencial?”. A história contou-a ela própria numa conferência no Newseum⁴¹ e foi revelada, dias depois, na coluna semanal do novo provedor do jornal, Andrew Alexander.⁴²

A resposta em muitos outros jornais não foi a mesma. Pelo menos 14 lugares de provedor nos EUA haviam sido abolidos desde o início de 2008 até àquela data. Perguntou, a propósito, o *publisher* da *American Journalism Review*, mostrando que a profundidade da crise estava a atingir os alicerces do jornalismo: “Corta-se o *ombudsman* ou corta-se o repórter municipal?”

Para além da crise, este recuo empresarial na contratação de provedores foi atribuído, no mesmo encontro, à nova relação dos leitores/ouvintes/telespectadores com as redacções, propiciada pelos novos *media*.

Na idade da Internet, observava Alexander na sua coluna, qualquer pessoa pode agora detectar erros nos textos jornalísticos. A blogosfera, por seu lado, veio oferecer às audiências uma capacidade adicional de supervisão do que lhes é fornecido pela informação mediada tradicional. E deu origem aos chamados “críticos de imprensa”, que se comprazem em atacar toda e qualquer coluna (programa) de provedor que não seja suficientemente brutal e não deixe um rasto de sangue. E no entanto, muitos dos provedores, membros da ONO⁴³, e que participaram na conferência contaram que estavam cheios de queixas. Só à sua conta, o provedor do WP dizia receber, por ano, mais de 50 mil e-mails, chamadas e cartas de leitores.

⁴¹ Museu de Notícias, em Washington.

⁴² Andrew Alexander, “Another Threatened Newsroom Species”, *Washington Post*, 17.05.2009. A nomeação de Alexander foi a prova provada de que apesar da crise financeira para os responsáveis do *Post* os valores editoriais continuaram a prevalecer sobre as preocupações monetárias.

⁴³ *Organization of News Ombudsmen*, de que, infelizmente, os dois provedores da rádio e da televisão públicas portuguesas não fazem parte, por falta de fundos.

A crónica refere que só alguns jornais têm *ombudsmen* “verdadeiramente” independentes. Alexander só se atreve a citar pelo nome dois jornais: o seu e o *New York Times*. “O meu contrato de dois anos especifica que gozo de total liberdade. Não reporto a ninguém.” Um ombudsmen independente é pois, diz citando um director executivo da *Time*, “um *outsider* com cartão de entrada e uma plataforma [para escrever/radiodifundir, televisionar as suas reflexões]”.

Tenho orgulho em que em Portugal os provedores da rádio e televisão públicas possam apresentar-se tal-qualmente: a lei que criou o cargo, garante-lhes inteira independência nos seus dois anos de mandato (renováveis uma vez), durante os quais não têm que reportar a ninguém (estes Relatórios, a propósito, são obrigações naturais de quem deve dar conhecimento do que fez às entidades com os quais se relaciona – Assembleia da República, que criou o lugar, ERC, Conselho de Administração da RTP, que fornece os meios logísticos para o exercício do cargo, profissionais e opinião pública, para quem e em nome de quem os dois provedores funcionam. Nenhuma destas entidade os pode demitir, a partir do que nele digam ou da forma como exercerem o mandato⁴⁴).

Apesar disso, o provedor do *Post* acha que seria igualmente inteligente começar a pensar em alternativas inovadoras e menos caras. O reitor da escola de jornalismo da Universidade de Maryland e antigo presidente da NPR, Kevin Klose, sugeriu, na conferência, que um consórcio de organizações noticiosas podia criar um banco de jornalistas qualificados, talvez reformados, que podiam monitorar as *performances* ou investigar queixas específicas. “Isto poderia ser o caminho para garantir aquele serviço ao público de forma económica “

Não me atrevo a profetizar o que irá acontecer, nesta matéria. O declínio de correspondência, nos últimos meses, confesso, deixa-me preocupado. Por dois motivos:

- a) porque não vejo que a função de provedor possa ou deva ser substituída pelas redes sociais. Neste momento altamente incentivadas, e muito bem, pelos responsáveis da RTP, em particular no sector Rádio, as redes sociais estreitam os laços entre ouvintes e

⁴⁴ Algo que, confesso, me parece excessivo. Na verdade, o número 3 do artigo 25º da Lei nº 8/2007 de 14 de Fevereiro só prevê as seguintes três situações em que os provedores podem cessar os respectivos mandatos: morte ou incapacidade permanente, renúncia e designação de novo titular, mas apenas “no caso de expiração do mandato”. Penso que como qualquer outro, incluindo o de Presidente da República, este cargo devia ser passível de *impeachment*, em situações muito claras e extremas, evidentemente previstas na lei e sentenciadas pelos tribunais.

profissionais mas, do meu ponto de vista, não favorecem a reflexão, que necessita de distância no espaço e no tempo para se exercer;

- b) e pelo sintoma que essa diminuição de correspondência pode constituir de uma menor percepção do interesse da instituição, do lado dos ouvintes.⁴⁵

Embora se revistam do maior interesse, não vejo, na verdade, como podem as redes sociais substituir a especificidade da função do provedor. As novas tecnologias aproximam mais os ouvintes dos profissionais, que daqueles podem receber, de forma permanente, reacções ao seu trabalho. Mas torna-se virtualmente impossível os profissionais acudirem a todos os pedidos de esclarecimento e mais ainda responderem a todas as críticas. Uma coisa é, aliás, responder a uma crítica, outra analisar uma queixa. Em relação à qual, nada obriga o profissional a pronunciar-se. E de que, ainda por cima, o próprio é objecto.

Nota a propósito o *ombudsman* do Post, sobre o perfil dos que lhe escrevem:

Many crave understanding. They seek clarification of journalistic standards. They want the rationale for cutbacks and changes in the news pages. They're curious how The Post will survive in print and evolve online. But many others seek redress for journalistic harm, real or perceived. And they want an informed judgment from a professional journalist who has been empowered by management to directly confront reporters and editors with unpleasant questions.

Penso que o capital mais precioso de que o cargo dispõe é este quadro de independência em que o provedor funciona e que lhe permite colocar questões desagradáveis a todo e qualquer actor do processo. No caso da RTP (rádio e televisão): aos profissionais – directores, editores, realizadores, jornalistas, apresentadores, colaboradores sobre cujo trabalho se pronuncia; aos ouvintes (telespectadores) cujas críticas, sugestões e queixas acolhe mas cuja avaliação e juízo só dele dependem; e em geral aos órgãos de administração e demais responsáveis da RTP, S.A..

“Ter um provedor é admirável e inteligente, especialmente num tempo em que é alto o cepticismo do público em relação aos *media* tradicionais. [Porque] os provedores podem reforçar a credibilidade e a confiança”, sustenta o provedor do *Post* na coluna que vim citando.

⁴⁵ Resta um terceiro motivo: os ouvintes deixaram de confiar na eficácia da acção do provedor. Abordei, atrás, esta questão, naquilo que pode ter a ver com a forma deficiente como desempenhei a função.

É por estas razões que considero importante a manutenção do cargo nas empresas públicas de Rádio e de Televisão. E que defendo mesmo a sua extensão a todas as estações que tenham a qualidade como premissa maior do seu trabalho.

5. Elogio da “minha” Rádio

E há ainda, para além de tudo isto, a magia. Sim, a magia da Rádio. Era essa a palavra que ao longo do século XX usavam aqueles que mesmo que nunca nela tivessem trabalhado (ou que, tendo-o o feito, como eu próprio, a haviam largado para rumarem a outros destinos igualmente exaltantes), não deixavam de nela procurar o porto de abrigo seguro.

A palavra, hoje, parece proibida. Está banida, pelo menos da literatura que da dobra do século passado para cá vem analisando a mudança de paradigma que ameaça os *media* tradicionais. Não consigo compreender esta ausência forçada a que a querem condenar quando, pelo contrário, as novas tecnologias lhe propiciam novas e mais extraordinárias manifestações.

O que de mais fascinante encontro no fenómeno radiofónico, hoje tal como há 60 anos, onde a minha mais velha memória radiofónica recua,⁴⁶ é esse despojamento de formas que nos deixa face a face com o som. O som apenas. O som no ar à procura de um ouvinte que o ouça e o aceite. Para o fruir. Para lhe responder. Ou para, simplesmente, o guardar.

Como eu guardo momentos que levo destes dois anos de mandato em que nunca deixei de ser também ouvinte. Farei deles, espero, confissão pública na despedida radiofónica. Aqui e agora, deixo apenas memória daquela hora e tal de um sábado à tarde, na Antena 2, em que Eduardo Lourenço e José Gil se sucederam ao microfone. Sem canções no meio. Sem separadores. Sem umas frases do condutor da emissão para lhes relançar o discurso, como mandariam as regras, se as regras fossem para aqui chamadas. Apenas umas palavras da “moderadora” local, Maria João Seixas, ela própria uma prova provada da magia da comunicação radiofónica. Não,

⁴⁶ Chamava-se, se não estou em erro, Meia Hora de Recreio para as Crianças. Autora: Maria Madalena Patacho. Mas para mim e para os meus companheiros de brincadeira era, simplesmente, “aquilo às sete e cinco”. Assim, sem nome e despido de autor. Mas o suficiente para nos fazer abandonar de imediato qualquer brincadeira em que estivéssemos mergulhados para corrermos a minha casa a abrir o rádio e ouvir a “emissora”. Magia igual, nesse final da década de 1940, só a do Cavaleiro Andante. Por acaso (?) dirigido por Adolfo Simões Muller, figura marcante e do meu ponto de vista não suficientemente valorizada da programação infanto-juvenil da EN.

leitor deste Relatório, não é uma provocação. Eis ali a Rádio no seu estado mais puro. Uma hora e tal em que entre mim e o aparelho houve apenas a voz. A voz feita palavra. A palavra e a inteligência da palavra. E a poesia das palavras. Como agorinha, enquanto escrevo, nestes versos que Paulo Alves Guerra nos restitui na voz sem corpo de quem os inventou – Nus se banharam em grandes praias lisas / Outros se perderam no repentino azul dos temporais (Sophia).

Por isso, permito-me fazer a despedida auto-citando-me. Numa crónica de 1 500 caracteres que publiquei vai fazer seis anos no jornal onde trabalhava.⁴⁷ E a que chamei “O elogio da Rádio”.

“No meu prédio moravam duas primas minhas com quem brincava aos programas de rádio”, conta Teresa Salgueiro numa entrevista, esta semana, à revista *Única* do semanário *Expresso*. O que impressiona nesta e noutras memórias radiofónicas da voz dos Madredeus é que elas remetem para um tempo relativamente próximo. Teresa tem 35 anos. A sua infância e adolescência decorreram num tempo em que a televisão se tinha instalado já, de armas e bagagens, nos hábitos e consumo e na cultura de massas em Portugal. Apesar disso, como estas declarações parecem indicar, a rádio não deixou de alimentar o imaginário do ouvinte.

Num tempo em que se multiplicam os gritos de alerta face à deriva informativa das televisões, vale a pena constatar, por outro lado, que a concorrência, tantas vezes apontada como a causa da degradação dos telejornais, não provocou abaixamento significativo na qualidade dos noticiários da Rádio.

Recebida com entusiasmo nos anos 20/30, porque iria democratizar o conhecimento e a participação dos cidadãos na vida pública (iria emitir mas também receber, fazer falar o ouvinte, pondo-o em relação com os outros, previa Bertold Brecht), a Rádio nunca cumpriu a utopia do dramaturgo alemão.

Mas não deixa de surgir hoje, quiçá inesperadamente, como refúgio retemperador contra o massacre (mensagem) de mensagens sobre os destinatários.

E os que a usam como contraponto ao totalitarismo televisivo tendem a concordar com aquele publicitário norte-americano, Bob Schulberg, citado pelo académico brasileiro Eduardo Meditsch:⁴⁸ “Se a televisão tivesse sido inventada antes, a chegada da radiodifusão teria feito as pessoas pensarem: ‘Que maravilhoso (...) É como a televisão, só que nem é preciso olhar...’”

⁴⁷ *Público*, 08.05.2004

⁴⁸ *A Rádio na Era da Informação*, 1999, Minerva, texto base da dissertação de Mestrado do autor, cujo trabalho de campo decorreu, curiosamente, em Portugal, na TSF.

ANEXOS

Anexo A – De Roosevelt à Internet⁴⁹

A rádio do futuro, já de algum modo em marcha⁵⁰, recusa a convencional fórmula de comunicação de UM PARA TODOS.

Prefere-lhe a infinitamente mais interactiva e atraente fórmula de UM PARA UM.

O ouvinte deixa de ser o anónimo entre a massa. Passa a ser o único. De tal maneira privilegiado que ele não é apenas o destinatário da mensagem. Ele torna-se, ao mesmo tempo – querendo – o produtor da mensagem. Ocupa, enquanto tal, o lugar do emissor. Cujo dispositivo técnico, por esse facto e para esse fim, lhe é posto à disposição.

Cumpre-se assim, de algum modo, a utopia de Brecht, que em textos escritos entre 1927 e 1932 (um ano antes do arranque das conversas à lareira, de Roosevelt, a quem aqui celebramos!...) a apontou enquanto possibilidade real de participação dos cidadãos na vida pública (*emitir mas também receber, fazer falar o ouvinte, pondo-o em relação com os outros*). O fenómeno Roosevelt não chegou aí. Ficou-se pela emissão pura e simples da sua mensagem para o país.

Mas gostava de voltar à consigna do UM PARA TODOS e do UM PARA UM.

O que é curioso na mudança de paradigma hoje em marcha, é que ela representa de alguma forma uma espécie de regresso ao passado. Os pioneiros, incluindo Marconi, viram inicialmente a rádio como uma forma de comunicação de um para um. Uma espécie de telegrafia sem fios sonora. O destinatário da mensagem é/pode ser também emissor da mensagem.

⁴⁹ Notas escritas de uma conferência/debate no Clube Asas do Atlântico, ilha de Santa Maria, promovida pela FLAD, por ocasião da inauguração de uma exposição sobre a passagem de Roosevelt pelos Açores, nas instalações daquela histórica estação de rádio, em 31.10.2009.

⁵⁰ Continua a co-existir, com o ouvinte interactivo, uma maioria ainda de ouvintes passivos ou que se limita a pequenas iniciativas de selecção e personalização dos programas radiofónicos disponíveis. São poucos ainda os que personalizam os conteúdos e os partilham com a comunidade.

Os grandes comunicadores foram aqueles que atingindo TODOS davam sempre a CADA UM a ilusão de que era para CADA UM que falavam. Numa espécie de UM PARA TODOS através de CADA UM.

Foi esse o segredo de Roosevelt. Falar daquilo que os norte-americanos – talvez sem disso terem noção – precisavam de ouvir. Não quero abusar – há um mundo que separa Roosevelt de Brecht - mas a rádio une-os, a verdade é esta. Ora oiçam este conselho dado precisamente em 1932 por Brecht quanto ao uso da rádio e digam-me se não parece que os conselheiros de Roosevelt lhe leram as palavras:

O nosso Governo tem necessidade da actividade radiofónica da mesma forma que a nossa administração da Justiça. (...) Desconheço, tanto quanto vocês, as obrigações, por exemplo, do Chanceler; é tarefa do rádio explicá-las, mas parte dessas obrigações é constituída pelo facto de a autoridade suprema informar a Nação, regularmente, através do rádio, sobre a sua actividade e a legitimidade da sua actuação.⁵¹

De um dos sítios em que fiz buscas sobre Roosevelt e os seus *Fireside Chats*, retirei trechos de uma entre os muitos milhares de cartas que o presidente recebeu naqueles 11 anos de contacto directo com o povo norte-americano.⁵² Dizia:

Nunca o vi, mas conhecia-o. Como se poderia esquecer alguém, o presidente dos EUA, que, com a sua voz, entrou em nossa casa, chamando-nos amigos...

Está aqui o segredo.

Há, claro, a situação em que o País se encontrava – ou se foi encontrando ao longo das 31 comunicações – do abatimento próximo do desespero colectivo dos dias da depressão e do *New Deal* até às incertezas e ansiedade dos anos da Segunda Grande Guerra.

Mas a verdade é que os diferentes observadores realçam sempre não apenas aquilo que disse mas também a forma como disse. Neste caso, a voz e o tom, as entoações com que disse

⁵¹ "A Radiodifusão como meio de comunicação. Discurso sobre a função da Radiodifusão" in <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/artigos/664.html>. Download em 27.10.2009.

⁵² Média de 500 mil cartas e telegramas, sempre que falava ao País. Para este e outros dados e episódios citados neste texto, ver notas sobre o livro de Russell D. Buhite and David W. Levy (ed) (1992), *FDR'S Fireside Chats*, em <http://www.flipkart.com/fdr-fireside-chats-russell-buhite/0806123702-c7w3f9cjd>.

o que disse e essas bengalas do discurso que começava sempre por “meus amigos”⁵³ e que tinha na naturalidade umas das chave do seu êxito

Em 24 de Julho de 1933 (a primeira “conversa à lareira” tinha sido em 12 de Março) , na sala oval, Roosevelt perguntou de repente, durante a emissão:

- *Onde é que está o copo com água?*

Depois de uma leve pausa, em que bebeu, disse para o microfone:

- *Amigos, está um dia quente hoje aqui em Washington.*

Falava **para** e não **ao** público norte-americano. Este ficou encantado com a ideia de um presidente que falava directamente para ele e não para os 50 milhões de ouvintes. A revista *Broadcast* notou que ele efectivou uma revolução na moderna oratória, levando a que se abandonasse a retórica bombástica, que substituiu pela técnica pessoa-a-pessoa, informal

Ele fundou, dizem muitos académicos, o modelo oratório do século XX. Sublinhava as palavras, falando pausadamente, com matizes e *nuances*, sem picos e descidas (altos e baixos). Gozava de excelente dicção, nota-se. E procura ler como se estivesse a falar.

Estas características, somadas à substância do que dizia, ganharam-lhe a confiança dos compatriotas. Falava de assuntos comuns, apelando à experiência do cidadão comum – *“Estamos hoje mais ricos do que há um ano?...”*

Nestas conversas à lareira – como de resto o título logo sugere – tão importante era o conteúdo como a forma. Nesta, notam os peritos, há que ter em conta a clareza e acessibilidade da linguagem usada – oitenta por cento das cerca de mil palavras daquilo que poderíamos chamar o inglês básico.

A sua primeira charla é notável nesse sentido. Sabendo que se dirige a milhões de compatriotas do mundo rural, Roosevelt começa por explicar o que é e para que serve um banco. Não de uma perspectiva macro-económica, mas da perspectiva do pequeno aforrador, que nele colocou o dinheiro e que, naqueles dias, ao pretender levantá-lo, se indignou quando lhe disseram no banco que o dinheiro não estava lá. O dinheiro não é fechado num cofre para aí

⁵³ Quando a expressão não vinha na versão escrita, ele escrevia-a pelo seu próprio punho (esta ou outra parecida, às vezes *My fellow Americans*, uma vez, pelo menos, ou *My countrymen and my friends*). Ver Elvin T. Lim, *The Lion and the Lamb: Demythologizing Franklin D. Roosevelt's Fireside Chats*, *Rhetoric & Public Affairs-Vol. 6, Number 3, Fall 2003*, pp 437-464.

ficar até que o depositante o reclame, explica Roosevelt, partindo para uma lição elementar de como funcionam os bancos e o aforro.

Houve uma quase unanimidade nacional, mesmo entre os que eram objecto das suas críticas, de que essas emissões marcaram um momento único da ligação entre a instituição presidencial e o povo norte-americano. "O presidente estava no ar a guiar a nação, na crise (...) A percepção era a de que o país era informado do curso dos acontecimentos da II Grande Guerra da forma mais directa, pessoal e rápida (...) Ele marcou um patamar que qualquer presidente devia atingir e que se manteve até Clinton e Bush."⁵⁴

No plano académico, esta visão mítica de Roosevelt, foi posta em causa, em 2002, por Elvin T. Lim, da Universidade de Oxford, numa comunicação à Conferência Anual da Associação Americana de Ciência Política. A comunicação⁵⁵ não desmentia, naturalmente, o impacto das conversas à lareira do presidente norte-americano. Contestava sim, e em termos absolutos, a ideia generalizada de que o êxito de Roosevelt se deveu ao carácter íntimo e simples da sua comunicação radiofónica.

Após uma análise qualitativa exaustiva de 27 das conversas⁵⁶, Lim conclui que as *Fireside Chats* foram eminentemente retóricas; que o presidente não hesitou em insultar e denegrir os seus adversários, ao mesmo tempo que mencionava e explicava as difíceis realidades que os EUA enfrentavam. E que, embora falando directamente para os seus compatriotas, nunca quis dirigir-se á audiência de forma íntima ou pintando-lhe um mundo cor-de-rosa.

Em resumo, ao invés dos que sustentam que as conversas à lareira de Roosevelt transformaram a natureza do discurso presidencial norte-americano, Roosevelt manteve o tom e a forma do discurso típico do século XIX, ocorrendo até que os discursos pela rádio eram menos duros e mais próximos do que os Chats, o que significa que estes iniciaram outra fase de evolução da oratória presidencial.

⁵⁴ Ver Russell D. Buhite and David W. Levy, já citado.

⁵⁵ Elvin T. Lim, op. citada.

⁵⁶ Os especialistas não conseguiram até hoje pôr-se de acordo quanto ao número de Chats, que variam, nas suas contas, entre os 25 e os 31. Outras discrepâncias: o número de palavras proferidas por minuto (100, segundo a maioria; 117, segundo este autor).

“Vozes sem corpo”, dizia-se do fonógrafo e da rádio, nos primeiros anos.⁵⁷ Passado um século, este olhar fantasmático - ao mesmo tempo maravilhado e receoso - sobre o fenómeno então nascente continua, do meu ponto de vista, absolutamente pertinente. As vozes sem corpo ainda que algo ruidosas (“andam metralhadoras no ar...”, protestava-se no *Suplemento Semanal do Jornal do Comércio e das Colónias* em meados dos anos de 1930) – instalaram-se no nosso quotidiano.

A revolução tecnológica em curso conquistou para ela tudo o que faltava – quer no espaço quer no tempo. Hoje, as vozes sem corpo

1. Encontram-se no espaço infinito da Internet, independentemente dos velhos constrangimentos das transmissões de Onda Curta – o acesso agora faz-se à mais modesta e longínqua das estações emissoras;
2. Colaram-se-nos na pele, através do mais portátil dos artefactos, o telemóvel;
3. Oferecem-se-nos no *ipod*, disponíveis 24 horas por dia, numa imensa livraria sonora que nos permite procurar e ouvir os sons do programa que mais nos apetece a qualquer hora, em qualquer lugar, esteja ele no “ar” ou pertença ele ao passado mais longínquo.

Vozes sem corpo, mas vozes de um emissor real. Tão real que na Grã-Bretanha se chegou a debater se não se devia tirar o chapéu e se se podia estar sentado quando a rainha falava na rádio.

No fundo a questão subjacente era esta, tal como John Durham a coloca: o que é comunicação sem corpo, isto é, sem presença?

O problema não afectava apenas o receptor, mas também o emissor. Nos anos 20/30 eram comuns as queixas dos locutores, sozinhos diante do microfone. Durham cita Herbert Hoover que em 1924 se confessava desesperado quando perante a mudez inexpressiva e mortal do microfone. “*Quem me ouve? Está lá alguém? Como está a reagir?*”, perguntavam-se os primeiros comunicadores, preocupados com o silêncio do lado de lá.

Durham nota que “a caça a próteses comunicativas – compensação por presenças perdidas – foi muito forte na rádio comercial dos anos 20/30. Os *broadcasters* rapidamente se

⁵⁷John Durham Peters (1999), *Speaking into the Air. A History of the Idea of Communication*, The University of Chicago Press.

aperceberam do risco de perderem a afeição dos ouvintes e inventaram diversas estratégias para substituírem o que parecia ter-lhes sido tirado: o presença dos ouvintes, uma conversa dinâmica e um tom pessoal”⁵⁸

É então que decidem abandonar as normas do discurso público para perseguirem as da conversação informal. É por isso, sustenta Durham, que a radiodifusão marcou não o princípio mas o fim da comunicação de massas, na medida em que se dirigia a audiências largamente indiferenciadas.

“Na rádio não se fala para o público. Fala-se para as famílias no edifício ao lado” (...) A rádio, como notava alguém logo em 1931, tornou-se “uma extensão da casa”.⁵⁹

Durham chama a Roosevelt a *consummate radio performer* (2009:220), recordando o célebre episódio do copo de água. *E* comenta: aquela confissão de boca seca constituiu um “gesto humano simples mas poderoso” porque interrompeu uma comunicação presidencial.

Para a audiência, ele passou a ser “um de nós”

O fascínio da rádio é essa forma de co-presença sonora. A figura pública ou o acontecimento não são apenas uma presença/ausente (no espaço e no tempo). São uma presença falante. Que fala ao nosso ouvido. Ou se desenrola (no caso de um acontecimento, em transmissões ao vivo – que são a forma mais sofisticada de tornar reais as “vozes sem corpo”) aos nossos olhos/ouvidos – através do mediador que é os nossos olhos e ouvidos.

Esta capacidade de chegar até nós instantaneamente mas ao mesmo tempo de magicamente nos colocar no seu seio levou os políticos a olharem-na algo deterministicamente, como a grande escola global, que ia levar ao povo a palavra do líder e ao mesmo tempo as grandes obras artísticas. Em Dezembro de 1934 - poucos meses depois da primeira transmissão dos Fireside Chats, de Roosevelt - Salazar ainda se mostra incrédulo nas capacidades da técnica, mas revela ter já a noção do profundo alcance que o novo meio pode dar às palavras:

*“Meus senhores: Se não fala este pequeno aparelho que parece estremecer às menores vibrações da minha voz, eu estarei falando neste momento para a maior assembleia que em Portugal alguma vez se congregou a escutar a palavra de alguém (...)”*⁶⁰

⁵⁸ Durham, op. cit, p. 214. Traduções minhas.

⁵⁹ Artigo no número 23 da revista *Journal of Home Economics* (Durham, 2009:215).

Mais confiante nas novas tecnologias e sobretudo mais seguro ainda das virtudes da comunicação directa, Roosevelt iniciara, meses antes, as suas *Fireside Chats*. Foram 11 anos de contactos regulares boca a orelha, na mais formidável exibição do poder da rádio nos anos 30 – os mesmos em que, cinco anos depois da primeira conversa presidencial, Orson Welles faz de milhares de ouvintes receptores em pânico da primeira reportagem virtual da história da radiodifusão.

Chamo-lhe interactividade *avant la lettre*. Refiro-me a essa aproximação de nós por parte do senhor da palavra. Ao entrar-nos em casa, ele pode sentar-se à mesa para nós lhe oferecermos o copo de água.

Será longo o caminho até ao momento em que vamos ser nós, o ouvinte, a podermos fazer-lhe uma pergunta, na rádio. E mais longo o caminho até ao momento em que seremos nós - a quem chamavam antigamente ouvinte - a produzirmos nós próprios uma emissão radiofónica. Ou, no mínimo, em que vamos ser nós, o ouvinte, a interpretar o papel de juiz das palavras do senhor todo-poderoso, em programas de antena Aberta ou de Forum. Nos quais os papéis se invertem: nós, o ouvinte, a falarmos; e eles, os ajudantes do senhor todo-poderoso, colados ao aparelho de rádio, tomando nota do que nós dizemos em desfavor da figura ou do discurso do senhor todo-poderoso.

Em Portugal foram precisos quarenta anos para que um líder político – Marcelo Caetano - seguisse o exemplo de Roosevelt e se sentasse à lareira, agora diante de uma câmara de televisão, para falar à nossa família. Demasiado tarde. Na sua última conversa em família já se encontrava em marcha o golpe de estado que um mês depois o derrubaria e com ele ao regime.

Até então, raros episódios de interactividade audiovisual tinham ocorrido – na rádio, quase limitados aos discos pedidos (primeiro em troca do nome e do carro em que seguíamos – EN, anos 50, 60); depois, dando-nos direito à palavra, mas pagando nós o preço de dizermos o

⁶⁰ As palavras de Salazar foram ouvidas em teatros (incluindo o Nacional), em praças e largos, através de alto-falantes. Escrevia *O Século*, na entrada da peça, que ocupava cinco das sete colunas da sua primeira página: "(...) A conferência, notável sob todos os aspectos, e que abaixo reproduzimos na íntegra, foi ouvida, segundo nos informam os nossos correspondentes, com o mais vivo interesse em todo o país e aplaudidos com calorosas ovações os seus conceitos e conselhos. Pela primeira vez em Portugal se realizou uma tão completa retransmissão radiofónica. Pronunciado perante meia dúzia de pessoas, apenas, o trabalho do sr. Dr. Oliveira Salazar foi ouvido de norte a sul, através da Emissora Nacional e do Rádio Club Português. Os mesmos postos retransmitiram, em seguida, pelas suas instalações de ondas extra-curtas, resumos da conferência que, assim, foi ouvida também nas colónias e no estrangeiro." *O Século*, 10.12.1934.

anúncio ao patrocinador do programa e só depois o nome disco. Enquanto isto, por breves meses, durante o ZIP-ZIP, os portugueses tiveram direito a ouvir gente que nunca tinha ido à televisão. Não todos, como o Zeca, mas apesar de tudo foi uma emoção - de Almada Negreiros aos poemas de Sophia musicados por Francisco Fanhais, à Pedra Filosofal de Gedeão, na voz de Manuel Freire.

Seria necessário esperar, porém, pelo 25 de Abril para que as palavras de um operário em greve pudessem abrir um telejornal. E mais alguns anos depois, para que um qualquer *lonely heart* pudesse falar no Passageiro da Noite. E quase três décadas, ainda, para que o ouvinte ganhasse o direito à palavra autónoma na rádio. Protegido pela lei. Que lhe assegura o direito de dizer aos microfones de um provedor independente da hierarquia da estação, que o locutor, o realizador, o jornalista, o director de programas ou de informação se enganou, omitiu ou fez uma manipulação.

Um longo caminho de *accountability* de que Franklin Delano Roosevelt foi precursor radiofónico. E Brecht um mestre sem discípulos à altura, ainda hoje.

Anexo B – Dez Meses de Provedor. Algumas ideias vividas sobre a Regulação ⁶¹

Iniciei o mandato de Provedor do Ouvinte com três ou quatro convicções:

1. A de que me iria encontrar entre dois fogos: olhado de solaiio pelos ouvintes, que suspeitariam de que eu estaria ao serviço dos interesses da direcção da estação; e acusado, directa ou indirectamente, pelos profissionais de estar a cuspir no seu trabalho.

2. A de que o importante não seria a minha opinião pessoal mas as reacções, as explicações e as interrogações que eu veiculasse no programa semanal. Isto é, que me competia reflectir e fazer reflectir em voz alta e em conjunto com os ouvintes e os profissionais sobre a rádio que a empresa pública fosse transmitindo.

3. E a de que o êxito da missão seria tanto mais alcançado quanto melhor conseguisse estabelecer uma espécie de jogo de vozes em que as queixas, sugestões, críticas de quem ouve chegassem através de mim ao campo profissional e aos mais altos responsáveis, de um modo que levasse os profissionais a reavaliarem opções técnico-profissionais, metodologias, modos de trabalho, competências profissionais e os mais altos responsáveis a criarem condições de trabalho e a conterem eventuais tentações de interferência nos conteúdos. E que de tudo isto resultasse a criação de uma dinâmica de interacção entre os três pólos a qual no mínimo tornasse mais transparente e participada a forma de prestação do serviço público.

O balanço que fiz no final dos primeiros seis meses de actividade foi amplamente positivo quanto ao relacionamento com a estrutura administrativa, com o campo profissional e com os ouvintes.

⁶¹ Notas em que baseei a minha intervenção na conferência "Jornalismo na Europa: Quem precisa de Regulação?" na Universidade do Minho, em 15.05.2009

Evidentemente que houve uma ou outra incompreensão, uma ou outra indicação expressa de indisponibilidade de colaboração, um ou outro bloqueio, até. Mas nada que impedisse ou ameaçasse seriamente o cumprimento das minhas funções.

O tempo passou, falta um mês para atingir a primeira metade do mandato.

Penso que só me encontrarei em condições de falar com propriedade desta experiência no final de 2009.

De qualquer modo julgo que posso adiantar três ou quatro coisas.

Começo pelas tais convicções com que parti.

1. A primeira, sobre encontrar-me entre dois fogos – o da suspeita dos ouvintes e o da irritação dos profissionais. Sim, as suspeitas estão lá, bem como as irritações. Recorrentes, num ou noutro *mail* dos primeiros. Implícitas, nas reacções de um ou outro trabalhador ou colaborador da empresa.

Do lado dos ouvintes há sempre alguém a falar em vocês, não fazendo qualquer distinção entre o provedor, os responsáveis e os trabalhadores da empresa. Parecem considerá-lo, pois, mais um entre muitos funcionários.

Não são muitos, como disse, mas que haja alguns ainda, quando a provedoria já vai no terceiro ano, é algo que me entristece, pois indicia que a nossa postura, até agora, não foi de molde a afastar esse fantasma.

O mesmo direi quanto à irritação de trabalhadores e colaboradores da empresa (mais estes do que aqueles, curiosamente) em relação ao provedor. Alguns optam por nem responder aos seus pedidos de esclarecimento (não são obrigados).

Questões em volta das quais se notam mais estas críticas à figura do provedor

a) Do lado dos ouvintes, o das opções editoriais e de programação – as primeiras, porque tendem a ser identificadas com os interesses do partido no poder; as segundas, porque tendem a ser identificadas como abuso de poder dos programadores, acusados de

fazerem prevalecer os seus gostos ou convicções pessoais ou de darem relevo às obras de amigos e afilhados. Outra ideia subjacente em muitas queixas, críticas e sugestões é a de que, sendo o serviço público pago pelos cidadãos, estes entendem que a programação radiofónica deve satisfazer-lhes os gostos, alguns até a nível individual.

b) Do lado dos profissionais e dos colaboradores, a sensação que tenho é a de que muitos não interiorizaram a função de serviço público da rádio em que trabalham. A um ponto tal que tenho sugerido que a par de formação continuada em língua portuguesa e em técnicas vocais, a formação profissional da empresa se encarregue também de lhes dar a conhecer e os pôr a debater o Contrato de concessão do Serviço Público de Radiodifusão de 1999 (um dos episódios em que mais chocantemente ficou evidenciado esse desconhecimento, do meu ponto de vista, foi o da autopromoção da RDP, em boa hora retirada pela administração a pedido dos dois provedores; um segundo episódio vai estar no “ar” dentro de minutos, na Antena 1, no programa semanal Em Nome do Ouvinte, em que darei a minha opinião sobre as justificações dadas pelo jornalista Fernando Eurico sobre um comentário, do meu ponto de vista infeliz, feito no Manchester- Porto de Abril passado).

É com agrado que vejo que alguns profissionais se têm disposto a reavaliar opções técnico-profissionais, metodologias e modos de trabalho, mas confesso que não vejo sinais que apontem a possibilidade breve de criação de uma dinâmica de interacção entre os três pólos (audiência, profissionais e estrutura dirigente).

Os mais altos responsáveis têm mostrado estar atentos a algumas mensagens que mandei para o “ar” ou directamente para eles (o caso do anúncio foi notável para mim: duas horas depois do nosso pedido de retirada, estava retirado). No entanto, vejo passar o tempo sem que qualquer iniciativa tenha sido tomada – quer pelos directores respectivos, quer pela administração – para que uma aproximação se fizesse entre os protestos de camadas de ouvintes e o campo profissional a propósito da Antena 2.

Vivi dois momentos de alguma tensão explícita ou implícita – com profissionais, com dirigentes, com ouvintes (nalguns momentos com todos eles ao mesmo tempo, ainda que sob formas diferentes).

O primeiro ocorreu a propósito da série de um mês e meio que dediquei à programação da rádio clássica. Os programas surgiram na sequência de protestos em tom irritadíssimo feito por ouvintes, alguns deles com um background cultural muito elevado em musicologia. Fiz indagações exaustivas junto dos dois directores – Rui Pêgo e João Almeida – e fiz questão de pôr no “ar” algumas das cartas mais violentas que recebera, em particular uma série de três mensagens assinadas pelo antigo secretário de Estado da Cultura, o catedrático de História da Música, Mário Vieira de Carvalho.

O segundo momento de tensão ainda o vivo neste momento e tem como base uma nova série de programas – esta sobre Desporto. Ou melhor, sobre o peso do futebol – considerado excessivo por muitos ouvintes e também por mim – na programação e na informação da RDP.

Hoje, amanhã, domingo, 2ª e 3ª é transmitido o balanço final que faço das críticas dos ouvintes e das respostas do responsável directo do desporto, Paulo Sérgio. Mas as reacções de desacordo que já recebi – ainda antes de me pronunciar em definitivo – já me levaram a tomar a decisão de reabrir o dossier por mais uns minutos, no programa da próxima semana. Reacções individuais e de grupo – de uma denominada Associação de Adeptos de Futebol e até de 18 elementos de uma Associação de Reformados de S. Vitor, aqui de Braga.

Penso que os 13 meses que faltam me vão trazer mais situações destas. (...)

Anexo C – Resumo dos Programas (Janº 2009 a Fevº 2010)

Programa 17 – Limitações à escuta da rádio na Madeira devido à rede de túneis; críticas ao tratamento dado à luta dos professores. (09-01-2009)

Programa 18 – Críticas ao tratamento dado à luta dos professores pela Antena 1 e pelos autores de Dias do Aveso. (16-01-2009)

Programa 19 – O Provedor conversa com António Pinho Vargas sobre a passagem de música contemporânea na Antena 2 (23-01-2009)

Programa 20 – Palavras e música na Antena 2: críticas de ouvintes a Império dos Sentidos e as explicações de Paulo Alves Guerra (30-01-2009)

Programa 21 – O director-adjunto da Antena 2, João Almeida, responde a críticas de ouvintes. (06-02-2009)

Programa 22 – Críticas do musicólogo Mário Vieira de Carvalho à Antena 2 e as respostas do director-adjunto João Almeida (13-02-2009)

Programa 23 – Mais críticas de ouvintes à programação da Antena 2 e as respostas do director Rui Pêgo (20-02-2009)

Programa 24 - Último programa da série dedicada à Antena 2 e parecer final do Provedor do Ouvinte (27-02-2009)

Programa 25 – Críticas de ouvintes: informação desportiva, Conselho Superior e RDP África (06-03-2009)

Programa 26 – Críticas de ouvintes a O Amor É e à cobertura do referendo na Venezuela (13-03-2009)

Programa 27 – Antena 3 e O Prazer de Ler: críticas de ouvintes e respostas de José Mariño e Isabel da Nóbrega (20-03-2009)

Programa 28 – Direitos humanos, programa “1001 Escolhas” e o anúncio da Antena 1 na RTP (27-03-2009)

Programa 29 – Questões relacionadas com a recepção da RDP Internacional na Europa e Estados Unidos (03-04-2009)

Programa 30 – Teresa Abreu, do Gabinete de Tecnologias, fala sobre novos sistemas de recepção em Onda Curta (10-04-2009)

Programa 31 – Futebol na Antena 1. O sub-director de Desporto, Paulo Sérgio, responde a queixas dos ouvintes (17-04-2009)

Programa 32 – O sub-director de Desporto na RDP continua a responder a críticas de ouvintes (24-04-2009)

Programa 33 – Desporto na Antena 1. O sub-director Paulo Sérgio continua a responder a queixas de ouvintes. (01-05-2009)

Programa 34 – Desporto na Antena 1. Última parte da conversa do Provedor com o sub-director Paulo Sérgio (08-05-2009)

Programa 35 – Balanço dos quatro programa sobre o Desporto na Antena 1 e conclusões finais do Provedor. (15-05-2009)

Programa 36 - O provedor assinala e aplaude distinções conferidas a programas e profissionais da rádio pública (22-05-2009)

Programa 37 – Questões colocadas pela cobertura da campanha eleitoral. Os programas mais ouvidos na net (29-05-2009)

Programa 38 – Censura na rádio? O provedor fala de uma canção polémica e responde a questões dos ouvintes. (05-06-2009)

Programa 39 – A ausência da "música pimba" da rádio pública. Queixas de ouvintes e o parecer de especialistas. (12-06-2009)

Programa 40 - Segundo programa sobre folclore e "música pimba" na programação da rádio pública. (19-06-2009)

Programa 41 – Terceiro programa sobre folclore e música "pimba" na programação da rádio pública. (26-06-2009)

Programa 42 – Folclore e "música pimba" na rádio pública: argumentos da Direcção e o parecer final do Provedor. (03-07-2009)

Programa 43 – Ouvintes questionam RDP África, transmissões de âmbito regional e informação sobre a Europa. (10-07-2009)

Programa 44 – Questões de ouvintes da Antena 1 sobre Hotel Babilónia, debate do estado da nação e transmissões religiosas. (17-07-2009)

Programa 45 – Ouvintes da Antena 1 lançam questões sobre os programas Esplendor de Portugal e O Senhor Comentador. (24-07-2009)

Programa 46 - Emissão totalmente dedicada ao final do programa «Lugar ao Sul», de Rafael Correia. (31-07-2009)

Programa 47 – Eduardo Oliveira e Silva, José Mário Costa e João Alferes Gonçalves falam do novo Prontuário Sonoro da RTP. (04-09-2009)

Programa 48 – Ouvintes lamentam o fim do programa Lugar ao Sul e comentam aspectos da programação da RDP Madeira. (11-09-2009)

Programa 49 – Amália na Alma Lusa, missas na RDP I e falta de contraditório nos Grandes Adeptos. (18-09-2009)

Programa 50 – Os critérios da cobertura da campanha eleitoral pela Antena 1 e a designação do símbolo @. (25-09-2009)

Programa 51 – Ouvintes questionam promoções e aspectos da programação da Antena 2. (02-10-2009)

Programa 52 – Conversa com o director do Gabinete de Estudos e Documentação a propósito da colecção visitável museológica. (09-10-2009)

Programa 53 – Colecção visitável museológica e queixas da CDU sobre a Campanha eleitoral autárquica. (16-10-2009)

Programa 54 – RDP África e campanhas eleitorais dos pequenos. (23-10-2009)

Programa 55 – Antena Aberta, pequenos partidos e questões de Língua Portuguesa. (30-10-2009)

Programa 56 – Uso de estrangeirismos e prioridades da Informação. (06-11-2009)

Programa 57 – Uso de estrangeirismos nos órgãos de comunicação social. (13-11-2009)

Programa 58 – Programas em podcast e regras para a citação de marcas na rádio pública. (20-11-2009)

Programa 59 – Como dar informações de última hora durante uma reportagem parlamentar (27-11-2009)

Programa 60 – Críticas ao 'Contraditório' e ao Serviço Nacional de Trânsito da Antena 1. (04-12-2009)

Programa 61 – Críticas ao Conselho Superior e apreciações de ouvintes sobre transmissões desportivas. (11-12-2009)

Programa 62 – Portugal dos Pequeninos: como dar voz às crianças nos programas da rádio pública. (18-12-2009)

Programa 63 – Dúvidas sobre o final da década e críticas à escassez de informação sobre o Sporting de Braga, líder do campeonato. (08-01-2010)

Programa 64 – Críticas a programas a escolhas musicais da RDP África. (15-01-2010)

Programa 65 – Regras da Antena 2 para a tradução de entrevistas a estrangeiros. (22-01-2010)

Programa 66 – Informação nas tardes desportivas e os desafios tecnológicos que a Rádio enfrenta. (29-01-2010)

Programa 67 - O futuro da Rádio: Segunda parte da conversa do Provedor com o director-adjunto para os Novos Formatos. (05-02-1010)

Programa 68 – Carlos Magno, comentador do programa Contraditório, responde a queixas dos ouvintes. (12-02-2010)

Programa 69 – Continuação da conversa do provedor com Carlos Magno e João Barreiros sobre o programa Contraditório. (19-02-2010)

Programa 70 – Informação na rádio pública: críticas, elogios e reflexões. (26-02-2010)

Anexo D – Programas em Destaque

Programa de 5.6.2009

– “Senhor engenheiro” fora das antenas: uma não-polémica ou uma questão de princípio?

Genérico inicial

A - Xutos e Pontapés – “Sem Eira nem Beira” (acordes iniciais)

Provedor – A primeira queixa chegou-me quinta-feira, 28 de Maio. Do ouvinte Eduardo Nuno Oliveira, um técnico industrial de Vale de Cambra. Dizia ele ter notado que uma cantiga do grupo Xutos e Pontapés, que falava sobre o senhor engenheiro (era nestes termos precisos que se referia à cantiga “Sem Eira Nem Beira com que abrimos este programa e que estamos a ouvir em fundo neste momento) tinha deixado de passar na Antena 3. Perguntava ele se tinha havido pressões da tutela no sentido da proibição da emissão desta música.

Pedi a Viriato Teles que averiguasse. Mas, sinceramente, pensei tratar-se de uma confusão qualquer do ouvinte.

Sábado, porém, na primeira página do semanário *Expresso* lá vinha a história.

A cantiga tinha deixado de passar na rádio. O curioso até, era que na Antena 3 ainda tinha chegado a passar. Mas noutras estações (a notícia do *Expresso* citava a Mega FM e a RFM, do Grupo Rádio Renascença) nem sequer uma vez passara.

Responsáveis daquelas estações explicaram ao semanário que se tratava de um fenómeno político e não musical e aquelas rádio não estão vocacionadas para questões políticas, nem disso querem fazer bandeira.

José Mariño, director-adjunto da Antena 3, disse, por seu lado, que a canção não estava proscrita, mas não fazia sentido a Antena 3 ser a única estação a estar a tocar o tema. Além de que estamos em tempo eleitoral e o tema é quente.

Ouvintes manifestaram-se, naturalmente preocupados com estas informações. Dizia-nos, numa mensagem enviada no domingo seguinte, o

ouvinte Alberto Serafim Rodrigues, um técnico de manutenção de aviões, reformado, residente na Cova da Piedade, a este propósito:

B – RS Ouvinte Alberto Serafim Rodrigues

Antes do 25 de Abril de 1974 existia, como se sabe, uma comissão de censura que proibia na rádio a divulgação de certas músicas que não eram do agrado das autoridades políticas da altura. Era o caso das chamadas músicas de intervenção, com o Zeca Afonso à cabeça. Felizmente que hoje tal entidade censória não existe; mas será que a censura deixou de existir? A pergunta é feita relativamente a uma música dos Xutos & Pontapés inserida no último disco deste grupo e que se chama 'Sem Eira nem Beira', sem dúvida a faixa de maior sucesso deste CD. Segundo a comunicação social tal tema passou uma única vez na Antena 3. De que(m) têm medo? Há ou não há censura?

Base musical - Xutos e Pontapés – “Sem Eira nem Beira” (acordes iniciais)

Provedor – Vou já dar a resposta dos responsáveis da rádio pública. E a minha própria opinião.

Mas antes de o fazer, entendi importante ouvir o que acham desta história três prestigiados antigos profissionais da rádio. Todos eles com conhecimento de causa absoluto: foram profissionais no tempo da ditadura e na democracia; e exerceram funções de direcção na rádio pública.

São eles Jaime Fernandes, João David Nunes e Pedro Castelo.

A pergunta essencial foi a mesma, para todos eles:

Se fosse director hoje da rádio pública qual a posição que tomava?

Comecei por fazer a pergunta a Jaime Fernandes. Realizador no antigo Rádio Clube português, antigo director de programas da Rádio Comercial, actual director de Novos Negócios e Projectos da RTP, neste momento a preparar para o canal principal desta estação de televisão uma série sobre a história da música popular do século XX em Portugal:

C – RS Jaime Fernandes

Evidentemente que tocaria os Xutos e Pontapés, como tocaria qualquer outro grupo, enquadrado na programação, num critério, ou na famigerada *playlist* que hoje se usa na maior parte das estações de rádio. Não vejo a mínima razão para que se possa excluir um tema destes, ou outro tema qualquer que seja. Aliás, não tenho a minha experiência particularmente agradável a esse nível porque, enfim, já tive a oportunidade de trabalhar em duas estações de rádio onde havia listas de discos proibidos, a maior parte das vezes por patetice, digamos assim. Portanto, para responder rápida e economicamente à pergunta: evidentemente que passaria os Xutos e Pontapés e esta cantiga em causa.

Base musical – Xutos e Pontapés – “Sem Eira nem Beira”

Provedor – Fiz a pergunta também a Pedro Castelo. Apresentador e realizador na Rádio Renascença e no ex-Rádio Clube, antigo director de programas da Antena 1:

D – RS Pedro Castelo

PC – Não tinha nada, portanto a música não era censurada, quem quisesse tocar tocava, ninguém era obrigado a tocar, mas também era obrigado a não tocar. É uma questão de selecção. E acredito que, dentro de um naipe de programadores musicais, de realizadores e apresentadores, haverá seguramente

quem sem pressões tocar música, e quem sem pressões não toca música.

Provedor – Mas do ponto de vista do Pedro Castelo, o cidadão e antigo profissional, o facto de a rádio pública – ou as outras rádios – não passarem esta canção, esta cantiga, é censurável?

PC – Eu respondo com o título de uma canção do José Mário Branco, que nós tocávamos antes do 25 de Abril. É um bocado exagero, mas fica a ideia: “Perfilados de Medo”.

Base musical – Xutos e Pontapés – “Sem Eira nem Beira”

Provedor – Fiz a pergunta, por fim, a João David Nunes. Realizador no antigo Rádio Clube Português, fundador e director da Rádio Comercial, além de administrador, durante alguns anos, da Radiodifusão Portuguesa:

E – RS João David Nunes

JDN – Passá-la? Ah, isso com certeza. Tu e eu lembramos do tempo que nós não podíamos passar certas cantigas, e uma das coisas que julgo que a nossa geração teria contribuído é para que essas coisas não se repetissem.

Provedor – Quando leste (não sei se leste) a notícia no *Expresso* desta semana, a notícia de que essa cantiga tinha passado uma vez na Antena 3 e não passava nalguma das grandes estações, como a RFM, a Mega FM, como é que sentiste? Ou como é que sentes agora a ouvir?

JDN – Acho lamentável, acho que realmente não se justifica de nenhuma forma que uma coisa destas possa acontecer, e sobretudo isso releva de um certo temor reverencial que vai havendo em diversos sítios, sobre o politicamente correcto, que é das piores coisas que se podem institucionalizar para quem quer fazer comunicação, seja de que tipo for, seja onde for.

Base musical – Xutos e Pontapés – “Sem Eira nem Beira”

Provedor – João David Nunes. Antes ouvimos as opiniões de Pedro Castelo e de Jaime Fernandes.

É o momento de ouvirmos Rui Pêgo, o responsável máximo pela programação da Antena 1 e da Antena 3 (além da Antena 2, mas esta não é chamada para o problema aqui em discussão, embora os seus ouvintes, penso eu, tenham interesse em acompanhar também neste tipo de polémicas. O mesmo quanto aos ouvintes da RDP internacional e da RDP África).

Base musical – Xutos e Pontapés – “Sem Eira nem Beira”

F – RS Rui Pêgo, director de programas

O caso dos Xutos, ou da canção dos Xutos, é uma não-polémica. Ou, se quisermos, uma polémica artificial, construída com alguma criatividade, admita-se.

A Antena 3 começou a tocar em Abril “Quem é Quem” e, depois, “Perfeito Vazio”, como de resto todas as rádios nacionais, na apresentação pública do novo disco do grupo. Como habitualmente não se fica apenas pela execução musical, a Antena 3 mostrou outras canções do disco, entre as quais “Sem eira, nem beira”, em programas especiais e entrevistas com membros da banda em, pelo menos, quatro ocasiões.

Para a canção em causa ter sido “varrida” da rádio, como reza a notícia do *Expresso*, era preciso que se verificasse primeiro uma condição elementar: a citada canção estar a tocar na rádio. O que, toda a gente sabe, nunca aconteceu.

Quer a Zé Pedro, para quem a coisa “parece um complô contra o tema”; quer à companhia discográfica do grupo, impressionada com o número de pedidos de audição na net, sugiro que se ponham de acordo sobre a forma de promover o disco. Ao que parece, têm aqui uma boa oportunidade.

Provedor – Há aqui duas questões algo diferentes e por isso as abordo em separado.

A primeira é aquela que o director de programas da RDP levanta na resposta que acabamos de ouvir.

Rui Pêgo esclarece que não foi uma, mas quatro vezes que a cantiga passou na Antena 3.

Mas acrescenta que realmente não está a tocar na rádio, por uma razão cuja responsabilidade atribui aos músicos e à companhia discográfica do grupo, que não se puseram de acordo, pelos vistos, sobre a melhor forma de promover o disco.

A aposta deles foi para outras duas faixas do disco (“Quem é Quem”, e “Perfeito Vazio”).

Penso que Rui Pêgo aponta bem o dedo... Músicos e editora queixam-se das rádios mas deviam fazer autocrítica por não terem confiado ou terem tido medo póstumo da força do tema “Sem eira nem beira”.

Considero, no entanto, que uma estação de rádio, para mais pública, não pode nem deve submeter-se à estratégia promocional das editoras ou dos músicos.

E sobretudo há a questão de fundo, que o director de programas não aborda nesta sua resposta mas que está subjacente em toda esta questão. Aliás os responsáveis de três estações, incluída a Antena 3, abordam-na nas suas respostas ao semanário *Expresso*.

Essa questão é a do lastro político da cantiga “Sem eira nem beira”.

Sim, político, não tenhamos medo da palavra.

Político no sentido mais nobre da palavra e do conceito que esta transporta – enquanto “acção do cidadão quando intervém nos assuntos públicos com a sua opinião, com o seu voto ou de qualquer outro modo”.

Esta canção – quer queiram quer não queiram os autores, que se apressaram a retirar-lhe a carga política que dela ressuma – esta canção tem um carácter de alerta, próprio das cantigas de intervenção. Assim o entenderam logo os ouvintes e os jornais (estou a lembrar-me de uma primeira página do diário *Público*, em meados de Abril).

Deixar a canção esquecida nos baús da programação tem sido, do meu ponto de vista, uma decisão errada dos programadores radiofónicos.

Talvez seja uma questão de geração, admito. Quem viveu no tempo da censura, tende a abominar este tipo de exclusões.

Se alguma coisa caracterizou a geração radiofónica dos anos 60, foi a luta contra todas as formas de exclusão da música popular portuguesa. Trata-se por isso de um orgulho geracional, como ouvimos na forma como João David Nunes, Pedro Castelo, Jaime Fernandes responderam de imediato às

minhas perguntas. Era bom que uma tal postura não estivesse ausente dos profissionais de gerações mais novas.

Ainda esta terça-feira, na cerimónia de entrega dos Prémios Stuart de desenho satírico da Casa da Imprensa, lembrava Mário Bettencourt Resendes, actual provedor do leitor do *Diário de Notícias*, que a liberdade é um bem precioso que está longe de estar garantido.

Por isso a canção aqui fica, simbolicamente, neste programa do Provedor do Ouvinte. Como um hino à liberdade de expressão. Que precisamos todos os dias de alimentar.

Base musical – Xutos e Pontapés – “Sem Eira nem Beira”

Provedor – Para a semana, se outra questão imperiosa de actualidade não vier de novo adiá-lo – espero que não – o prometido tema de fundo: música folclórica e a chamada música pimba, porque é que não passam na rádio pública? E também Questões de Língua.

Genérico final

Programa de 31.07.2009
– Lugar ao Sul, fim de um monumento radiofónico

Genérico inicial

A – RS Lugar ao Sul

Excerto de Lugar ao Sul transmitido em Em Nome do Ouvinte de Novembro 2006 Antena 1

Provedor – Sim, é do programa Lugar ao Sul que voltamos a falar. Com sons que o meu predecessor, José Nuno Martins, seleccionou há dois anos e meio, para celebrar a excelência do programa.

Voltamos a falar. Mas por más, por péssimas razões.

O programa acaba amanhã. Garantem-me os responsáveis da RDP que por vontade do seu autor, realizador, apresentador, Rafael Correia.

Acaba e não deveria acabar.

A rádio – a rádio que pessoalmente defendo (pública ou privada) – é com estas formas, estéticas, com esta postura humana, com esta mistura dos sons da natureza e dos homens que atinge os mais altos cumes da interrelação entre os indivíduos e as comunidades.

Vou, claro, transmitir-vos o que consegui apurar acerca do que se passou. Mas o que farei, essencialmente, nestes 15 minutos que a lei me concede semanalmente, é apresentar aos ouvintes dos sete canais da rádio pública – mesmo àqueles a quem nada ou pouco diga o nome de Rafael Correia e o título do programa, Lugar ao Sul – um pouco de memória histórica do mais

belo programa de rádio jamais feito sobre a terra, as gentes, os costumes, a cultura do sul do continente português.

B – RS Lugar ao Sul

Tocador de acordeão do sítio do Pincho, 1.7.1991.

Provedor – Os primeiros rumores chegaram-me sob a forma de abaixo-assinado.

Poucos dias depois de eu ter feito a estes mesmos microfones um elogio rasgado do programa e do homem de rádio que é Rafael Correia, ouvintes alertavam para a possibilidade de o programa acabar a muito breve prazo.

Respondi a esses ouvintes que não possuía qualquer indício que apontasse nesse sentido.

Como as mensagens continuaram, fiz a pergunta directamente ao director de programas.

Rui Pego garantiu-me expressamente que não tinha qualquer intenção de acabar com o programa. Previa, de resto propor ao conselho de administração a renovação do contrato semestral que entretanto propusera a Rafael Correia e que este aceitara e estava em vigor. Tudo o que se dissesse e escrevesse diferente disto seria do domínio da fantasia ou da má fé.

Dias depois, na ausência de resposta a uma mensagem no mesmo sentido que enviara ao mesmo tempo a Rafael Correia perguntei ao director da RTP Faro, Feliciano Estêvão, se havia algum problema com aquele realizador.

Feliciano Estêvão contou-me então que Rafael Correia o informara, já depois de assinar o contrato de colaboração, que a partir de 1 de Agosto deixaria de fazer o programa.

Escrevi nova mensagem a Rafael Correia a pedir-lhe que aceitasse vir a este programa explicar o que se passava. Até ao momento desta gravação, não recebi qualquer resposta.

O fim de um programa como o Lugar ao Sul e o termo da colaboração de Rafael Correia com a RDP, precisam de ser explicados de forma que não restem dúvidas ou equívocos.

Por isso, pedi de novo ao mais alto responsável da programação nacional da rádio pública que viesse aqui em pessoa, conversar comigo. Rui Pêgo aceitou:

Provedor – O programa Lugar ao Sul acabou. Porquê?

Rui Pêgo – Essa pergunta, Adelino, tem que ser feita ao Rafael Correia. Foi ele quem decidiu não continuar a produzir o programa.

Provedor – Qual era a situação contratual de Rafael Correia? Ele era funcionário da RTP-RDP, mas porquê um contrato de colaboração? Era funcionário público? E porque é que esse contrato era semestral?

RP – Se fosse funcionário público, teria que ter parado quando atingiu os 70 anos. Porque não era, foi possível prorrogar o vínculo com a empresa, para lá da idade limite da reforma, com um contrato que por força da lei passa a ser um contrato a termo.

Por proposta da Direcção de Programas, o CA, o Conselho de Administração, autorizou um contrato de 6 meses... e depois outro, de mais 6 meses para que ele pudesse tratar do processo administrativo da reforma, com toda a tranquilidade. Este último contrato expirou em Junho de 2009. Para manter o programa em grelha, a Direcção de Programas acordou com o Conselho de Administração a celebração de um contrato específico para a produção do Lugar ao Sul, de modo a garantir a sua continuidade. Um contrato que terminava em 31 de Dezembro, para encaixar no modelo orçamental anual das grelhas. E de acordo, de resto, com as regras contratuais da empresa para efeitos de produção de conteúdos. No caso da rádio, contratos de 6 meses para os programas que param no Verão, contratos de um ano, para quem não pára. Foi este contrato que o Rafael Correia decidiu interromper.

Provedor – Há alguma esperança de regresso de Lugar ao Sul, como tantos ouvintes, e o Provedor, desejam?

RP – Depende do autor, e apenas do autor. Se ele, um dia, quiser retomar a colaboração, certamente que nos sentaremos a uma mesa para avaliar a proposta.

Provedor – Ficamos todos mais pobres. O que é que a direcção de programas vai fazer para voltar a passar na rádio sons e histórias e uma estética de um programa que era único na rádio portuguesa?

RP – Dizes bem, Adelino, o programa era único. Como única era a personalidade profissional do seu autor. O que vai ser preciso é procurar alguém que se interesse, que esteja disponível para registar os sons da Terra. É uma demanda difícil, com uma certeza: o que for possível construir será, certamente, diferente. Aquele programa é irrepetível.

Provedor – Na emissão de 25 de Novembro de 2006, já o meu predecessor José Nuno Martins, falava em “sinais de inquietação” da parte dos ouvintes quanto ao destino do programa... Esta foi portanto uma morte anunciada?

RP – Não sei se a morte do programa esteve alguma vez na cabeça do autor. Na minha nunca esteve. O que sabemos, é que foi ele quem a anunciou, com total surpresa minha. A informação de que dispunha era que ele ficou feliz com o contrato que celebramos porque isso permitia preservar o programa e dar continuidade ao trabalho que desenvolveu ao longo de décadas. Também por isso, quando me perguntaste sobre rumores, respondi, recordo, “Não tenho nenhuma intenção de acabar com o

programa. Tudo o que se disser e escrever diferente do que aqui te digo é do domínio da fantasia (ou da má fé).” Pelo visto, não tinha a informação toda. A atitude decidida desta direcção para defender o programa está expressa em actos: as decisões de programação para ampliar a visibilidade do programa; nas iniciativas de gestão para preservar a colaboração do autor.

Provedor – Rui Pêgo, responsável da programação da Antena 1, onde passava o programa Lugar ao Sul de Rafael Correia, também na programação da RDP internacional.

Rafael Correia, 30 anos a encher as ondas radiofónicas de cenas da vida de pastores, artesãos, mourais, pescadores, varredores, salineiros, amoladores, bordadeiras. Uma legião de poetas, músicos, cantadores e cantadeiras, gente sábia, que como nunca outra, teve um microfone e uma antena para a ouvir e até nós chegar.

Ofereço-vos estes 4 minutos e meio de um programa que registei como ouvinte em Julho de 1986, e que desde então vou mostrando a candidatos a jornalistas e animadores de emissão, como lição do que é, do que deve ser uma conversa na rádio – nos planos técnico, humano, comunicacional:

D – RS Lugar ao Sul

Registo em S. Pedro das Cabeças, 1986 (arquivo pessoal do Provedor do Ouvinte)

Provedor – Há muitos anos, no jornal onde trabalhava, escrevi um texto defendendo a obrigação da RTP não apenas preservar a riqueza patrimonial de excepção representada pelos programas de Rafael Correia mas de a restituir ao portugueses, editando os programas numa colecção, como faz com os vídeos. Rádio France já organizou um disco com 39 faixas musicais. Em 1999.

Com o apoio da Antena 1 e presumo que de Rafael Correia. Mas não bastam os registos musicais. São precisas as quadras populares, as receitas, as conversas, o som ambiente.

Retomo este repto, agora como provedor e agora que Lugar ao Sul ameaça não voltar. Acho um crime de lesa-cultura se os programas forem deixados esquecidos e inúteis em pequenas cassettes DAT do arquivo histórico...

E – RS Lugar ao Sul

Emissão de 11.7.2009

Provedor – *Em Nome do Ouvinte* é suspenso nas próximas quatro semanas. O tema que anunciei ao longo da última semana, sobre um prontuário sonoro da língua portuguesa, será apresentado em Setembro, data em que o programa regressará. Com esta mágoa de nos faltar aquele lugar naquele sul que Rafael Correia foi descobrindo para nós ao longo das últimas três décadas.

F – RS Lugar ao Sul

Registo com poeta de Odeceixe, 1.1.1993

Genérico final**Programa de 4.9.2009****– Prontuário Sonoro: quando entra em vigor?****Genérico inicial**

AR – Diz-se Alquêva ou Alquéva?

IB – Biquíni ou biquiní?

AR – Interlocutor ou intér-locutor?

IB – Re-ssurreição ou réssurreição?

Base musical

Provedor – Dúvidas toda a gente tem. E mais frequentemente tem-nas quem mais preocupado está em não errar. Apresentadores e jornalistas, da televisão e da rádio, precisam de ter à disposição formas rápidas de esclarecer as dúvidas.

Tudo isto a propósito de uma informação que já dei aqui, neste programa: há um prontuário sonoro em fase de experiência na Intranet da RTP – o que significa que por agora se encontra acessível apenas aos trabalhadores da empresa pública de televisão e rádio. *Mas a ideia* dos responsáveis é colocá-lo à disposição também de ouvintes e telespectadores.

AR – Quando surgiu a ideia de um Prontuário Sonoro da Rádio e Televisão de Portugal... em que consiste....como estás a ser levada a cabo...

Algumas das curiosidades que o Provedor do Ouvinte vai procurar satisfazer agora, junto dos responsáveis desta iniciativa, cuja ideia partiu do fundador do Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, José Mário Costa, e que tem nos jornalistas João Alferes Gonçalves e Eduardo Oliveira e Silva os seus executores na RTP.

IB – Eduardo Oliveira e Silva, antigo director de informação da RDP e da agência Lusa, dirige actualmente o Centro de Formação da RTP, que se encarregou de desenvolver esta ideia.

A – RS Eduardo Oliveira e Silva

Eduardo Oliveira e Silva – Bom, a ideia, digamos que tem um par de anos. Surgiu através do José Mário Costa pouco depois de nós termos aparecido para constituir este núcleo que é o Centro de Formação. E o José Mário Costa, que é um linguista, para além de jornalista, falou-me várias vezes desta possibilidade, colocou-se o assunto ao Conselho de Administração, a ideia foi aceite e portanto aí está o Prontuário. Eu devo dizer que tenho alguma tentação de me interessar pelas coisas da Linguística porque já noutra ocasião da minha vida profissional, quando estava na Lusa, fiz um acordo com o Ministério da Educação e tivemos professores de Português colocados na redacção o que, depois de algum período de agitação a propósito disse, se verificou que era de grande utilidade.

Provedor – Agora dá-se um passo em frente, porque não é apenas a correcção das palavras e das frases, é também a correcção da pronúncia, não é?

EOS – Exacto. Tentando não ser, digamos, excessivamente dogmáticos. Mas é procurar aconselhar e dar a possibilidade de as pessoas se informarem – sobretudo os profissionais, nesta fase – da forma correcta de pronunciar determinadas palavras.

Provedor – Para que haja uma forma padrão de falar na Rádio e na Televisão públicas...

EOS – Procurar que este seja, digamos, um instrumento do Livro de Estilo, no sentido de que nós não tenhamos situações um bocado caricatas, tipo o pivot dizer “bactéria” e depois o jornalista que está no sítio dizer “báctéria” e depois vir um médico e dizer “bactéria”, e depois já ninguém sabe se é “bactéria” ou não...

Provedor – A ideia baseou-se em alguma experiência estrangeira?

EOS – Em bom rigor, sim. Porque há uma experiência na Voz da América e há uma experiência inglesa. Mas eu confesso que a forma como nós mo fizemos é uma forma bastante portuguesa, digamos...

Provedor – Em que sentido? Às vezes isso tem conotações negativas...

EOS – Não, não. Porque procurámos uma metodologia que seja fácil e que, do ponto de vista do tratamento, seja muito fácil de manusear. Porque as pessoas vão ver, por exemplo, se é “ministro” ou “menistro”, vão à palavra, e depois têm dois tipos de situação: ou ouvem a palavra escrita ou então lêem numa espécie de fonética, de linguagem fonética que nós inventámos, porque a fonética regular a maioria das pessoas não a domina, não é?

Provedor – Por enquanto este prontuário está acessível internamente. Mas a ideia é também permitir que os ouvintes participem?

EOS – Exactamente. Porquê? Porque, através dos sistemas que existem – a internet, etc. – é uma forma que a RTP pode utilizar para divulgar a Língua Portuguesa e a forma de pronunciar correctamente o Português. Ninguém me diz a mim que no leitorado de Português em Xangai não há lá alguém interessado em saber se é “ministro” ou “menistro”, não é?

AR – Eduardo Oliveira e Silva, director do Centro de Formação da RTP.

IB – O jornalista João Alferes Gonçalves é executor material do Prontuário Sonoro da Rádio e Televisão de Portugal... uma ideia de José Mário Costa ...desenvolvida pelo Centro de Formação da RTP. José Mário Costa, fundador, com João Carreira Bom, do Cíberdúvidas da Língua Portuguesa.

AR – O Provedor do Ouvinte convidou João Alferes Gonçalves e José Mário Costa para uma conversa sobre aspectos práticos e polémicos deste empreendimento, nunca antes levado a cabo em Portugal.

B – RS José Mário Costa e João Alferes Gonçalves

Provedor – José Mário Costa, esta ideia surge – eu já a conheci na BBC há muitos anos, não sei quantas outras estações mais no mundo têm – mas na verdade em Portugal nunca surgiu...

José Mário Costa – Nada, nunca. Nem em Portugal nem no chamado espaço da lusofonia. Portanto é uma iniciativa absolutamente inédita na Língua Portuguesa.

Provedor – E o seu objectivo é haver uma norma para a RTP, televisão e rádio, de forma a que toda a gente fale da mesma maneira, ou pelo menos diga aquelas palavras em relação às quais há maior controvérsia. É isso?

JMC – A área da fonética é a área, na Língua Portuguesa, em maior mutação. Permanentemente. Não há, digamos, regras fixas. Temos o caso, por exemplo, de “telejornal”...

Provedor – Ah, vocês dizem “télejornal”, que foi uma coisa que me deixou um pouco estupefacto...

JMC – Não, foi uma proposta que se fez porque devia ser “télejornal”. Só que hoje em dia toda a gente diz “téléjornal”. E os dois dicionários portugueses que registam a fonética – que são o dicionário da Academia e o dicionário da Porto Editora – registam “téléjornal”.

Provedor - Vocês seguem esses dois dicionários...

JMC – Seguimos. São esses dois dicionários, que são a “lei” que nós seguimos. Só que...

Provedor – Portanto pode acontecer, portanto, que na RTP e na RDP, nas estações do serviço público, se comece qualquer dia a falar uma língua que ninguém fala no país...

JMC – Não, não é isso. Tanto assim que vamos propor “téléjornal”. O que nós queremos é que, numa série de palavras, para já, não se digam erros. Porque também há outra questão: nós estamos a falar da Rádio e da Televisão de serviço público, que têm responsabilidades acrescidas para com a Língua Portuguesa. E sabemos a força da Rádio e da Televisão. De tanto mal dizer as palavras, elas entram. Quer do ponto de vista fonético, quer do ponto de vista da sintaxe, quer do ponto de vista até, enfim, da significação. Por exemplo, temos agora aí um caso que é “tragédia humanitária”. De os jornalistas terem dito tantas vezes que há “tragédia humanitária”, a palavra provavelmente vai ter de ser dicionarizada como...

Provedor – Mas qual é o erro? É uma tragédia...

JMC –...humana.

Provedor – ... que diz respeito aos seres humanos...

JMC – Não. “Humanitária” é “em prol da humanidade”: a “acção humanitária”. Quando a AMI vai socorrer populações vítimas de um terramoto, vai em “missão humanitária”. Agora, não há “tragédias humanitárias” – ou não deveria haver. Isto para dizer que a RTP e a RDP têm obrigações para... Quando pronunciam as palavras, as pessoas que ouvem, dizem: “É assim que eles dizem, é assim que deve ser dito.” Infelizmente, nós sabemos que não é assim que se passa. Isto em relação às palavras portuguesas, como em relação aos nomes estrangeiros...

Provedor – Os nomes estrangeiros, eu vou já falar com o João Alferes Gonçalves também, em relação aos critérios que levaram a escolher este ou aquele nome de figuras públicas, porquê e para quê. Mas, ainda em relação a esse problema, eu gostava de saber que m é o “juiz supremo”. Portanto, são os dois dicionários...

JMC – São os dois dicionários. No entanto, como na área da fonética há já uma variação grande, editorialmente os responsáveis da RTP e da RDP, na nossa opinião, devem tomar posição. Por exemplo...

Provedor – Que haja uma decisão, mesmo que seja errada eventualmente, mas que haja uma decisão...

JMC – Mas que haja uma decisão. Por exemplo, posso dizer: “hôspital” ou “hóspital”?

Provedor – “Geração” ou “geração”?

JMC – “Alquêva” ou “Alquêva”? E por aí adiante. E depois há os nomes estrangeiros...

Provedor – Mas não é mau entregar agora a directores essa decisão?

João Alferes Gonçalves – É péssimo... A questão que se coloca, penso eu, em relação ao Prontuário, é muito simples: não se trata de fazer um prontuário sonoro da Língua Portuguesa, porque a fonética, como disse o Zé Mário, não só está em evolução como não é única nem uniforme – nós temos uma fonética a norte do Douro, outra fonética entre o Douro e o Tejo, outra a sul do Tejo, e assim sucessivamente. E, às vezes, dentro duma região mais vasta: mesmo dentro do Alentejo há *nuances* na fonética. O que se trata é de encontrar as

formas fonéticas que, primeiro, facilitem a comunicação, e depois que sejam partilhadas pelo maior número de pessoas, e terceiro, que sejam uma forma culta de pronunciar as palavras. É evidente que no meio disto tudo pode-se encontrar uma palavra que seja de uso comum com uma pronúncia comum e que até nem esteja muito conforme com a etimologia e com aquilo que os dicionários estabelecem. O papel da RDP não é substituir-se à Academia das Ciências, é uniformizar a pronúncia dentro das antenas. Para que toda a gente na RDP diga as mesmas coisas da mesma maneira.

Provedor – E vocês julgam que até ao fim do período de experiência, que é Setembro, essa decisão estará tomada?

JMC – Gostávamos muito.

IB – Está a ouvir uma conversa do provedor do ouvinte com os jornalistas José Mário Costa e João Alferes Gonçalves, sobre o Prontuário Sonoro da Língua Portuguesa, neste momento em fase de lançamento na rádio e na televisão públicas.

C – RS José Mário Costa e João Alferes Gonçalves

Provedor – Quantas palavras vai ter o Prontuário?

JAG – O Prontuário não tem limite.

Provedor – João Alferes Gonçalves.

JAG – O Prontuário está em crescimento permanente. Porque, embora a Língua Portuguesa tenha um número finito de palavras, a verdade é que o Prontuário tem que dar uma resposta às palavras estrangeiras que constantemente entram na actualidade. E portanto há palavras que entram no Prontuário constantemente, como haverá algumas que desaparecem: quando deixam de ser usadas, eventualmente poderão desaparecer. A questão que se coloca em relação a dois ou três exemplos de que já se falou é apenas durante o período experimental. Porque, como é evidente, as palavras que estiverem no prontuário têm de corresponder a um consenso da RTP e portanto não cabe na cabeça de ninguém que haja palavras no prontuário que tenham uma pronúncia que suscitem controvérsia dentro da RTP. Portanto, nessas palavras, a pronúncia terá de ser esclarecida em tempo, mesmo antes de entrar no Prontuário. Isto destina-se apenas ao período experimental e para testar reacções. Há palavras que entraram... Eu por exemplo não estou de acordo com algumas pronúncias de palavras que li...

Provedor – Eu também ouvi “abjecção” e “abjeção” ...

JAG – Sim, sim. Eu não digo “abjecção”, mas está já “abjecção” porque corresponde a uma pronúncia que está dicionarizada. Agora, nesta fase é justamente a altura para entrarmos com determinadas “provocações”, digamos assim, para levar as pessoas a reagir.

Provedor – Por exemplo, eu ouvi “Bouteflika”. Eu dizia “Boutefliká” na medida em que [Abdelaziz Bouteflika] é o presidente argelino, duma antiga colónia francesa. Qual é o critério que vos leva a optarem por uma ou por outra coisa. Porque, se calhar, a palavra ainda por cima deve ser de origem árabe e portanto até a pronúncia é diferente...

JAG – Isso, na questão dos nomes estrangeiros, é uma questão muito particular. Porque nós temos que ter em consideração duas coisas: uma é a necessidade de identificar claramente as pessoas e os lugares. Portanto, não se vai adoptar uma pronúncia, ou uma tradução portuguesa que seja... e para utilizar aquele célebre exemplo do Vasco Botelho do Amaral... não vamos dizer Oxónia em vez de Oxford, não é? Porque toda a gente sabe o que é Oxford e pouca gente sabe o que é Oxónia. Do mesmo modo, em relação à pronúncia, não se pode ir adoptar uma pronúncia que não seja de uso comum, porque não faz sentido a RDP e a RTP dizerem o nome de um político da Ásia de uma maneira e depois todas as outras estações dizerem de uma maneira diferente. Portanto, tem que haver esse equilíbrio. Agora, há uma coisa que está em cima da mesa, que está em discussão, e que portanto terá de haver uma decisão em relação a isso, que é muito simples: deve pronunciar-se o nome das pessoas e o nome dos lugares estrangeiros de acordo com a pronúncia original, ou devemos arranjar uma pronúncia que seja uma pronúncia de acordo com a prosódia portuguesa? Porque eu devo dizer-te, com toda a franqueza, que acho ridículo que um locutor chegue à Televisão ou à

Rádio e queira dizer o nome da capital da Ucrânia e diga “Kiv”. É Kiev, sempre foi Kiev. A pronúncia original é “Kiv”, mas aquilo está escrito Kiev, e então à portuguesa lê-se Kiev. Nós não vamos dizer o nome da capital francesa “Párrí”, como é evidente, dizemos Paris. E portanto é isso...

Provedor – Os franceses não têm dúvidas nenhuma em dizer “Váshinton” em vez de Washington...

JAG – Claro. Nem os espanhóis, ao lado...

JMC – Não, mas isso tem um papel importante porque...

Provedor – José Mário Costa.

JMC – Nós sabemos que em Portugal e na Lusofonia, no espaço da Língua Portuguesa, infelizmente, ao contrário do que acontece em Espanha, não temos uma entidade, uma Autoridade da Língua. Por isso, a RDP e a RTP têm obrigações especialíssimas nessa matéria. Porque as palavras novas que vão entrando têm de ser imediatamente bem ditas e bem escritas. Por exemplo, os nomes estrangeiros. O que o João disse é absolutamente correcto. Há normalmente um equilíbrio, as palavras têm que também seguir um bocado o som original. Por exemplo, temos a palavra “Al-Qaeda”. Ainda muita gente em Portugal diz “Al-Qaêda”. Ora bem, a palavra está escrita no registo anglófono: aquele “e” quer dizer “i”. A palavra, o som mais aproximado, em árabe, era “Alkáida”. Ora bem. Se a RDP e a RTP – isto é, eu continuo a falar pelas obrigações especiais do serviço público – desde o início comesse a dizer bem essas palavras e esses nomes, as palavras entravam bem. Se não, entram mal.

Provedor - Quantas palavras neste momento é que estão gravadas?

JAG – Cerca de mil palavras. Mas vai continuar. Mas eu queria chamar a atenção para uma coisa: é que não se trata apenas de aconselhar pronúncias correctas de palavras que têm pronúncias duvidosas. Há pronúncias que estão adoptadas e em relação às quais deve haver... E que são ambas correctas, ou as três correctas, porque há plurais com três variantes...

Provedor – E deve haver uma opção?

JAG – Deve haver uma opção. Por exemplo: a palavra “corrimão” tem um plural natural que é “corrimãos”. Mas também está já aceite “corrimões”, o que é apenas resultado duma ignorância tremenda que foi dicionarizada.

JMC – Os dicionários têm esse papel...

JAG – Independentemente disso, as duas pronúncias são correctas, mas deve haver uma opção. Não faz sentido às 3 horas dizer-se “corrimãos” e às 4 dizer-se “corrimões”...

Provedor – Portanto a ideia é homogeneizar, aos microfones e perante as câmaras de televisão, as pessoas que trabalham na Rádio e na Televisão pública dizerem da mesma maneira as palavras, mesmo quando há controvérsia em relação a essas palavras.

JAG – Exactamente, porque a coisa – e sabes isso perfeitamente – a coisa mais desagradável que há para um ouvinte, é ouvir o *pivot* pronunciar uma palavra duma maneira, a seguir entra o repórter e pronuncia de outra, e em terceiro lugar vem o entrevistado e pronuncia de uma maneira ainda diferente.

Provedor – Vamos lá a ver é se também aqui os linguistas não vão entrar, no país inteiro, em grande controvérsia em relação às opções da Rádio e Televisão públicas...

JAG – Isso era bom...

JMC – Isso era óptimo. De resto, nós estamos a basear-nos, como digo, nos dois dicionários de referência e auscultando linguistas, especialmente da área da fonética. Portanto estamos permanentemente a aconselhar-nos.

Provedor – José Mário Costa, João Alferes Gonçalves, acerca do Prontuário da Língua Portuguesa que a partir de Setembro, provavelmente, irá entrar em funcionamento da RTP e da RDP.

Provedor – A propósito desta iniciativa, perguntámos, no início do programa, quais as formas correctas de pronunciar uma pequena série de palavras.

Recordamos as perguntas, e acrescentamos-lhes as respostas dadas no prontuário que ainda se encontra na tal fase de experiência. A voz com as respostas é de João Alferes Gonçalves.

AR – Diz-se Alquêva ou Alquéva?

JAG – *Alquéva.*

IB – Biquíni ou biquiní?

JAG – *Biquíni.*

AR – Interlocutor ou intér-locutor?

JAG – *Interlocutor, interlocutores.*

IB – Ressurreição ou réssurreição?

JAG – *Ressurreição,*

AR – Com este programa sobre um prontuário sonoro prestes a entrar em funcionamento na RDP e na RTP, o Provedor do Ouvinte retomou a série semanal de programas Em Nome do Ouvinte.

IB – Para a semana, preenchido com mensagens enviadas entretanto pelos ouvintes das estações do serviço público de rádio difusão sonora.

Genérico final

Programa de 30.10.2009
– Lei eleitoral e pequenos partidos; Antena Aberta

Genérico inicial

(...)

AR – Há ou não um tratamento desigual dado aos grandes e aos pequenos partidos nas campanhas eleitorais?

O provedor do ouvinte sentiu que sim, durante as últimas legislativas, europeias e autárquicas e questionou sobre esta matéria a Editora de Política da RDP, Maria Flor Pedroso. As respostas foram transmitidas a semana passada.

IB – A responsável editorial da RDP defendeu, em substância, que não faz sentido dar um tratamento equitativo a todas as forças concorrentes, porque os pequenos partidos não têm a mesma actividade que os chamados grandes. E apresentou vários exemplos.

Mas a Antena 1, disse, é de longe o meio audiovisual que mais atenção presta aos pequenos partidos.

AR – Passado o período eleitoral, o Provedor do Ouvinte entende que vale a pena reflectir sobre esta continuada indiferença com que políticos e jornalistas olham campanha após campanha, para a diferença de tratamento dados aos grandes e aos pequenos partidos.

Provedor – É verdade que a Antena 1 tomou a iniciativa, no período da pré-campanha legislativa de ouvir todos os candidatos sem excepção – embora em debates diferentes.

E organizou debates com todos os candidatos, em cinco concelhos.

Também a RTP organizou um *Prós e Contras* com os chamados pequenos nas legislativas. E dois outros com debates entre todos os concorrentes às Câmaras das duas maiores cidades – Lisboa e Porto.

Foram iniciativas louváveis. Mas insuficientes, do meu ponto de vista.

Estabelece a Constituição Portuguesa, na alínea b, do nº 3 do artº113º, como princípio geral de direito eleitoral a “igualdade de oportunidades e de tratamento das diversas candidaturas”.

Mais explicitamente, eis o que diz o artigo 56 da Lei Eleitoral:

IB – *Os candidatos e os partidos políticos ou coligações que os propõem têm direito a igual tratamento por parte das entidades públicas e privadas a fim de efectuarem, livremente e nas melhores condições, a sua campanha eleitoral.*

Provedor – Não vejo que possam fazer-se duas leituras deste artigo. Igual tratamento a todos é o contrário do que acontece campanha após campanha, em que há claramente duas divisões.

Garante-se, na verdade, o mesmo tempo de antena a todos.

Mas os jornais, as rádios e as televisões – privadas e públicas – dão todo o tempo aos concorrentes que pertencem à primeira divisão; e muito menos tempo, nalguns casos praticamente nenhum, aos partidos mais pequenos ou que acabaram de chegar à cena política.

Maria Flor Pedroso argumenta que dar tratamento informativo igual a uma infinidade de candidatos é virtualmente impossível. Até por razões de tempo e de espaço. E nalguns casos até ocorre a situação caricata de que alguns desses partidos não têm sequer actividades diárias que produzam notícia. Isto para não falar da dos partidos que só existem no período das eleições e para quem uma cobertura igual aos outros em jornais, rádios e televisões significaria dar um prémio a quem o povo se tem recusado, reiteradamente, a conceder votos.

Reconheço a pertinência de alguns destes argumentos bem como as dificuldades levantadas por uma hipotética cobertura equitativa dificuldades.

Penso, no entanto, que algumas dessas dificuldades não são insuperáveis. Correram muito bem, por exemplo, os debates com todos os candidatos, moderados pela própria Maria Flor Pedrosa, para a Rádio, e por Fátima Campos Ferreira, para a RTP, nestas duas campanhas.

A RTP, aliás, fez há 12 anos debates que envolveram candidatos a todas as capitais de distrito, no continente.

As audiências foram baixíssimas... é verdade. E este critério é importante (não vale a pena fazer programas que ninguém vê ou ninguém ouve). Mas não pode ser o único. Sobretudo numa rádio e televisão públicas.

Para resumir: aceitemos que se demonstra pouco ou mesmo nada exequível a realização de debates com todos os concorrentes. Ou que, mesmo possíveis, a maioria dos partidos, dos profissionais e dos cidadãos os acha inúteis e lhes vira as costas.

Há uma maneira simples de resolver esse problema: mudar a lei.

E isso está nas mãos dos políticos.

Agora, mantê-la... e não a cumprir nem defender o seu cumprimento... constitui, do meu ponto de vista, um exemplo gravíssimo de desprezo pelo Estado de Direito e de laxismo de todos nós – políticos, jornalistas, comentadores e opinião pública.

Base musical

AR – O ouvinte Amadeu Monteiro, arquivista, residente em Castelo Branco, acompanha com frequência o programa Antena Aberta, na Antena 1.

Mas diz que também com frequência acha absurda a temática escolhida.

E explica porquê:

RS – Ouvinte Amadeu Monteiro

Ouço diariamente rádio e com frequência me interesso pelos temas da "Antena Aberta". Mas também com frequência acho absurda a temática, sobretudo quando esta interroga o ouvinte sobre matérias que não dependem da opinião do ouvinte "generalista" mas de um saber que o "leigo" não possui: Falo de coisas do tipo: "Acha que a gripe A pode causar uma epidemia em Portugal?" "Acha que o banco de Portugal exerceu a fiscalização devida?" Nem sei se estas perguntas foram feitas, mas creio que elucidam sobre o tipo de questão a que me refiro.

Penso também que o Jornalista que actualmente dirige o programa "se denuncia" com frequência. Se a conversa lhe "agrada" pode derivar "à vontade" do tema, mas se assim não é logo cerceia o falante.

Opiniões que sou livre de ter e que poderão não obter a sua concordância.

Por isso o que me leva a escrever, sugerir, e criticar, é a cada vez menos aberta estrutura do programa. Os ouvintes falam cada vez menos em benefício de convidados. Jornalistas, politólogos (essa profissão de florescimento recente que permite argumentar "na hora" como se de uma ciência se tratasse) e políticos tomam quase o tempo todo.

Assim aconteceu hoje. Esgrimiram-se argumentos sobre quem ganhou e quem perdeu (tema por demais debatido ontem). Ouvintes quase nenhuns, para além do facto de eu considerar

muito mais interessante discutir e reflectir sobre esta divisão administrativa vinda do século XIX actualmente com 308 Municípios se justifica num país que as comunicações tanto encurtaram.

Sugiro pois: mais tempo ao ouvinte, mais temas que respeitem ao conforto das pessoas, mais temas que respeitem à "res pública" e ajudem a mudar um país, cada vez mais feito para o sustento de clientelas.

IB – Ouvinte Amadeu Monteiro, com críticas e sugestões ao programa Antena Aberta e ao seu habitual apresentador.

AR – O provedor do ouvinte reencaminhou estas críticas e sugestões a António Jorge, pedindo-lhe que respondesse a elas neste programa.

António Jorge – Para quem está deste lado, na hora de escolher os temas, é sempre difícil avaliar qual é ou pode ser o grau de conhecimento sobre determinadas matérias por parte de quem está desse lado. Considero que a antena aberta é um espaço privilegiado e muito cativante desse ponto de vista. Mas a pergunta que fazemos para lançar a discussão não tem esse objectivo, o de avaliar o conhecimento técnico dos ouvintes sobre este ou aquele assunto, e muito menos se os temas podem ser menos acessíveis.

Os exemplos apresentados pelo ouvinte não são válidos, ele próprio não sabe se aquelas perguntas foram feitas, porque não foram dirigidas aos ouvintes. Reconheço que elas foram feitas, não nos termos mencionados, mas foram dirigidas a convidados em estúdio ou ao telefone. As perguntas para os ouvintes tentam que sejam claras.

Sei também que a leitura, ou melhor, a critica que me faz quando diz que tento cercear o raciocínio do ouvinte quando a conversa não me agrada é partilhada por outros.

Em primeiro lugar as intervenções dos ouvintes só me desagradam quando são ultrapassados os limites da boa educação, o que em abono da verdade, não tem sido hábito nem frequente.

De resto, tem sido minha conduta perante os ouvintes sublinhar ideias e muitas vezes, o que também sei ser discutível, ajuda-los a sintetizar a exposição que fazem.

Já agora aproveito para dizer que são muitos os casos em que a duração da permanência em antena da participação de alguns ouvintes depende não da substância das ideias que vêm partilhar, mas de circunstâncias relacionadas com a natureza do programa. As chamadas caem, enquanto aguardam para entrar no ar, por outro lado nem sempre os ouvintes que estão inscritos atendem o telefone na hora do programa.

Estou absolutamente convicto que a presença de convidados são uma mais valia para o programa. Limita o tempo dado aos ouvintes, obriga a uma gestão mais delicada Do tempo para uns e outros, reconheço que nem sempre essa gestão é a mais desejável.

IB – António Jorge, apresentador habitual do programa Antena Aberta.

Base musical

AR – Um outro ouvinte, este de Lisboa e empregado de escritório, dirigiu-se ao provedor do ouvinte também a propósito da escolha de temas propostos para debate aos ouvintes da Antena 1.

IB – Alexandre Dias foi simples, claro e contundente, na mensagem que dirigiu ao Provedor:

AR – *Hoje, neste preciso momento, oiça a Antena 1 e a TSF.*

Na Antena 1 fala-se do jogo da selecção de futebol, na TSF debate-se os impostos dos portugueses.

Está tudo dito.

IB – Informado desta crítica, o apresentador da Antena Aberta, António Jorge, foi também breve e igualmente assertivo:

AJ – Recordo que no dia anterior, esse – e com particular destaque para o IRS – esse foi o tema da antena aberta. Ou seja, neste caso, creio estar tudo dito.

Provedor – Numa troca de correspondência posterior, o ouvinte Alexandre Dias mostrou-se pouco ou mesmo nada esperançado nos efeitos da crítica:

AR – *A linha editorial é determinada em última instância por quem nomeia a direcção de informação, que por sua vez escolhe o editor.*

Provedor – E acrescentou:

AR – *As mentalidades dificilmente se transformam pela crítica quando as orelhas receptoras são moucas.*

Provedor – Nisto penso que tem razão. Mas é precisamente no fim das orelhas moucas que a criação de instâncias como a provedoria do leitor, do telespectador ou do ouvinte apostam.

Penso que António Jorge tem razão quando valoriza o recurso a especialistas que ajudem a enquadrar melhor os temas em debate ou corrijam mesmo erros que estejam a ser cometidos.

Mas acho que os ouvintes também têm razão quando protestam contra o escasso tempo que às vezes lhes é deixado para se exprimirem.

E embora entenda que não deve haver temas tabu – e que discutir o futebol é ou pode ser também um exercício de cidadania – já senti...como alguns ouvintes, por mais de uma vez... algum facilitismo na escolha de certos temas.

(...)

Genérico final

Programa de 6.11.2009

– Estrangeirismos: que os autoriza e quando?

Genérico inicial

AR – Como prometido a semana passada, o Provedor do Ouvinte dedica o programa de hoje ao uso de estrangeirismos na comunicação social, em particular nas emissões radiofónicas.

Base musical

IB – Na conversa que se segue, Adelino Gomes vai trazendo à antena várias palavras e expressões usadas comumente por jornalistas, narradores desportivos e apresentadores de programas, assim como por muitos outros profissionais.

AR – Duas questões de fundo irão emergir, nos esclarecimentos que vão ser dadas pela interlocutora do provedor, a linguista Regina Rocha, do Ciberdúvidas da Língua Portuguesa: quais os limites para o uso de palavras estrangeiras na linguagem corrente; e qual a entidade que deve funcionar como árbitro final?

Provedor – Senhora doutora, a semana passada falamos de estrangeirismos a propósito do *must* e também do *case study* e eu propus que neste programa voltássemos. E recordei-me de alguma coisa a que a senhora se referiu, mas gostava que, vou empregar um estrangeirismo agora, que elaborasse sobre esta, sobre esta matéria isto é um anglicismo, não é?

Regina Rocha. – Sim. Discorresse.

P – Discorresse.

RR – É melhor.

P – Discorresse sobre esta matéria.

RR – Explanasse, expusesse, explicasse...

P – Muito bem.

RR – Agora não me surgiu mais nenhum.

P – Senhora doutora, um dos motivos de orgulho de qualquer português, mesmo aqueles que não são constantemente levados pelo apelo do patriotismo, um dos grandes orgulhos é as palavras que nós deixamos noutros países. Por exemplo, na Indonésia há dois mil vocábulos portugueses, e é um orgulho nacional. Mas eu estou a ver um linguista, um seu colega indonésio agora a dizer assim: “Mas porque é que vocês empregam essa palavra janela, porque é que empregam essa palavra camisa, isso foi os portugueses que trouxeram para cá, porque que nós temos aqui no nosso bahasa indonésio aqui palavras para dizer isso.” E afinal, depois ouvimos a Dr^a Regina Rocha a dizer-nos assim: “Porque é

que empregam *overbooking*, *low cost*, *feedback*?” Não ficámos mais ricos por termos também *feedback*? Dizer isto em português é tão complicado: reacção a algo que se aplicou?

RR – Está a falar de *feedback*?

P – Sim.

RR – É um reacção, uma resposta, não é preciso dizer “reacção a algo que se aplicou”. Em vez de dizer “olha que *feedback* é que tu tens disso?”, [podemos dizer] “olha, qual foi a reacção dele?”, “olha o que é que tens a dizer-me sobre isso?”, “olha que resposta é que ele deu?”.

P – Está a ver? Três palavras. “Mantém-me bem informado sobre isso”. E eu digo: “dá-me o *feedback*”.

RR – Vou dizer-lhe. Essa do indonésio foi interessante, mas é o seguinte: de certeza absoluta que – nós vemos isso, nós vemos isso em espanhol, vemos isso no português do Brasil, vemos a preocupação que as pessoas têm em efectivamente usar em primeiro lugar a sua própria língua. Porque não é... Não ficamos enriquecidos quando temos aquilo, porque nós ao usarmos o *feedback*, nós não enriquecemos nada. Pelo contrário, estamos a divulgar uma língua e uma forma de pensamento de um outro idioma. Porque também as palavras traduzem o pensamento e acaba por também, por traduzir um pouco da cultura. Dirá: “ah, mas o português, realmente às vezes, em vez de se dizer uma palavra, como o inglês, diz-se três”. Está bem, mas nós dizemos três, porque é assim o nosso idioma, porque é assim a nossa maneira de falar e porque, temos gosto em falar assim dessa forma.

Base musical

AR – Linguista Regina Rocha, do Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, sobre o uso de estrangeirismos na rádio, televisão e jornais.

Provedor – Estávamos a falar sobre o tempo em que também os portugueses fizeram chegar a outros povos e regiões longínquas, para lá ficarem, palavras do seu idioma.

Não deixa de ser interessante que na Indonésia se tenham conservado dois mil vocábulos, quando por exemplo, do holandês conservaram para aí 200. Significa que os portugueses levaram lá uma modernidade daquele tempo...

RR – ...e também...

P – ...que lhes foi ajudar a encontrar a palavra mais certa, mais adequada. Era a portuguesa “camisa”.

RR – Porque nós também, levámos produtos connosco que eles desconheciam e ao levarmos produtos...

P – ...manteiga...

RR – ...levámos também o nome do produto, por isso é que eu digo, realmente, quando nós recebemos também produtos estrangeiros – e recebemo-los, todos os dias estão a entrar em Portugal, trazem o nome.

P – Pois, os ingleses trouxeram-nos o *call-center*.

RR – Pois.

P – E trouxeram-nos o *background* e o *low cost*.

RR – Ai, meu Deus!

P – E os *hits*.

RR – Ai, Senhor...

P – E o *play*. *Playlist*. Olhe, aqui na rádio um dos programas que nós vamos fazer é sobre a *playlist*.

RR – Mas porque é que não há-de apenas ser uma lista? E por que é que *play* não é tocar e o *hits* não são os sucessos?

P – “Play it again”. É extraordinário... É de um filme famos... Mas então vamos por cada uma dessas palavras: *overbooking*.

RR – *Overbooking* em português significa sobrelotação... Mas soa pesada, horrorosa...

P – O avião está sobrelotado e as pessoas pensam assim: mas porquê? Leva bagagem a mais? E quando a gente ouve *overbooking*, sabemos logo: “Olha, estão lá outras pessoas que não cabem lá”.

RR – Peço desculpa: mas sabe quem?

P – Venderam bilhetes a mais...

RR – Mas sabe quem? Porque repare...

P – Toda a gente que viaja.

RR – E toda a gente viaja?

P – Toda a gente que foi sujeita a *overbooking*...

RR – E toda a agente viaja? É que às vezes eu acho que, em Lisboa, se esquecem que o país não é só Lisboa. E que o país não são só algumas pessoas. O país somos todos nós. E somos todos nós que temos gosto em falar, em utilizar os termos portugueses. Sobrelotação, pronto! Por que é que a palavra *overbooking* é mais bonita que sobrelotação?... Tem o “booking”, uma coisa assim horrorosa...

P – Do que eu gosto é de *feedback*. *Feedback* é uma palavra muito bonita.

RR – *Feedback*. Então a reacção não é? Até é mais curta que *feedback*...

P – É *retro*. *Low cost*?

RR – Baixo custo, porque não? Baixo custo, *low cost*.

P – *Resort*? Quer dizer: sentimos logo aqui que vamos de férias, senhora doutora...

RR – Não, não, não! Então a estância, palavra antiquíssima portuguesa, líndissima.

P – Ah! Essa é bonita, estância sim.

RR – Ah! Gostou? Até que enfim consegui dizer uma de que gostasse...

P – *Background*? É aquilo que a senhora tem estado aqui a dar-nos.

RR – Não: enquadramento, os antecedentes. Porque efectivamente, vou dizer-lhe, uma pessoa começa às vezes a ler textos e se as palavras inglesas são: uma inglesa, quatro portuguesas, uma inglesa, quatro portuguesas – fica um texto perfeitamente incompreensível! Nós temos de ter algum bom senso, algum equilíbrio...

P – Mas há expressões que são de um tempo. Dizer *call center*: qualquer pessoa que diga isto pensa-se logo no nosso tempo e nos jovens, de resto licenciados, cujo futuro imediato é os *call centers*. Quer dizer esta expressão é rica, até de um ponto de vista sociológico...

RR – Então e apoio ao cliente também não é rico?

P – Apoio ao cliente, senhora doutora... Dizer apoio ao cliente... “Onde é que tu trabalhas? Num apoio ao cliente”?!...

RR – Ou num centro de apoio, pegando no centro.

P – E um homem que faz *carjacking*, Senhora Doutora?

RR – Ah pois! Até já ouvi a policia dizer isso, até fiquei horrorizada. Então já deixou de haver o termo assalto a viatura, assalto a uma casa, porquê? Por que é que há-de ser *carjacking*?

P – Dá logo a noção de acção.

RR – E o assalto não é uma acção? Não é, porque não foi assaltado nunca, senão logo via que era uma acção...

P – *Naming*?

RR – Porque não nome? Olhe, olhe: nome! Até mais pequenino: nome, só quatro letras.

P – Finalmente, temos uma palavra mais pequena em português, que a inglesa, que o vocábulo em inglês. Remix? É muito interessante.

RR – Ah! Reorquestração. Então mas repare, a primeira vez que eu ouvi essa palavra, ainda por cima eu não sou propriamente melómana, fiquei assim: “Mas que diabo é que eles querem dizer?” e não compreendi à primeira. E de certeza, que muitas pessoas também o não fazem.

P – Mas a Senhora Doutora também está de acordo comigo: hits é muito mais interessante, do que sucesso, que aliás é uma palavra feia em português.

RR – Qual feia?! Sucesso que vem de acontecimento e porque é um acontecimento belo, que agrada. Sucesso vem de suceder.

P – Acha que sim?

RR – É, é tão bonito sucesso, é.

P – Sucesso, não é nesse sentido, não é nesse sentido do suceder é no sentido de ganhar, não é? Ter sucesso.

RR – Exacto. Mas é que o sucesso...

RR – Ter êxito, a palavra êxito é muito mais interessante do que sucesso.

RR – Também, também, êxitos também, perfeitamente êxitos acho até uma boa tradução para hits.

Base musical

AR – Linguista Regina Rocha, do Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, em conversa com o provedor do ouvinte, Adelino Gomes.

O Programa do Provedor do Ouvinte é feito Em Nome do Ouvinte

IB – No centro do programa de hoje, o uso de estrangeirismos na rádio, televisão e jornais.

P – Para finalizarmos, quero dizer que estes próximos programas que o provedor vai dedicar – o provedor não, a provedoria – vai dedicar à *playlist* na Antena 1 vai ser, vai dedicar à lista de discos que passam... Imagine o que eu vou dizer: lista de discos que passam regularmente, na Antena 1, na programação na Antena 1! Imagine. E se eu disser: “a *playlist* da Antena 1”, fica logo tudo percebido.

RR – Não. E então, mas num contexto escusa de usar-se o termo, essa expressão tão comprida: a lista de discos pedidos, ou lista de discos seleccionados...

P – Não é lista de discos pedidos, seleccionados, está a ver? É a lista de discos seleccionados regularmente...

RR – ...exacto...

P – ...ao longo do dia...

RR – Porque é que há-de ser regularmente?

P – Todos os dias. É muito complicado, quer dizer, e por isso mesmo é que ainda por cima...

RR – Não havia lista de discos seleccionados há 50 anos? Vou fazer uma pergunta: havia *playlist* há 50 anos?

P – Por acaso havia, mas era uma *playlist* ao sabor...

RR – Não havia o termo *playlist*, não havia o termo, não esteja a iludir-me...

P – ... ao sabor da vontade de quem estava de serviço. A diferença que há, historicamente, é que dantes cada realizador levava debaixo do braço os discos de que gostava mais...

RR – Já está a contornar e a tentar enganar-me, não! Há 50 anos esse termo não se utilizava e no entanto toda a gente sabia quais eram os discos seleccionados, não era?

P – Há 50 anos ninguém protestava e agora que existe *playlists* já é mais fácil de protestar.

RR – Ah!

P – Está a ver? O que significa que isto tem um significado diferente. É verdade: a *playlist* tem um significado de modernidade, de alguma coisa de novo que aconteceu e que tem a ver também com máquinas, com alguma coisa para além da vontade da pessoa, é uma espécie de... Como é que hei de dizer?... É de imposição das máquinas que seleccionam um conjunto de discos, que passam continuamente. Está a ver? Tudo isto está no conceito de *playlist*. E mais coisas ainda... E por isso mesmo....

RR – Sim, mas se for a lista de discos seleccionados, num determinado contexto, as pessoas compreendem. Porque normalmente os termos também só têm a sua total compreensão quando estão inseridos num contexto e no contexto compreender-se-á o que é. Repare, é uma questão também, de hábito. Porque se as pessoas começarem a designar isso, por um termo português, essa situação ou essa ocorrência, ou esse sistema, seja o que for, será reconhecido como tal. Agora se as pessoas que são responsáveis por difundir, que têm tanto poder como a rádio e como a televisão, de difundir as palavras, naturalmente que toda a gente vai atrás. Eu ainda me lembro, estava eu na faculdade (aos anos que isso foi) recordo-me do meu professor Vítor Aguiar e Silva, um professor doutor excelente, que eu tive, que era professor aqui na universidade em Coimbra e que nos diz assim: “ora reparem, reparem o que vai – isto foi em 1967, para termos uma ideia –, reparem o que se vai dizendo aí na televisão de errado, olhem: telespectadores, espectadores a pronunciar-se o ‘c’, um erro que vão ver que vai ficar”. E ficou. E é efectivamente uma pronúncia incorrecta, mas como foi dito tanta vez, esse erro foi dito tanta vez... Muitas vezes há muitas pessoas que dizem “espectador e telespectador”, quando se deverá dizer “espétador” e “téléspétador”, como “espectáculo”.

AR – Linguista Regina Rocha, do Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, sobre o uso de estrangeirismos na rádio, televisão e jornais.

Base musical

IB – Nos últimos minutos da conversa com o provedor do ouvinte, duas questões de fundo: os limites para o uso de estrangeirismos, e a entidade que deve funcionar como autoridade da língua, à semelhança do que acontece noutros países.

P – Senhora Doutora, em resumo: não podemos utilizar estrangeirismos?

RR – Não, não estou a dizer isso. Também, vá... Eu agora estive a fazer a função de dizer: “Atenção, temos de ser críticos, temos de olhar para o nosso idioma, temos de seleccionar, temos de efectivamente construir, a língua evolui mas em português.” Agora, não vou fechar os olhos. Importa também apelar a um certo bom senso, um bom senso de não recusar

qualquer palavra estrangeira. De maneira nenhuma, não podemos recusá-la. Mas tentar ver se existe uma palavra portuguesa correspondente. Se aquele termo tem efectivamente, possibilidade de ser traduzido, que é uma segunda opção, para não cairmos realmente no tal ridículo da cópia, ou da imitação desnecessárias.

P – E quem é o árbitro do bom senso?

RR – Ah! Agora tocou aí num aspecto fundamental, que foi a questão da Autoridade da Língua. Em Portugal, infelizmente, diferentemente do que acontece em Espanha e no Brasil, em Portugal nós não temos uma Autoridade da Língua. Não temos efectivamente um organismo, uma instituição que diga em tempo útil que determinada palavra... deve optar-se por esta, ou por aquela, deve optar-se por esta grafia ou por aquela. E isso era francamente, necessário. É realmente algo que nós [não] temos e que nos prejudica. Porque países como por exemplo, a Espanha – e repare como os espanhóis, tentam, têm esta política da língua, de defender, de uma forma organizada, de uma forma adequada, de uma forma inteligente. Nós não temos, porque infelizmente não temos um organismo que pugne organizadamente por uma política de defesa da língua.

P – Mas não há a Classe de Letras da Academia de Ciências?

RR – A Academia das Ciências de Lisboa é realmente uma entidade idónea que poderia avançar neste sentido, mas infelizmente nós não temos ultimamente visto da parte da Academia das Ciências de Lisboa, uma defesa da língua portuguesa que contente, que a considere como património a defender.

P – Quer sugerir alguma entidade que poderia desenvolver esse papel, cumprir?

RR – Não, não quero sugerir. Quero sugerir é acções. Já temos muita entidade por aí. Quero sugerir a acção, quero que as pessoas pensem que se estão em determinados cargos e têm determinada competência, porque a têm, então que a usem em favor e na defesa daquilo que é um património de todos nós que é a língua portuguesa.

Base musical

AR – Ao longo deste programa ouvimos uma conversa entre a linguista Regina Rocha e o Provedor do Ouvinte sobre estrangeirismos nos meios de comunicação social.

Genérico final

Base musical

(...)

IB – Os leitores/telespectadores/ouvintes deixaram de ser apenas destinatários das notícias, de programas. Passaram a ser também produtores.

AR – A recente eleição do Twitter como Figura Internacional do Ano de 2009, pelos jornalistas do semanário *Expresso*, constitui o ponto de partida de uma conversa do provedor do ouvinte com Jorge Alexandre Lopes, Director-adjunto de Novos Formatos da RTP.

Provedor – A recente eleição do Twitter pela redacção do *Expresso* como “figura do ano” de 2009 veio tornar evidente que há uma ameaça tremenda à Rádio no seu próprio campo, naquele em que a Rádio sempre imperou, que é a brevidade, a rapidez, a mobilidade...

Jorge Alexandre Lopes – É verdade, Adelino. No entanto, a Rádio pode tirar partido exactamente de aliados que eu considero naturais e que lhe vêm “cair no prato da sopa”. O Twitter, o Facebook, enfim, as redes sociais na forma de ter uma resposta por parte dos ouvintes, no caso dos cidadãos, precisamente com essa brevidade. O recente caso, em Portugal, do tremor de terra que se fez sentir na região sul e centro, foi disso um caso evidente. Isto é, foi através do Twitter, particularmente (mas também do Facebook) que, por exemplo, os órgãos de comunicação social – rádios e televisões – primeiro tiveram acesso à informação daquilo que se estava a passar em tempo real e da forma como a população tinha sentido. E, no caso ainda mais evidente do sismo do Haiti, quando nas primeiras horas as grandes cadeias de rádio e televisão não tinham acesso a qualquer tipo de informação – não havia imagens, não havia fotografias, começaram a surgir algumas fotografias – foram exactamente através das redes sociais da Internet, do Twitter e do Facebook, que as estações de Televisão e de Rádio começaram a reportar os primeiros acontecimentos. Ou seja: as redes sociais foram uma arma para permitir que Rádio, ainda assim, continuasse a poder ter – no caso da Rádio, mas também os meios tradicionais – dar uma resposta mais rápida do que em condições normais poderiam ter. Há 20 anos atrás, ou há 10 anos atrás, não seriam certamente tão rápidos a poder reportar essa situação...

Provedor – Já agora um dado: a rádio, entretanto, a Rádio Caraíbas e a Rádio julgo que Melody haitianas, entretanto instalaram-se na rua, a substituir o Estado...

JAL – Na rua. A Rádio no Haiti tem uma força notável. Enfim, em algumas sociedades a Rádio continua a ter um poder de implantação notável – em África isso acontece de uma forma muito clara...

Provedor – Mas a ideia é que isso está condenado... Quer dizer: a Rádio então serve só para os grandes acontecimentos e nos países menos desenvolvidos...

JAL – A Rádio servirá de forma diferente para países – para utilizar a tua expressão – menos desenvolvidos. De facto tem uma penetração diferente e distinta. Estou convencido que, em casos de emergência e de catástrofe, a Rádio assume, sem dúvida alguma, um papel substancialmente diferente do papel que tem quando tudo está bem, no dia-a-dia, na rotina. Mas no caso vertente do Haiti, como disseste e bem, foram as rádios locais – e algumas rádios em particular, de maior audiência – que assumiram um papel de organização dentro do caos que é possível instalar. Quando o estado cai, do ponto de vista de organização, por terra, se de facto as pessoas têm, nas suas personalidades que ouvem na Rádio, se elas são figuras importantes do ponto de vista local, naturalmente que esse poder de organização que chega de imediato, que é um *mass media*, às pessoas, naturalmente que tem essa capacidade.

Base musical

IB – Jorge Alexandre Lopes, director adjunto de Novos Formatos da RTP, numa conversa com o provedor do ouvinte sobre os desafios colocados à rádio pelas novas tecnologias, em particular pela Internet e pelas redes sociais.

Provedor – Dou um outro exemplo também recente, que é aquela célebre transmissão em directo, para milhões de pessoas, de um concerto dos U2. Isso é também um outro terreno da Rádio – e da Televisão. Um terreno em que a Rádio estava bem: as pessoas ou iam ao concerto, ou então tinham de recorrer aos meios tradicionais. Hoje é o YouTube!

JAL – Aí é verdade, aí há uma concorrência operacional directa. Mas é aí que a Rádio tem que trabalhar, para que no fim – independentemente das tecnologias que tenhamos – quando as novas plataformas forem de facto democratizadas (eu quando digo “democratizadas” é chegarem a um número muito mais massivo do que hoje de pessoas), a Rádio vai-se confrontar, tal como a Televisão se vai confrontar, com estas novas plataformas perante um domínio em que o conteúdo continuará sem dúvida

a ser aquilo que vai marcar a diferença. E a Rádio tem que encontrar essa matéria-prima, ou tem que reencontrar essa matéria-prima para se conseguir identificar perante, agora, um mundo que já não é só rádio, jornais e televisões, mas é rádio, jornais, televisões e redes sociais – sendo que as redes sociais têm uma matriz de génese profundamente diferente, completamente diversa da comunicação – interactividade à parte – que os meios de comunicação social tradicional tinham, que era: deles para os outros.

Provedor – Nesta primeira parte da conversa sobre os desafios que a rádio enfrenta, interessou-me saber também, como vai a rádio pública responder à ameaça daqueles a quem se chamava antigamente audiências, e que hoje se estão a constituir também em produtores e até em emissores de informação.

JAL – Eu não vejo que haja uma ameaça. Volto a repetir: creio que há uma oportunidade. Agora, a oportunidade – em tudo na vida, em qualquer profissão, em qualquer indústria – é uma oportunidade de reinvenção. Creio que o pior que podemos pensar – enfim, eu não tenho necessariamente nenhuma solução mágica, ninguém tem – mas o maior risco é provavelmente a indústria da Rádio tentar fazer o que outras indústrias fizeram e acabaram por ser “atropeladas”. E estou-me aqui desde logo a lembrar de uma indústria que nos é bastante próxima, a nós homens e mulheres da Rádio, que é a indústria discográfica. A indústria discográfica por mais de uma década tentou fingir que nada se estava a passar à sua volta. E foi atropelada, pura e simplesmente, pela lógica dos tempos, das coisas e das tecnologias. E hoje é uma indústria que está à procura de uma sobrevivência, mas uma sobrevivência forçada, antes de ter sido antecipada. É uma reacção – não anteciparam o tempo, não anteciparam as coisas. Bom, haverá indústria discográfica. Certo e sabido que a indústria discográfica, já de hoje e do futuro, é perante uma matriz totalmente diversa daquela que durante décadas imperou. A mesma dimensão está a acontecer com os jornais...

Provedor – Exactamente.

JAL - ...em todo o mundo.

AR – No próximo programa, o provedor do ouvinte quer saber do responsável da área de Novos Formatos, da RTP, Jorge Alexandre Lopes, de que forma o sector rádio desta empresa pública se movimenta em ambientes aparentemente tão hostis aos meios de comunicação tradicionais.

Genérico final

(...)

Base musical

AR – Quais os argumentos que a rádio vai usar para responder aos desafios e ameaças que os meios tradicionais de comunicação enfrentam neste momento?

IB – A pergunta, especificamente direccionada para o serviço público de radiodifusão, constitui o tema de fundo do programa de hoje.

AR – Responde o director adjunto de Novos Formatos da RTP, Jorge Alexandre Lopes. Entrevista iniciada a semana passada e conduzida pelo provedor do ouvinte.

IB – Adelino Gomes pretende saber como está a radiodifusão portuguesa a adaptar-se ao ambiente digital.

Jorge Alexandre Lopes – Nós temos que levar os conteúdos às pessoas, não podemos esperar que as pessoas venham necessariamente até nós...

Provedor – E o que é que vão fazer então, nesse quadro?

JAL – E portanto nesse quadro aquilo que vamos fazer, através de uma série de projectos que estão a ser trabalhados – e que, enfim, agora seria exaustivo estar a referir – mas vamos precisamente fazer essa aproximação às pessoas, no sentido de poderem ter com maior facilidade a interactividade em termos de rede social para com os profissionais e os programas da Rádio. Mas, mais importante do que isso, ao longo deste ano queremos permitir que as pessoas possam cada uma delas construir a sua própria estação de rádio, alinhando – do ponto de vista de estação de estação de rádio – a partir dos conteúdos que têm disponíveis na rádio pública. O Adelino Gomes poderá dentro de alguns meses, com uma lógica relativamente fácil e intuitiva, chegar ao *site* da Rádio Pública e fazer o alinhamento da sua estação de rádio (não de um programador da Rádio Pública), da sua estação de rádio, utilizando programas que podem ir da Antena 1 – pode escolher os seus programas favoritos da Antena 1, da Antena 2, da RDP Internacional, da RDP África, da Rádio Lusitânia, da Antena 3, por aí fora – e portanto tem a sua programação tipificada e...

Provedor – Eu diria que os programadores da RDP, da rádio pública vão ficar desempregados...

JAL – Não vão. Voltamos à questão da adaptação dos novos tempos. Em boa verdade, hoje em dia cada um dos ouvintes, cada um dos cidadãos, é o director dos seus próprios programas. Eu costumo dizer, na gíria, que não há mais directores de programas, tem que haver directores de conteúdos. É sobre esse foco da produção de conteúdos que os editores se tem que concentrar para fazerem bons conteúdos que sejam consumidos. Depois tem que os disponibilizar. Em rádio e em televisão é obviamente necessário haver uma matriz linear, isto é: nós temos que ter, numa determinada sequência, algo que é 24 horas por dia. Mas os programas não são só, hoje, (cada vez menos, já não são sequer) só ouvidos, e muitas das vezes, para muitas pessoas, já não são ouvidos. Eu sou o caso evidente, por exemplo, de que... 50 ou 60 por cento, ou 70 por cento do meu consumo de *media* é no meu tempo. Eu tenho em qualquer momento que queira acesso ao que foi transmitido ontem, na semana passada, que não tive tempo de ver, ouvir. É de madrugada, é de manhã, é à tarde, é à noite, oiço à hora [a] que tenho disponibilidade para isso, [e] eu acho que a maior parte das pessoas, cada vez mais pessoas, começa a fazer isso. Acho que se calhar só o desafio do futebol que é aquela hora, ou o concerto que é aquela hora, ou uma declaração, ou um noticiário que é aquela hora – o que é em directo, a rádio e a televisão nesse aspecto terão sempre, continuarão a ter uma força da transmissão em tempo real. E para aquelas pessoas que gostam de saber naquele segundo, porque daqui a meio minuto é tarde demais. As pessoas que são de facto, os chamados... enfim, sedentos de informação, as pessoas que gostam de estar tão actualizadas, de resto as redes sociais, o *Tweeter* é isso mesmo: é o tempo real, é o aconteceu agora, daqui a dois segundos já se sabe na *net*...

Provedor – Ó Jorge Alexandre Lopes: e quando estamos a falar dessas pessoas sedentas de informação, e do imediato, e ao mesmo tempo daqueles que gostam de fazer a sua própria informação, o seu próprio alinhamento, estamos a falar de quantas pessoas? Ou será que estamos a falar de uma minoria? Activa evidentemente, mas uma minoria, em relação à grande quantidade dos ouvintes por exemplo da rádio pública?

JAL – Estamos a falar, efectivamente, no todo, não para a maioria. Mas é preciso, sem esquecer, obviamente – e a rádio pública não o pode fazer e não o fará certamente – [sem] esquecer quem tem mais de sessenta anos, ou de cinquenta e muitos anos – mas o que é certo é que temos que olhar para o presente, honrando aquilo que a rádio pública tem que honrar, que é chegar a toda gente e trabalhar para a toda gente... Mas, nesta preparação e nesta adaptação ao presente e ao futuro, os futuros consumidores da rádio pública – e da televisão pública, já agora – é esta gente que já está a viver de uma forma perfeitamente natural, integrada, diária, quotidiana, regular,

consumindo não só a rádio, a televisão e o jornal, e a revista em papel, mas também a *internet*. E com tudo aquilo que são o acesso às redes sociais. É impressionante o número de pessoas que diariamente nós temos em Portugal – estamos a falar em números de Portugal – Youtube, Tweeter um bocadinho menos, mas Youtube, Facebook, Hi-5, correspondem todos eles ao Top 3 – Top 5, digamos – do total de acessos em sites em Portugal. O que significa que esta gente que consome a *internet*, relaciona-se, consome de uma forma absolutamente regular, como consome televisão ou como consome rádio ou jornais, e portanto isso é algo que as pessoas já não distinguem. “Agora vou ouvir rádio”, “agora vou ouvir televisão”. Não, as pessoas sentam-se à frente do computador e isto ainda vai ser mais verdade daqui a uns anos – não sei quantos, não faço futurologia – quando o computador (que hoje já são portáteis, e hoje cada vez menos), quando o computador for o próprio telemóvel, em que tenhamos a capacidade de estar em rede ligados e de aceder a informação no metro, no autocarro, na paragem do autocarro, na rua, no parque, no jardim, dentro do carro... E portanto – enfim, mas isso já é fazer muita futurologia – dizer, em conclusão, que a rádio pública aquilo que está a fazer, com os meios que tem ao seu alcance, é fazer exactamente esse caminho de adaptação. Isto é uma maratona, não é uma corrida de 100 metros. Isto é uma maratona e a meta está sempre a 42 quilómetros de distância, isto é: há sempre mais alguma coisa para conquistar, há sempre mais alguma coisa para fazer.

Base musical

AR – Jorge Alexandre Lopes, director-adjunto de Novos Formatos, numa conversa com o Provedor do Ouvinte.

Provedor – Estamos no início de 2010, quase a terminar a década, a primeira década do século XXI, e eu pergunto: em termos de oferta, o que é que o ouvinte pode esperar da rádio pública?

JAL – Em termos de novos projectos, a Antena 1 vai ter um sub-canal este ano, está exactamente por dias o seu aparecimento, que tem a designação de Vida. E é um canal que vai, pode-se dizer, congregar, vai trazer de uma forma integrada os conteúdos ditos de serviço público, na óptica do cidadão.

Provedor – Por exemplo?

JAL – Quer na questão da sua vida individual, como da sua vida social. São programas que são transmitidos nos múltiplos canais da rádio pública. Não só a Antena 1, a Antena 3 tem alguns conteúdos também, como “Dependências”, como a “Hora do Sexo”... No caso da Antena 1, programas na área da Ciência, do direito do consumidor. Mas também,

atenção, programas da RTP N, da RTP 1, ou da RTP 2, programas como o “Radar de Negócios”, por exemplo, programas sobre o cidadão de uma forma geral, são basicamente os que vão trazer a concepção, o ADN desse canal. É um canal, volto a repetir, agregador, de conteúdos que de uma óptica geral a rádio e a televisão pública produzem. Naturalmente que alguns programas podem ser produzidos especialmente para esse canal, à medida que o tempo for passando. Mas é um canal que reagrupa, reorganiza, reformata coisas que estão dispersas ao longo das várias programações, 24 horas por dia, e que as vezes o consumidor pode ter alguma dificuldade em os procurar, e ter oportunidade de ouvir. Depois, este ano, na passagem do centenário da República, vamos ter também um canal que vai congrega matérias que a RTP-Televisão, e a RTP-Rádio vão fazer, e portanto vamos ter um canal que onde tudo aquilo que há para saber sobre a República vai estar disponível 24 horas por dia. É bom não esquecer que, este ano, a Rádio faz 75 anos, e portanto vamos ter a oportunidade de trabalhar, de construir, de trazer memórias da Rádio para um sítio na internet, como que honrando aquilo que foram todas as personalidades, todos os nomes grandes, todos os momentos grandes de 75 anos da Rádio em Portugal.

Provedor – E aliás são também 85 ou 86, porque é também agora que a Rádio começou, as emissões regulares começaram em 1924, e depois as emissões da Emissora Nacional começaram em 1935, com as suas emissões experimentais em 1934. E portanto é um duplo aniversário.

JAL – Entretanto, este ano, passam duzentos anos também de Chopin e de Schumann. Nós vamos criar um canal, a exemplo daquilo que aconteceu o ano passado com o Haydn – também uma rádio que em nove meses atingiu praticamente 130 mil contactos – vamos este ano ter Schumann e também Chopin num canal 24 horas por dia. Desde logo, com a presença de Portugal em mais um Campeonato do Mundo durante o mês de Junho, online teremos também um canal especificamente a enquadrar tudo aquilo que é Campeonato do Mundo, com a transmissão de todos os jogos – não só de Portugal, mas também outros jogos do Mundial, online a partir da África do Sul. E estes são projectos que designamos de oportunidade, no sentido que acompanham acontecimentos que este ano vão ter lugar, mas temos em perspectiva a evolução para outros canais, podemos dizer que estratégicos. Por exemplo, a Antena 3, que é na sua essência um canal orientado para a divulgação de música nova, e música nova portuguesa, vai ter a oportunidade de desenvolver múltiplos projectos – vamos-lhe chamar “irmãos” – que vão estar mais formatados, quer para o desenvolvimento 24 sobre 24 horas na área, por exemplo dos novos valores nacionais – embora a Antena 3 passe muita música portuguesa, mas tem que o fazer numa óptica integrada na música internacional. Mas também beneficiando,

enfim, para gente que gosta mais ou do caminho do rock, gente que é claramente fã do rock, ou gente que por outro lado é fã só de música de dança.

AR – Jorge Alexandre Lopes a enunciar os tipos de oferta para a Internet que os ouvintes podem esperar da rádio pública nos próximos meses.

JAL – Há depois também uma ideia que está a ser trabalhada, até com o apoio, com a parceria por exemplo desde logo do ACP e das Estradas de Portugal, numa tentativa de aqui tentarmos construir uma plataforma: o serviço nacional de trânsito da rádio pública, da Antena 1 em particular, é o serviço de referência para os automobilistas em Portugal, já o é pelo número de anos e pelo trabalho consistente que tem vindo a ser feito pela equipa do António Torrado. Vamos tentar sobre a plataforma web melhorar o serviço no sentido de fazer dali uma espécie de – há pouco falávamos das redes sociais – de uma rede social entre os automobilistas. Não é só a informação do trânsito, é mais do que isso, é informação útil para o automobilista, tudo. A ideia será construir uma espécie de espaço de reunião, de troca de informação, de oferta de serviços no sentido de informação útil para o automobilista, mais, ou em cima daquilo que é a nossa base de informação, que é diária, que é constante, que é o serviço nacional de trânsito que diz a qualquer horas as pessoas onde é que o tráfego está mais intenso.

IB – Final de uma conversa que já veio da semana passada e que se centrou nos desafios colocados à rádio e aos seus profissionais pelas novas tecnologias.

Explicações dadas à audiência do serviço público de rádio pelo director-adjunto para a área de Novos Formatos da RTP, Jorge Alexandre Lopes.

Genérico final

ANEXO E – Exemplos Dialógicos II – uns sim, outros nem tanto

São sete exemplos. Considero-os excelentes provas de que, para além daquilo que chega à antena, há um (por vezes intenso) fervilhar de queixas, críticas, sugestões, reflexões que os ouvintes fazem chegar ao provedor, são avaliadas, umas vezes reencaminhadas para os visados, outras analisadas apenas no gabinete do provedor, que consulta o arquivo sonoro para confirmar ou infirmar as alegações e, às vezes em poucas horas, dá o seu *feedback* ao ouvinte. Dando-lhe ou não lhe dando razão. E recebendo ou não recebendo deste agradecimentos ou um silêncio sepulcral com sabor, às vezes, confesso, a insulto. Acontece mais vezes do que gostaria.

Exemplo I

Tudo começou pela hora de almoço, daquele dia 2 de Outubro. Momento em que no meu computador “caiu” a seguinte queixa de um ouvinte que indicava todos os dados identificativos pedidos, incluindo o número de telemóvel, mas pedia reserva de identidade (mais tarde viria a autorizar a identificação, como veremos adiante, e por isso ela aqui fica: José Porfírio Tavares Alves dos Santos, nadador-salvador, residente em Ovar)

Permita-me antes de mais, que o felicite a si e à Página do Provedor pelo bom trabalho que, sem dúvida, têm efectuado.

Sinceramente tive algumas dificuldades em atribuir à minha mensagem a respectiva classificação, pois concluo que tanto poderá ser uma crítica como também uma queixa e até desabafo... Isto porque à [sic] muitos anos que quer as rádios, os vários canais de televisão portugueses, a maioria da imprensa e os muitos comentadores que temos, têm sido de uma falta de isenção e imparcialidade gritantes na área desportiva...

Apesar de um jovem, que ainda me considero ser, já assisti a tantos e tantos exemplos que dariam um longo livro!

Não vou desviar-me do assunto e do caso concreto que me leva a este contacto. Esta semana tem passado na ANTENA 1 um spot que promove e divulga o relato do próximo jogo Paços Ferreira-Benfica e que contém algo do género e inacreditável "falta saber ou a dúvida para este jogo é se o Benfica vai golear na primeira ou na segunda parte...!"

Confesso-lhe, Senhor Provedor, que fiquei perplexo ao ouvir tais aberrações! Penso que nem o próprio Canal Benfica se atreveria, como é evidente, a proferir tais afirmações! É uma gritante falta de respeito pelo clube Paços de Ferreira em particular (clube europeu e actual vice-campeão da Taça de Portugal!!!) e a todos os ouvintes que apreciam uma boa comunicação social em geral... Tal atitude parte de uma prestigiada ANTENA 1 e não de uma rádio local que quantas vezes nas suas fileiras os "jornalistas" e "locutores" nem formação jornalística possuem...

Acho de um mau gosto impressionante, claramente de cariz provocatório e de um trabalho simplesmente lamentável e vergonhoso.

Até nem me surpreende muito e não é nada novo. Conheço e provo que muitos mais casos do género vão-se registando... Na semana passada ouvi igual ou pior ainda na Rádio Renascença...

Os propósitos dos "Mass Média" são a produção, divulgação e recepção de informação, mas também são "fazedores de opinião" e isto que se verifica realmente não o é. Assim desprestigia-se e envergonha-se o jornalismo e obviamente leva, quantas vezes, à criação de "ódios".

Perplexo, respondi de imediato ao ouvinte, antes mesmo de procurar um "alvo" interno, entre os responsáveis da estação:

Tem toda a razão. Acho que é lamentável a todos os níveis.

Não tinha ouvido ainda e, confesso, quando li a sua mensagem pensei que estivesse a exagerar. Não exagerou.

Vou de imediato reencaminhar esta sua queixa (o termo está bem aplicado) para o responsável do desporto, Paulo Sérgio, a quem tenho por pessoa e jornalista muito equilibrado. Admito até a hipótese de ele não ter ouvido ainda a promo (há um departamento que se encarrega disso), ficar também incomodado e mandar retirar o spot (seria o ideal).

Infelizmente, o programa da semana que vem já está gravado e é constituído por uma entrevista, que não posso adiar. Assim, provavelmente só no programa que irá para o “ar” em 16 de Outubro (Antena 1) é que abordarei o tema.

Nesse sentido, gostava de contar com a sua voz, como costume fazer, para me ler a mensagem. Vejo que pediu a reserva da identidade. Cumprirei esse seu pedido, se o mantiver. Mas sinceramente, penso que seria mais interessante ter a sua voz do que a de um locutor. Diga-me o que decide, para depois combinarmos a data e hora em que lhe telefono (ou não, se acaso mantiver a sua decisão).

Logo a seguir, dirigi-me ao director-adjunto do Desporto, que me pareceu ser o “responsável” natural a quem devia dirigir-me. Enganei-me: na RDP as promoções têm um departamento próprio onde, porém, não há representantes nem o (julgo que obrigatório) hábito de procurar o *nihil obstat* do sector em causa. Ao encontrar-me, entretanto, com o Director de Programas, contei-lhe este episódio e a indignação de que havia sido tomado. Reacção pronta de Rui Pêgo, concordando comigo e anunciando-me que ia tomar providências. Assim aconteceu. Apesar do estar na cantina a almoçar, o Director não perdeu tempo e pouco tempo depois enviava-me um e-mail com a história do que acontecera ilustrada pela sequência sonora e a promessa de que no próximo ecrã promocional da estação, o *spot* seria já o original. Satisfeito, apressei-me a informar o ouvinte. Ainda não tinha soado o sinal horário das 17 horas:

Sou eu, uma vez mais. Desta vez para lhe dar a boa notícia de que o spot foi retirado do “ar”. Daqui a pouco, pelas 17 horas, quando se ouvir a Antena 1, ouvirá a versão correcta (e original) da promoção escrita pelos serviços respectivos da RDP e que diz o seguinte (não ligue às maiúsculas e minúsculas, é escrita radiofónica):

na noite da republica...

a equipa de lisboa, visita a capital...do MÓVEL

paços de ferreira – benfica

os visitados ainda não perderam em casa...

mas as ESTATÍSTICAS são FAVORÁVEIS aos lisboetas.

paços de ferreira – benfica

relato e reportagem para ouvir esta segunda feira depois das oito da noite.

Como vê, um texto sério e isento.

Quero muito agradecer-lhe a sua iniciativa. Sem ela, eu não teria reparado. E sem o meu reparo, também os responsáveis poderiam ter demorado mais tempo a reparar, permitindo que estivesse no "ar" esse lamentável *spot*.

Segundo o que me foi mostrado, tratou-se de uma brincadeira do locutor, durante a gravação, e que não foi retirada depois na sonorização. É indesculpável, na verdade, e foi isso mesmo que transmiti aos responsáveis. De qualquer modo, sublinho também a prontidão com que estes actuaram, reconstituindo todo o processo que esteve na origem de tão lamentável episódio.

Tendo em conta esta pronta reacção dos responsáveis, entendo que não faz sentido levar a história ao programa, daqui a duas ou três semanas. Não deixarei, porém, de a ela aludir no Relatório de Actividades que entregarei na Assembleia da República e que colocarei na Página do Provedor, no início de 2010.

Ainda faltam dois ou três meses para o começar a escrever, mas a minha ideia é apresentar todo o episódio (incluindo a sua mensagem, expurgada dos dados de identificação, como solicita) como um MUITO BOM exemplo da interactividade que a criação de um lugar como o do provedor permite estabelecer entre os ouvintes e o serviço público de rádio.

No dia seguinte, pelas 10h33, recebia no computador a seguinte mensagem do ouvinte:

Muito bom dia!

Agradeço-lhe desde já toda a prontidão com que se dignou responder-me.

Confesso que não esperava que fosse tão célere... Isto não é de todo duvidar da suas enormes competências profissionais e humanas mas porque, quando decidi de pronto escrever-lhe, não era com intenção alguma de obter uma resposta do Senhor Provedor mas sim e apenas de expôr-lhe este caso verificado.

Estava a preparar-me precisamente para dar o meu sinal de "ok" para a tal gravação de voz mas concordo inteiramente que não faz sentido levar a história ao seu programa.

Gostaria de salientar que a minha intervenção foi sempre no sentido de demonstrar algo em que acreditava estar muito incorrecto do ponto de vista informativo e faço-o sempre num espírito de crítica construtiva porque, só assim, podemos ter em sociedade um relacionamento e entendimento positivos.

Sublinho também que admiro e respeito a ANTENA 1 porque assim não fosse não começava todos os meus dias a ouvi-la, desde os "CORTES A DIREITO" nos comentários

pertinentes, sérios e rigorosos do Senhor João Góberne [sic], passando pelo fantástico e divertido "PORTUGALEX", como pelos blocos informativos, fóruns, relatos desportivos, etc.

(seguem-se mais alguns elogios ao provedor)

Quanto à questão que me colocou sobre a identificação, tem toda a liberdade de me poder identificar, porque mesmo com os meus 16/17 anos, quando escrevia para o JN, nunca deixei de me identificar mesmo quando se tratava de assuntos mais delicados e sensíveis, como por exemplo os de natureza política...

Exemplo II

Chegou, como o próximo, já neste ano de 2010. De um topógrafo, residente em S. João das Lampas. Acabara há pouco o programa Antena Aberta, objecto da sua queixa.

Estive até há pouco a ouvir como faço sempre que posso o vosso programa de debate das manhãs da A1. Estive porque já mudei de sintonia já que considero totalmente inútil uma discussão sobre este assunto igual à que se pode ouvir em qualquer "tasca" deste país. Num dia de intempérie em que metade do país está concertiza [sic] com outras preocupações para além daquelas que já temos por norma, melhor seria que simplesmente desligassem a emissão, pelo menos poupava-se energia...

No dia seguinte, pus-me ao trabalho, pesquisando as emissões do programa desde aquele dia, em que o tema fora o futebol, até meados de Dezembro.

Pelas 19h00 dirigi-lhe o seguinte *mail*:

Obrigado pela sua mensagem. Compreendo o seu lamento. Também acho que um programa como Antena Aberta deve estar sobretudo preocupado com o que preocupa os portugueses. Já algumas vezes questionei os responsáveis do programa sobre algumas opções, que me pareceram desfasadas (e também a ouvintes que disso fizeram nota em mensagem).

Penso no entanto que, para sermos justos, devemos reconhecer o acerto da maioria das suas opções.

Na sequência desta sua mensagem, fui fazer uma “viagem” pelos temas dos últimos 15 dias úteis. Apesar de, como conta, ser ouvinte regular do programa, talvez que a enunciação dos temas o ajude (a mim ajudou) a perceber que António Jorge e os seus colaboradores não estiveram assim tão distraídos dos problemas dos portugueses.

Eis a lista dos temas propostos para debate:

- 16.12 – Carências de Educação na população activa.
- 17 – Tremor de terra em Portugal
- 18 - Sorteio das Taças europeias de futebol
- 21 – Cimeira do Clima
- 22 – Proposta de Congresso do PSD, por Santana Lopes
- 23 – Desempregados em Portugal
- 24 – Vendavais no país, em particular em Torres Vedras
- 28 – Fuga de médicos do sector público para o privado
- 29 – Protestos dos clientes do BPP
- 30 – Sinistralidades nas estradas portuguesas
- 4 – Medidas de combate ao terrorismo nos EUA e EU
- 5 – Referendo, sim ou não (casamentos entre pessoas do mesmo sexo)?
- 6 - Diminuição nos centros de tratamento oncológico do país
- 7 – Negociações Governo/oposição sobre viabilidade de um acordo para o Orçamento Geral do Estado
- 8 - Discussão na AR sobre a lei dos casamentos entre pessoas do mesmo sexo (com as intervenções em directo do PM e da oposição no parlamento)
- 11 – Alterações na Justiça (normas do Código do Processo Penal sobre segredo de justiça, prisão preventiva, etc.)

Hoje, quarta-feira, como talvez tenha ouvido, o tema foi a doença da Diabetes em Portugal.

Espero, caro ouvinte, que esta contextualização temática o tenha ajudado a melhor enquadrar a sua análise sobre a programação da Antena 1.

Exemplo III

Uma semana mais tarde recebi uma segunda mensagem crítica em relação à Antena Aberta e a um alegado favorecimento ao disco de uma cantora. Excertos da primeira parte da mensagem, sobre a Antena Aberta:

Venho manifestar o meu profundo desagrado pelo facto de o programa Antena Aberta de 20/01 ter versado a comemoração do primeiro aniversário da presidência de Barack Obama nos EUA.

Reconhecendo obviamente a figura que é, estranho que a rádio pública continue, como a maioria dos restantes meios de comunicação social mundiais, a insistir em dar uma importância tão elevada a um acontecimento que nos deveria merecer interesse apenas na nota breve que as notícias seguramente fariam da efeméride.

Parece-me que continuamos, quanto a mim escusadamente, a dar de uma forma geral uma importância extrema e uma centralidade mundial a um "país" que nos não merece essa consideração. Será que deveremos continuar a demonstrar tamanha subserviência? Que importância têm todos os outros países para eles? Porque continuamos (e parece-me que é isso que eles querem) a colocá-los na linha da frente em tudo? (Abro este parêntesis para comprovar que a importância dos EUA para a RDP e para a RTP é tal que, na recente catástrofe do Haiti, apesar de entre outros também a Holanda se ter disponibilizado no imediato para proceder à adopção das crianças órfãs, só os EUA foram elogiados e "esmiuçados" nesta façanha, aliás louvável, não merecendo aquele país mais que uma breve referência a "também estarem disponíveis"...)

Não haveria assuntos mais importantes para os portugueses a tratar nesse programa?
(...)

Voltei a fazer a listagem dos temas tratados. E dei uma olhadela aos jornais entretanto publicados. Eis o que lhe respondi:

(...) Estive a analisar os temas escolhidos pelos editores da Antena Aberta nos últimos tempos. Concretamente todos os deste mês e os últimos 10 temas do mês passado.

Os resultados levam-me a considerar que os critérios jornalísticos do programa são diversificados e parecem muito longe de traduzir uma "importância extrema" dada aos EUA. Pelo contrário, e se me permite uma opinião muito pessoal, penso até que se alguma tendência mostram, é a de um elevado défice de atenção ao que se passa fora das portas nacionais.

Na verdade, neste período e além do programa que aponta, bem como o (inevitável) programa de balanço do ano de 2009 (onde apareceram vários países e acontecimentos e não os EUA sozinhos), só encontrei três outras incursões por temas mais globais - a cimeira do clima, terrorismo e o peso das religiões na sociedade de hoje.

O resto, são temas “portugueses”. Sociais, saúde, justiça, política, desporto – desemprego (dois), educação, sinistralidade, Orçamento do Estado (vários), debate quinzenal da AR, candidatura de Manuel Alegre, Congresso extraordinário no PSD, livro com posições do candidato Pedro Passos Coelho, efeitos do temporal no Oeste e do tremor de terra (em 17 de Dezembro), o problema do BPP, futebol (sorteios), fuga de médicos do sector público, diabetes, casamento entre pessoas do mesmo sexo e, hoje, o centenário da República.

Estas temas respondem à sua pergunta sobre se não haveria assuntos mais importantes a tratar do que o aniversário do 1º ano de mandato de Obama: os responsáveis da Antena 1 propuseram antes e continuaram a propor depois aos portugueses muitíssimos outros temas que consideraram importantes para um debate nacional.

Não deveriam ter discutido, naquele preciso dia, o tema Obama?

Sejam quais forem as nossas avaliações pessoais, penso que se trata de duas entidades – a figura de Obama e o país EUA – impossíveis de ignorar ou de reduzir à nota breve de uma efeméride, como o ouvinte acha.

Obama despertou esperanças por todo o mundo (e também raivas, que não fazem se não aumentar, no seu próprio país).

Aquele era o momento de proceder ao balanço de ambas – as esperanças e as raivas. Com uma razão suplementar: nessa madrugada, Obama recebera a “prenda amarga” da derrota dos democratas em eleições no Massachusetts. A pergunta a que o editor, António Jorge, pediu que os ouvintes respondessem pareceu-me adequada:

“Como avalia estes primeiros 12 meses? Mantém o capital de esperança ou pelo contrário BO desiludiu-o ao longo deste ano? E daqui para a frente, como será?”

Penso que estas perguntas permitem a expressão analítica de todos os pontos de vista por parte dos cidadãos, objectivo principal do programa.

Se quer que lhe diga, nem vejo mesmo ocasião melhor para o fazer do que aquele momento – da efeméride da vitória e da 1ª derrota eleitoral. Sobretudo tratando-se de um programa que, como julgo ter demonstrado, está normalmente de antenas mais viradas para a actualidade interna.

Pelo que li nesta sua mensagem, não vai estar de acordo comigo. Nem isso é essencial, naturalmente, pois não estou aqui para impor as minhas opiniões.

Espero no entanto que a recolha a que procedi dos temas o tenha ajudado mais a contextualizar as suas posições.

Permita-me que lhe diga, a propósito, que esta listagem me levou, pessoalmente, a conclusões diferentes. De uma já lhe falei – a do domínio esmagador de temas nacionais, aliás diversos. E isso agradou-me. As outras, digo-lhas agora, e são críticas: a de que o futebol é uma permanente escolha – não há sorteio, nacional ou internacional, que não seja objecto de debate; o Haiti esteve ausente (e havia muito a discutir, nomeadamente sobre a forma de tornar verdadeiramente útil o auxílio internacional, não esquecendo o papel que os EUA se arrogam naquele país); e, por fim, a continuada ausência de temas ligados à Europa e, em geral, a outros países do mundo.

Exactamente por isso, vou reencaminhar a sua mensagem, juntamente com esta minha resposta, para o editor, António Jorge, esperando que ele medite nas suas e já agora nas minhas palavras também.

Como informei o ouvinte, reencaminhei a mensagem para o editor da Antena Aberta. Dizia-lhe que era apenas para seu conhecimento, pois não pensava levar o tema à antena. Mas que se quisesse comentar, fizesse favor. Na “volta” do correio electrónico, recebi a seguinte mensagem de António Jorge:

Agradeço sempre e em qualquer situação as suas palavras. Mais do que possa pensar, são muito importantes na permanente reflexão que faço sobre cada programa, antes e depois de ir para o ar. Não só as opiniões que emite, mas as que me faz chegar, dos nossos ouvintes.

Senti-me compensado, confesso. A resposta, sem que eu a tivesse solicitado, mostrava-me como estes ecos (das críticas dos ouvintes, das observações do provedor) nem sempre caem

em saco roto. E compensava-se de algum modo, confesso, da tristeza que senti pelo silêncio (que recebi como hostil) do primeiro ouvinte e também do silêncio (que igualmente me desagradou) do segundo ouvinte.

Exemplo IV

Mensagem recebida às 17h01 de 15 de Janeiro deste ano, de um ouvinte de Almeirim, que pediu reserva de identidade (grafia original respeitada, como aliás nas precedentes).

Estava agora mesmo a ouvir a Isabel Stilwel a iniciar a sua rubrica, vejo com surpresa, ou melhor sem surpresa, que lhe foi cortada a palavra. Estava dizendo umas verdades sobre certa pessoa, o primeiro ministro.

Com o que se tem visto com os afastamentos, em que recentemente se fala no caso do prof. Marcelo deixar a RTP, deixo de ter confiança na Antena 1. Sei que vão dizer que foi um problema técnico...

Não tinha ouvido o programa. Mercê, porém, de um dispositivo tecnológico que me permite aceder com grande rapidez ao arquivo dos últimos três meses de emissões dos diferentes canais, comprovei de imediato que o ouvinte tinha razão – a voz de Isabel Stilwell, do programa desaparecera no momento em que esta colaboradora se referia em termos extremamente críticos ao primeiro-ministro José Sócrates. Ouvira-se logo a seguir o animador de emissão a falar em problema técnico, mas a verdade é que nos minutos seguintes fomos ouvindo música sem que o “problema técnico” votasse a ser referido. O animador limitara-se a dizer que...

O facto de o programa ser repetido às 20h20 deixava-me tranquilo. Para comprovarmos se acaso tinha ocorrido alguma (para mim improvável) interferência censória bastava esperarmos mais três horas, pela repetição do programa. Mas eu pretendia dizer mais qualquer coisa ao ouvinte, e por isso pedi a Viriato Teles que se dirigisse discretamente aos estúdio, visse o ambiente e procurasse apurar o que se passar, primeiro junto do técnico e só depois com animador.

Chegado o relato, escrevi a seguinte mensagem ao ouvinte

Não tinha ouvido o que conta e pedi logo ao gabinete que averiguasse o que se havia passado. A confirmar-se que havia indícios de alguma interferência censória seria realmente gravíssimo.

O que apurámos junto dos elementos que se encontravam não apenas na cabina como também cá fora (o técnico) foi que houve mesmo uma avaria no Dalet, que é o sistema informático que gere a sequência da emissão.

Estive posteriormente a ouvir a emissão no sistema de gravador contínuo que a RTP (como todas as rádios) está obrigada a manter como monitorização das suas emissões, para efeitos legais, e concordo consigo: o momento em que a alegada avaria ocorreu pareceu cirúrgico e foi de molde a levantar suspeitas.

Pelo que conheço das pessoas e dos procedimentos correntes na Antena 1 acredito na versão que me foi dada. Mas compreendo que o ouvinte tenha ficado com dúvidas. Ambos, porém, temos dois “tira-teimas” nas próximas horas: de acordo com a grelha de programas, o programa de Isabel Stilwell e de Eduardo Sá é repetido hoje às 20h20 e na próxima madrugada às 02h40. Se ele não for apresentado teremos todas as razões para desconfiar da explicação do animador da emissão. Mas se for apresentado, penso que todos nós devemos acreditar nela.

Por mim, fica já sabendo, se o programa não for apresentado na íntegra, abrirei um processo de averiguações a que darei toda a divulgação pública no programa que realizo semanalmente nas diferentes antenas da rádio pública, bem como na página do Provedor do Ouvinte.

Ouvi o programa às 20h20. As (violentas) críticas de Isabel Stilwell ao chefe do Governo passaram na íntegra. Fiquei à espera, confesso, que o ouvinte me dissesse alguma coisa. Até hoje.

Exemplos V e VI

Em Fevereiro/inícios de Março recebi numerosa correspondência na sequência de uma série de programas que realizei com base nos protestos de ouvintes contra comentários do jornalista Carlos Magno no Contraditório, sobre a luta dos professores e respectivos dirigentes sindicais. Convidei o comentador a ir ao programa Em Nome do Ouvinte e responder às críticas. Nos dias seguintes, numerosos ouvintes (mais dos que tinham criticado Magno) surgiram a defender o comentador. Vários acusando-me de estar a censurar a opinião do comentador.

Dois exemplos de diferentes relacionamentos epistolares, vindos por curiosidade da mesma região de Setúbal. Este primeiro vem assinado por um professor:

(...)

Fiquei particularmente surpreendido com as críticas feitas ao comentador Carlos Magno, com cujos comentários podemos concordar ou discordar, mas penso nunca colocando a sua honestidade intelectual em causa.

Relembro aqui a tão criticada alusão aos metalúrgicos, a propósito da manifestação dos professores. Considero a explicação do próprio suficiente, mas sendo eu professor, tendo participado nas manifestações, considero que a minha responsabilidade social é muito grande e que as palavras e atitudes que tenho em público e em privado nunca podem ser desfasadas do meu estatuto.

Concordo plenamente com as críticas feita ao dirigente sindical Mário Nogueira, um professor é um exemplo e não pode em momento algum faltar aos compromissos assumidos. Eu para exigir dos meus alunos devo proceder da mesma forma, exigindo o mesmo de mim.

Perante tantas críticas, devo dizer que sou um grande ouvinte da antena 1, como vejo pouca televisão utilizo a rádio pública para me manter actualizado, e sou um apreciador da grelha de programas e dos profissionais da estação.

Confesso-me ainda incomodado com as críticas aos programas desportivos, com especial incidência para as tardes desportivas.

A antena 1 é uma rádio pública e generalista, quando não gosto, o que acontece poucas vezes, mudo de estação, conselho que dou a outros ouvintes.

Este é um testemunho genuíno de um ouvinte atento.

Enviei-lhe a seguinte resposta:

Agradeço-lhe a sua mensagem e a genuinidade que transparece dela.

A reflexão que faz é muito interessante.

Levanta duas questões com as quais me debato, deve calcular, todos os dias: a dos limites e delicadeza da minha acção enquanto provedor, e a das respostas ou das satisfações a dar aos ouvintes que não se revêem ou se sentem mesmo agredidos com mensagens que lhes sejam através da rádio pública (seja em comentários, músicas, rubricas de humor, até em O Amor É...).

Quanto ao primeiro, é um problema sempre delicado, que cada provedor deve saber resolver com tacto e respeito pelo outro. Mas não deixando de dar expressão pública às críticas, queixas, protestos ou elogios que lhe chegam diariamente dos ouvintes – afinal a razão de ser da existência de um provedor (seja em jornais, rádios e televisões, seja na justiça, etc.).

Como deve calcular, mesmo assim o que vai para o ar, no programa é uma ínfima parte do que me chega. A minha função é precisamente estudar as queixas, ouvir os programas, contactar os profissionais, avaliar e decidir, com os critérios que a lei prevê (sim, o cargo foi instituído por lei da Assembleia da República) o que deve ficar numa resposta directa ao queixoso, o que deve ser dito directamente ao profissional e aquilo que é útil ser divulgado no programa.

No caso concreto, como sabe se tem ouvido os programas, desde Outubro/Novembro que vinha abordando a questão, pressionado por ouvintes, na sua maioria professores. No início deste ano, voltaram as críticas, acompanhadas de novas abordagens sobre outras afirmações do comentador Carlos Magno. Entendi que o melhor era dar voz ao próprio comentador e por isso o convidei e ao director, para virem responder directamente aos ouvintes. Acho que o assunto foi tratado, pois, com elevação e respeito – quer pelos ouvintes quer por aquele profissional, de quem me confessei, aliás, apreciador.

Quanto à segunda questão que levanta: compreendo, posso sentir algumas vezes a tentação de dizer o mesmo, mas, caro ouvinte, a rádio pública, nomeadamente a Antena 1, dirige-se a todos os cidadãos. Seria muito fácil, demasiado fácil, dizer a quem protesta: “se não gosta, mude de canal”.

É claro que não é possível agradar a todos e muito menos fazer uma estação que responda sempre aos gostos de cada um. Mas se não é possível agradar a todos, deve fazer-se um esforço para não ofender a sensibilidade de maiorias e minorias. É a esse difícil desafio que responsáveis e profissionais respondem todos os dias. Desafio tanto maior quanto, além de procurar o ponto de equilíbrio entre os interesses de todos e de cada um, lhes compete ainda manter uma programação viva e interessante.

E minutos depois:

Reparei agora que não respondi à sua última crítica. Diz-se incomodado com as críticas ao desporto, em especial às tardes desportivas.

Estamos confrontados aqui, mais uma vez, perante sensibilidades diferentes. mas se fosse só isso, também eu não me preocupava tanto. São dois os problemas essenciais neste caso: as

queixas contra um excesso de futebol; e as queixas contra a forma como o futebol é coberto pelo Desporto.

Trata-se, pois, de dois problemas: um, o primeiro, em que uma parte do auditório se sente prejudicada pela outra parte do auditório; e o segundo, em que os próprios adeptos de futebol se dividem, com alguns a queixarem-se de que o Desporto da Antena 1 centra a sua atenção nos “grandes”, ainda por cima com preferências especiais para um ou outro clube.

É claro que na maior parte das vezes essas críticas não resistem a uma análise séria. Mas há também falhas, lapsos e erros, e é direito dos ouvintes e dever do provedor fazer a destrição e dos profissionais fazerem autocrítica, quando for caso disso.

Quanto ao primeiro problema – as queixas dos que acham que há futebol a mais e às vezes, quase sempre, informação a menos, tenho insistido nelas porque acho que o serviço público tem obrigação de reflectir profundamente sobre as suas opções nesta matéria. Se quiser ter a bondade de ouvir o próximo programa, verá que volto a pegar na questão a partir de uma queixa de uma ouvinte que no sábado à noite, em plena tragédia madeirense, ficou chocada por durante quase três horas só ter ouvido um noticiário (de quatro minutos) sobre o que ali se estava a passar.

Pessoalmente, não defendo que se deixasse de dar o relato do Olhanense-Sporting. Mas não posso aceitar que o Olhanense-Sporting abafe totalmente uma tragédia daqueles. Entre estas duas posições extremas, eu defendo - lá, está – uma terceira via: que garanta os direitos de uns ao relato do jogo, mas também a sensibilidade de outros à tragédia. Penso que é possível compatibilizar esses dois direitos.

Segundo exemplo

Gostaria de reclamar contra o acto de censura exercido pelo Sr. Provedor em relação ao comentador Sr. Carlos Magno, a propósito das observações deste sobre as atitudes dos professores e respectivos sindicalistas.

Se as observações do Sr. Carlos Magno, plenas de objectividade e razoabilidade, fossem contrárias ao governo não teria o Sr. Provedor feito qualquer objecção, sendo contra as atitudes e palavras de ordem dos sindicatos o Sr. Provedor tentou exercer coacção e censura despropositada sobre as opiniões que num país livre são direito pleno de todos os cidadãos.

Repudio com veemência esta atitude, porque se o direito a discordar do Sr. Carlos Magno é legítimo muito mais legítimo é o seu direito de dizer a sua verdade e a verdade de muitos que pagam impostos neste país, que vêem o seu dinheiro engordar sindicalistas que mais não são que comissários políticos à procura de uma carreira política.

Resposta minha, no dia seguinte:

Pode comentar como entender o que eu disse, mas peço-lhe que pondere um pouco antes de usar certas palavras.

1. É censura um Provedor do Ouvinte dar seguimento a queixas de ouvintes e pedir a um comentador que vá ao Programa do Ouvinte responder às críticas que estes lhe dirigiram?
2. Tem alguma evidência de que nos programas e na troca de mensagens que mantenho com os ouvintes eu privilegio as críticas ao Governo?

A função do provedor é dar seguimento a queixas, críticas, dúvidas dos ouvintes. Recebi várias mensagens nos últimos meses comentando criticamente intervenções de Carlos Magno no programa Contraditório. No caso da luta dos professores, as mensagens eram todas ou quase todas condenatórias das palavras deste comentador.

Passados estes meses, e porque voltei a receber mensagens no mesmo sentido, dei a minha opinião também. Não só me assiste esse direito como tenho essa obrigação. Umhas vezes estou de acordo com os ouvintes, outras estou de acordo com os profissionais. Procuro, no entanto, falar sempre depois de uns e de outros, dando-lhes a oportunidade de esgrimirem os seus argumentos.

Carlos Magno tem tanto direito a dizer o que pensa que eu lhe reservei dois programas - aquele que ouviu e aquele que ouvirá, se assim quiser, esta semana.

Réplica do mesmo ouvinte:

Não é censura dar seguimento a queixas dos ouvintes, mas é censura, ou no mínimo censurável, as atitudes que tomou no programa em relação ao Carlos Magno, que no seu legítimo direito de opinião não seguiu a mainstream e pensou pela sua própria cabeça, em vez de seguir a opinião de um sindicalista ávido de protagonismo político.

Não é prova da razão o facto de ter recebido mensagens (todas ou quase todas) contra a opinião do Carlos Magno, as centrais de informação servem para essas coisas, bem como os activistas políticos e aqueles que são atingidos nos seus pretensos direitos.

Também o Provedor tem todo o direito a ter opinião, se fosse em Cuba ou na Coreia do Norte, países idolatrados pelo Sr. Dirigente Político/Sindical, o seu direito morreria à nascença, em Portugal há o sublime direito de opinião, mesmo quando no seu caso, extravasou esse direito e censurou de forma evidente a opinião do Carlos Magno.

Não foi o direito a ter a sua opinião que me chocou, foi a intenção de impôr a sua visão a quem teve a coragem, do meu ponto de vista, obviamente, de colocar o dedo na ferida e chamar o boi pelos nomes.

Espero, sinceramente, que medite na sua atitude e não repita a forma como interpelou incorrectamente o Carlos Magno.

Minha réplica, pouco depois:

Considera que eu extravasei o direito à opinião ao dar um parecer em que me manifestei em desacordo com Carlos Magno. Censura-me ainda por aquilo que diz ter sido a minha “intenção” de “impor” a minha visão a Carlos Magno. Apela a que medite na minha atitude e não repita a forma como interpelei “incorrectamente” Carlos Magno. Faz ainda uma referência a “centrais de informação” que poderão ter estado na base das cartas contra aquelas intervenções de Carlos Magno no Contraditório

Respeito naturalmente, os seus pontos de vista, mas continuo a pensar que eles carecem de fundamento. Dou-lhe o meu ponto de vista breve sobre cada uma das suas observações:

1. A minha “censura”: Nos termos legais (artº 27º do capítulo V da Lei nº 8/2007, de 14 de Fevereiro) compete ao provedor “produzir pareceres”, “indagar e formular conclusões” sobre as reclamações que lhe chegam, transmitindo sobre isso aos ouvintes os seus pareceres. Para mim só há uma interpretação para estas competências: ao provedor incumbe dar a sua opinião (o mais possível fundamentada, claro) sobre os factos que suscitam reacções no auditório. Carece totalmente de fundamento, pois, dizer que extravasei no direito (que, como vimos, é também um dever) de dar opinião, só pelo facto de ter dito que estava de acordo com algumas das críticas dos ouvintes.
2. Intenção de impor a minha visão. Podia ter ouvido os ouvintes, ter gravado as razões de Carlos Magno e fazer seguir ambas as coisas do meu parecer. É o que faço a maior parte das vezes. Não o fiz neste caso: convidei Carlos Magno a vir à antena. Dei-lhe, assim, todas as oportunidades ao seu contraditório. Num terreno em que ele é mestre: o

da comunicação e da linguagem. Como pode chamar a isto uma tentativa de impor a minha visão?

3. Centrais de informação. Sim, eu sei que existem. E estou sempre atento a elas. Não me pareceu ser o caso. Se assim fosse, também teria que pensar que as reacções posteriores, sendo largamente favoráveis a Carlos Magno, também provinham de uma central (há várias, como sabe). Não encontrei disso indícios – nem num caso nem no outro.
4. Interpelação incorrecta. Pode fazer-me todas as críticas. Essa, nunca a aceitarei. Nada, na forma como me dirigi a Carlos Magno sustenta esse ponto de vista. Talvez não tenha ouvido todo o meu parecer. Fiz questão, nele, de deixar claro que o aprecio e há muitos anos e de dizer que a sua presença em antena “enriquece “ o espaço de opinião da rádio pública. Disse aliás (o que o caro ouvinte ignora) que algumas das intervenções criticadas por ouvintes ficaram esclarecidas pela contextualização que o autor delas fez. Acrescentei, porém, e reafirmo-o, que a minha admiração profissional por Carlos Magno não pode (nem deve) impedir-me de considerar que ele foi infeliz nas palavras usadas.

Exemplo VII

Por fim, um regresso à polémica sobre a Antena 2. Começada ainda em 2008, a série de seis programas sobre a Antena 2 continuou nas primeiras semanas de 2009. Durante a sua transmissão e num largo espaço de tempo posterior, recebi várias reacções de desagrado, quer criticando o que os directores responderam quer o que eu próprio disse (em Maio ainda recebia mensagens sobre o tema, algumas delas, aliás, muito interessantes). Seleccionei esta, porque ela aponta questões a que dou importância e sobre as quais, aliás, me voltei a pronunciar no final deste Relatório (Para que serve um provedor? Deve este estar sempre de acordo com os ouvintes/leitores/telespectadores?).

Trata-se de uma mensagem recebida em 1 de Março de 2009, de um ouvinte de Lisboa que pediu reserva de identidade. O título que este ouvinte lhe deu marca logo o tom da “dúvida”: Provedor do ouvinte, ou provedor dos responsáveis da Antena 2?

Apesar da absurda limitação a 2200 caracteres (Porquê 2200? Porque não 2500 ou até 5000? Como contornou M. V. Carvalho essa limitação?), aqui vai mais uma mensagem de descontentamento.

Para que serve o provedor, que efeitos práticos tem o provedor?

Os ouvintes comunicam-lhe as queixas, o provedor expõe-nas, o director e director adjunto não as aceitam, baseados em dados secretos.

E fica tudo na mesma, os ouvintes descontentes e os responsáveis contentes.

Para que serve então, na prática, o provedor?

É que informar apenas o director adjunto que há descontentamento, não é preciso, ele sabe-o e bem.

Está o papel do provedor confinado ao de Pilatos?

Sendo notório que o provedor não discorda da orientação dos responsáveis, segundo ouvi no seu programa, a questão coloca-se ainda mais.

Relativizam-se as críticas, alegando que só os críticos se manifestam, em vez de ter em conta que praticamente ninguém se manifesta a favor da programação. Parecem as sondagens que ninguém viu!

Concordará ao menos que a dúvida, para que serve o provedor, se coloca?

É para sancionar as orientações dos responsáveis?

Nesse caso podia-se poupar muito dinheiro aos contribuintes, deixando de existir o provedor, uma vez que nada se irá alterar. Continuam a ser os iluminados director e director adjunto a saber o que convém aos contribuintes, mesmo com o manifesto descontentamento destes.

Ouvi falar no programa do provedor em alterações à programação. Gostaria de saber quais, pois não dei por nada. Quando ligo a rádio lá está alguém a falar, quase sempre o director adjunto, ou ouço música eslava cuja qualidade não vislumbro, ou, pior ainda, a mediocridade assinada por Pedro Coelho [responsável pelos momentos da chamada *Art Radio*, da estação] agride-me os ouvidos. Nada disso mudou.

PS: Numa mensagem anterior, sobre outro assunto, perguntaram-me porque mantinha o anonimato. Não me pareceu que a resposta, não ver em que é que a minha identificação adiantaria, interessasse muito. Hoje lembrei-me doutra coisa: Em tempos, no extinto fórum da Ant. 2, um colaborador semanal do actual director adjunto ameaçou-me. Acho suficiente para querer alguma discrição...

Respondi ao ouvinte ponto por ponto:

Começa por considerar absurda a limitação dos caracteres e pergunta como contornou MV de Carvalho essa limitação. Fazendo o que o senhor fez: mandou mais de uma mensagem. Três, precisamente, como eu disse, aliás, num dos programas. A limitação não foi imposta por mim. Quando cá cheguei já existia. Não vejo razões para a alterar. Mas claro que podia ser de 2 500. Ou de 5 500. Ou de 1500 caracteres, como nalguns jornais.

Pergunta para que serve o provedor e adianta, ainda antes da resposta: “Os ouvintes comunicam-lhe as queixas, o provedor expõe-nas, o director e o director adjunto não as aceitam, baseados em dados secretos. E fica tudo na mesma”.

O provedor não se limita a expô-las. Também as comenta. Umas vezes manifestando-se de acordo com elas, outras não. Mas faz mais: dá sugestões, faz propostas, faz recomendações.

Pode encontrar tudo isto no relatório que fiz relativo aos 6 meses de mandato em 2008.

Lá encontrará também as competências que a lei lhe confere.

Se consultar os programas que fiz até agora, verá que não entendo o meu papel como confinado ao de Pilatos.

Mas é verdade: às vezes estou de acordo com os profissionais. E não gosto de criticar por criticar. Só que fundamento sempre as minhas posições.

Diz que eu relativizei as críticas à direcção da Antena 2.

Seis programas, cinco dos quais preenchidos na totalidade com críticas duríssimas, significa relativizar?

Alguma vez na história da rádio em Portugal aconteceu seis estações do mesmo grupo terem estado um mês e meio a transmitir, semanalmente, um programa de mais de 15 minutos (o tempo legal, que eu sempre ultrapassei – terá sido para relativizar os seus conteúdos?) com críticas não a este ou àquele realizador, mas aos seus directores e à grelha de que são responsáveis?

Só mais duas observações, todas relacionadas com uma, penso, deficiente escuta daquilo que eu disse:

1. Diz que ouviu falar em alterações à programação e pergunta onde elas estão. O que eu disse foi que as actuais grandes linhas de programação, com as quais me manifestei de acordo, foram introduzidas há cerca de 10 anos, pela anterior direcção, de João Pereira Bastos, e levadas mais longe por esta.

2. A este propósito, sugiro-lhe que consulte, a partir de amanhã, na página do provedor, o texto na íntegra do programa, bem como dos anteriores. Por ele poderá ver exactamente o que eu disse. E comprovar que eu não me limitei a expor as críticas dos ouvintes. Dei também a minha opinião e fiz sugestões muito concretas. Não pedi a demissão dos responsáveis? Não. Não é isso que penso, por que é que havia de dizer o que não penso? Mas será que aquilo que fiz e disse, a proposta de um grande debate público e de um grande inquérito aos ouvintes, tudo isso é nada?

Quanto àquilo que conta sobre um colaborador, lamento. Mas isso não se passou com o provedor. Esse aliás não é nem nunca foi o meu estilo de comportamento e as mensagens que recebo não são para ir para colaboradores nem para directores. E quando for preciso reencaminhá-las, são-lhes retirados os dados identificativos, caso o ouvinte tenha feito esse pedido. Para isso é que lá está o campo: Preservar a Identidade.

Anexo F – Competências dos provedores

Nos termos do artº 27º do capítulo V (Provedores) da Lei nº 8/2007, de 14 de Fevereiro

1- Compete ao provedor do ouvinte e ao provedor do telespectador:

a) Receber e avaliar a pertinência de queixas e sugestões dos ouvintes sobre os conteúdos difundidos e a respectiva forma de apresentação pelos serviços públicos de rádio e de televisão;

b) Produzir pareceres sobre essas queixas e sugestões recebidas, dirigindo-as aos órgãos de administração e aos demais responsáveis visados;

c) Indagar e formular conclusões sobre os critérios adoptados e os métodos utilizados na elaboração e apresentação da programação e da informação difundidas pelos serviços públicos de rádio e de televisão;

d) Transmitir aos ouvintes e telespectadores os seus pareceres sobre os conteúdos difundidos pelos serviços públicos de rádio e de televisão;

e) Assegurar a edição, nos principais serviços de programas, de um programa semanal sobre matérias da sua competência, com uma duração mínima de quinze minutos, a transmitir em horário adequado;

c) Elaborar um relatório anual sobre a sua actividade.

2 – O provedor do ouvinte e o provedor do telespectador devem ouvir o director de informação ou o director de programação, consoante a matéria em apreço, e as pessoas alvo de queixas ou sugestões, previamente á adopção de pareceres, procedendo à divulgação das respectivas opiniões.

3 – Os pareceres e as conclusões referidos nas alíneas *b)* e *c)* do nº 1 são sempre comunicados aos responsáveis pelos serviços e pessoas visados que, no prazo máximo de

cinco dias, devem comunicar resposta fundamentada ao respectivo provedor e adoptar as medidas necessárias.

4 – Os relatórios anuais do provedor do ouvinte e do provedor do telespectador devem ser enviados à Entidade Reguladora para a Comunicação Social até ao dia 31 de Janeiro de cada ano e divulgados anualmente, pelos operadores que actuem ao abrigo da concessão do serviço público de rádio e de televisão, através do respectivo sítio electrónico ou por qualquer outro meio julgado conveniente.

ANEXO G – Estatuto dos Provedores

No sentido de mostrar o entendimento histórico que da função tiveram José Manuel Paquete de Oliveira e José Nuno Martins – as duas personalidades que ocuparam, pela primeira vez em Portugal, os cargos de Provedor do Telespectador e Provedor do Ouvinte – e com o qual o actual provedor manifesta o seu acordo, transcreve-se o texto comum que elaboraram em Maio de 2006 e que o legislador veio a acolher, no essencial:

FUNDAMENTO LEGAL

De acordo com a Lei nº2/2006, de 14 de Fevereiro, os Provedores do Ouvinte e do Telespectador da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A., são indigitados pelo Conselho de Administração da empresa, ficando sujeitos a parecer vinculativo do Conselho de Opinião. Uma vez indigitados ao Conselho de Opinião e decorridos trinta dias sem que esse Conselho tenha emitido qualquer parecer, presume-se como positiva a decisão.

Os Provedores do Ouvinte e do Telespectador gozam de independência face aos órgãos e estruturas da empresa e respectivos operadores.

Os mandatos dos Provedores do Ouvinte e do Telespectador têm a duração de dois anos, podendo ser renováveis por uma só vez.

Os mandatos cessam por morte ou incapacidade permanente do titular ou por renúncia deste e após a designação do novo titular.

A Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA faculta aos respectivos Provedores os meios administrativos e técnicos necessários para o desempenho das suas funções, mediante a constituição de um Gabinete dos Provedores.

MISSÃO DOS PROVEDORES

Os Provedores do Ouvinte e do Telespectador têm por missão:

- Representar e defender, no contacto com as Empresas de Serviço Público de Rádio e de Televisão, as perspectivas dos Ouvintes e dos Telespectadores diante da oferta radiofónica e televisiva.

- Acentuar a fiabilidade do Serviço Público prestado pelas Estações de Rádio e Televisão da RTP, SGPS, SA, bem como para promover a credibilidade e a boa imagem de todos os seus profissionais.

- Estimular o cumprimento da ética profissional e dos códigos deontológicos por parte de todos os profissionais da RTP, SGPS, SA.

- Fomentar os índices de receptividade dos diversos agentes das estruturas que participam na produção dos conteúdos, perante as observações dos Ouvintes e dos Telespectadores.

- Contribuir para uma cultura de autocritica e de prevenção de eventuais atitudes corporativistas no interior das Empresas, mas também por parte dos cidadãos a quem representam.

MEIOS DE INTERVENÇÃO

Devem por isso dispor dos meios necessários para estimular a participação activa por parte dos Ouvintes e Telespectadores, no sentido de uma procura crescente na melhoria dos objectivos consagrados no Artigo 47º da Lei nº 33 /2003 de 22 de Agosto e referentes à própria missão da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A., como empresa de Serviço Público. Para esse efeito, os operadores do Serviço Público de Rádio e de Televisão procederão regularmente à divulgação promocional dos meios de contacto entre os Ouvintes ou Telespectadores e o Gabinete dos Provedores, que disponibilizará, diferenciadamente, endereços de correio postal e de correio electrónico em dois «sítios» no Portal da RTP e linha de fax.

Em consequência do que estabelece o Artigo 23.º-D da Lei nº 2 /2006 de 14 de Fevereiro, o Provedor do Ouvinte e o Provedor do Telespectador têm ambos o encargo de assegurar a edição, nos principais Serviços de Programas, de um programa semanal sobre as matérias da sua competência.

Para a execução daqueles programas serão disponibilizados os respectivos meios de produção, em condições a definir por acordo entre os Provedores e o Conselho de Administração da Empresa.

De modo a sedimentar a actividade dos Provedores, bem como visando a criação de um fundo documental que tanto sirva de orientação para o Conselho de Administração da Empresa, como para constituir um reportório de elucidação para Ouvintes e Telespectadores, os Provedores terão de apresentar um relatório anual sobre a actividade desenvolvida.

MODOS DE PROCEDIMENTO

Através dos diferentes meios de contacto colocados ao serviço dos Provedores para estes manterem a sua relação com o Público, deverão os Provedores avaliar a pertinência das críticas, sugestões ou comentários recebidos dos Ouvintes ou dos Telespectadores sobre «os conteúdos difundidos e a respectiva forma de apresentação pelos serviços públicos de Rádio e Televisão». Definida essa pertinência, deverão os Provedores emitir pareceres sobre as reclamações ou sugestões recebidas, dirigindo-as conforme estabelece a Lei nº2/2006, de 14 de Fevereiro, aos órgãos de administração e aos demais responsáveis visados.

Todavia, antes de emitir esses pareceres utilizando qualquer um dos meios de ligação com os Ouvintes ou Telespectador ou o seu respectivo Programa em antena, deverão indagar e ouvir junto dos responsáveis visados, particularmente junto do Director de Informação ou do Director de Programação citados, sobre os critérios adoptados e métodos utilizados. Para sustentação dos seus próprios pareceres, os Provedores podem, reservadamente ou não, recorrer a consultas de personalidades ou entidades, internas ou externas, de modo a melhor fundamentar a sua tomada de posição.

Só então, ou no caso de ser deferido o período que a Lei estabelece para obter a resposta solicitada e devidamente fundamentada, por parte dos responsáveis visados, deverá o Provedor do Ouvinte ou o Provedor do Telespectador tornar público o seu parecer, dando igualmente conhecimento do mesmo aos interessados.

Os modelos do Programa do Ouvinte e do Programa do Telespectador, após o tratamento mais adequado e devidamente sistematizado pelo uso de metodologias cuja responsabilidade é do competente Provedor, conforme estabelece a Lei nº 2/2006, de 14 de Fevereiro, incluirão, por exemplo, informações comentadas sobre as recriminações ou sugestões recebidas e respeitarão as formulações específicas para a Rádio e para a Televisão.

Os modos da respectiva exibição, desde que com durações semanais não inferiores a 15 minutos, devem ser definidos de comum acordo entre os Provedores e os Directores respectivos,

conquanto sejam transmitidos em horários adequados em todas as Estações do âmbito correspondente.

PROPÓSITOS FUNDAMENTAIS

Os Provedores estão situados à margem das hierarquias da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA e nenhum deles intervém na escolha, preparação ou elaboração de Programas das Estações sobre as quais incide a sua acção.

Embora assumindo a condição de representantes do Ouvinte e do Telespectador, os Provedores agem como instância mediadora nos conflitos entre, por um lado, os Ouvintes ou os Telespectadores e por outro, todas as Estações de Rádio ou de Televisão associadas no Serviço Público.

Não basta ao Gabinete dos Provedores assumir-se apenas como repositório de observações, protestos e eventuais queixas oriundas dos Ouvintes ou Telespectadores. No exercício de mediação que lhes é atribuído por Lei, os Provedores não podem dispensar, antes devem exercer o seu papel privilegiando funções pedagógicas e de formação do cidadão como consumidor de Rádio e de Televisão.

Mas cada parecer do Provedor, ainda que escorado na indagação acerca de todos os casos analisados, ou até no recurso a terceiras entidades, revestirá sempre o carácter de uma posição solitária, responsável e independente.

Lisboa, 8 de Maio de 2006.

José Manuel Paquete de Oliveira

José Nuno Martins

ANEXO H – Regras para o envio de uma mensagem

O **Provedor do Ouvinte** recebe as suas **críticas, dúvidas, sugestões ou felicitações** sobre a Programação ou sobre a Informação das Estações do Serviço Público de **Rádio**.

Pode fazê-lo por correio tradicional, mas o meio mais prático é, sem dúvida, através do **formulário** de contacto por **e-mail**.

Normas para a sua Mensagem

O **Provedor** apenas aceita tratar **mensagens escritas**, já que escrever significa ter reflectido um pouco mais e, desse modo, sintetizar. Por outro lado, o modo de mensagem escrita proporciona e exige que os procedimentos internos se tornem mais apurados. No entanto, em casos excepcionais devidamente justificados, poderão ainda ser aceites mensagens gravadas.

Assim, de modo a podermos dar resposta a um maior número de correspondentes, apelamos à capacidade de síntese do **Ouvinte**: por isso, **não consideramos** mensagens **manuscritas** com mais de **uma página**, nem **e-mails** com mais de **450 palavras (2200 caracteres)**.

O **Provedor** não aceitará mensagens **não identificadas**, mas respeita o **pedido de reserva** quanto à identidade pública do correspondente, desde que assinalada a casa própria. Ou seja, para que o **Ouvinte** veja a sua mensagem tratada (porventura, até apresentada no **Programa do Provedor do Ouvinte**), será **obrigatório** preencher **os campos de identificação**, tanto em mensagens enviadas por **e-mail** como por **correio postal**, indicando o **nome**, o **telefone** e o **endereço postal**, tal como é identicamente exigido no contacto por **e-mail**.

Evidentemente que o **Provedor do Ouvinte não aceitará** desenvolver temas apresentados com **linguagem insultuosa**.

Classifique sempre a sua Mensagem

Finalmente, para nos ajudar a proceder a um tratamento mais eficaz das questões, pedimos-lhe que classifique sempre a sua mensagem numa das seguintes categorias:

- Crítica
- Dúvida
- Sugestão
- Satisfação